

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO
ASSENTAMENTO AMPARO (ITAHUM /DOURADOS-MS)**

MARIA APARECIDA CRISTALDO SARATE LOURENÇÃO

**DOURADOS-MS
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO
ASSENTAMENTO AMPARO (ITAHUM/DOURADOS-MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação–Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

Dourados-MS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L892e Lourencao, Maria Aparecida Cristaldo Sarate
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO
ASSENTAMENTO AMPARO (ITAHUM/DOURADOS-MS) [recurso eletrônico] / Maria
Aparecida Cristaldo Sarate Lourencao. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Profa. Márcia Yukari Mizusaki.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Camponês. 2. Ithaum. 3. Luta pela terra. 4. Resistência. I. Mizusaki, Profa. Márcia Yukari. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Maria Aparecida Cristaldo Sarate Lourenção

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NO
ASSENTAMENTO AMPARO (ITAHUM/DOURADOS-MS)**

BANCA EXAMINADORA

Presidente / Orientadora

Prof^a Dr^a Márcia Yukari Mizusaki - UFGD

1º Examinador

Prof. Dr. Fabiano Coelho - UFGD

2º Examinador

Prof. Dr. Pierre Alves Costa - UNICENTRO

Dourados, 05 de abril de 2019.

À meus pais Abílio (*in memoriam*) e Maria,
Ao meu esposo Almir por todo apoio,
Aos meus filhos João Paulo e Fernando alegrias
de minha vida e por compreenderem o porquê
das ausências durante esse tempo.
E, em especial, aos camponeses assentados do
Amparo por compartilharem de sua luta e
resistência.

AGRADECIMENTOS

A concretização desse trabalho só foi possível a contribuição de várias pessoas e instituições. Sou imensamente grata a todos que contribuíram direta e indiretamente com o desenvolvimento dessa pesquisa, agradeço em especial:

À Deus que me concedeu fé, saúde e força, e por ter me sustentado nos momentos de dificuldades.

Agradeço a minha família por todo apoio recebido para que eu conseguisse conciliar a rotina de trabalho e estudos de forma singular ao meu esposo Almir pela cumplicidade.

À minha orientadora professora Márcia, pela paciência, atenção, humildade e principalmente pela disposição a me guiar na trilha do conhecimento. Foram inúmeros encontros, correções, partilhas que me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa e de ter consciência do meu papel enquanto pesquisadora.

Às minhas amigas especiais companheiras nesta jornada acadêmica, Simone e Laudiceia, pelos momentos únicos que compartilhamos os quais sempre levarei comigo. Laços de amizade construídos aos poucos e fortalecidos nas tardes durante o grupo de estudos do LEUA. Agradeço a força e incentivo nos momentos de desânimo e sobretudo o compartilhamento de conhecimento.

À Universidade Federal da Grande Dourados por oferecer educação pública e de qualidade.

À Faculdade de Ciências Humanas por compor seu corpo técnico e gozar da concessão de afastamento para capacitação, creio que sem essa possibilidade não conseguiria concluir o trabalho dentro do período regular do programa.

Aos servidores do Instituto Nacional de Reforma Agrária-INCRA, da Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural de Dourados-AGRAER pela solicitude no atendimento e fornecimento de informações.

Ao meu cunhado José Roberto por colocar o questionário elaborado em formato eletrônico. Agradeço por ter colocado seu conhecimento a disposição e me ajudar na escolha da plataforma correta para coleta de dados.

A todos os camponeses assentados que me receberam em suas casas e confiaram a mim suas trajetórias de luta e resistência.

A todos meu sincero obrigada.

RESUMO

A pesquisa foi realizada no Assentamento Amparo, no distrito de Itahum, município de Dourados, Mato Grosso do Sul, e buscou identificar e analisar estratégias e resistência das famílias camponesas para permanência na terra de trabalho. A terra que lhes garante a “liberdade” e a reprodução social como camponeses. Viver e criar estratégias de permanência nos lotes em assentamentos rurais tem sido um grande desafio para os camponeses devido “pressão” que existe sobre a terra na lógica capitalista. Desse modo, partimos do resgate histórico da formação socioespacial e da luta pela terra nesse espaço no contexto do avanço capitalista na agricultura. O trabalho tem como eixo principal a tese da recriação camponesa, pois entendemos o desenvolvimento do capitalismo como desigual e contraditório em sua essência. Na contradição, o capital abre brechas para que o camponês persista na história por meio do mecanismo de sujeição da renda da terra. O assentamento enquanto fração do território capitalista representa a conquista da terra pela luta camponesa. A metodologia utilizada constou de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo com entrevistas orais e coleta de dados por meio da aplicação de questionário eletrônico. Ouvir os protagonistas da luta pela terra e na terra, neste assentamento, nos permitiu perceber as limitações das políticas públicas e a necessidade de potencializar ações entre os próprios camponeses por pautas coletivas. Os resultados empíricos demonstram a necessidade de se criar condições de sustentabilidade para que as famílias permaneçam na terra, e, sobretudo, de uma nova consciência quanto à produção de alimentos para democratização de acesso à terra.

Palavras-Chaves: Camponês; Itahum; Luta pela terra; Resistência.

ABSTRACT

The research was fulfilled in the Amparo Settlement, in the district of Ithaum, in the municipality of Dourados, Mato Grosso do Sul, and sought to identify and analyze strategies and resistance of the peasant families to stay in the work land. The land that guarantees them "freedom" and social reproduction as peasants. Living and creating strategies for staying in lots in rural settlements has been a great challenge for peasants due to the "pressure" that exists about the land in the capitalist logic. In this way, we start from the historical rescue of the socio-spatial formation and the struggle for the land in this space in the context of the capitalist advance in agriculture. The work has as its main axis the thesis of peasant recreate, because we understand the development of capitalism as unequal and contradictory in its essence. In contradiction, capital opens gaps for the peasant to persist in history by means of the mechanism of subjection of the income of the land. The settlement as a fraction of the capitalist territory represents the conquest of the land by the peasant struggle. The methodology used consisted of a bibliographical survey, field research with oral interviews and data collection through the application of an electronic questionnaire. Listening to the protagonists of the struggle for land and in the land, in this settlement, allowed us to perceive the limitations of public policies and the need to strengthen actions among peasants themselves by collective guidelines. The empirical results demonstrate the need to create sustainability conditions for families to remain on the land, and, above all, a new awareness of the production of food for democratization of access to land.

Keywords: Peasant; Ithaum; Struggle for land; Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO: CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA	26
1.1 Formação socioespacial do Mato Grosso do Sul e questão agrária.....	26
1.2 Movimentos Camponeses e concentração fundiária no Mato Grosso Do Sul.....	45
1.3 A violência no campo e os números da luta pela terra no Mato Grosso do Sul	54
CAPÍTULO 2 – ASSENTAMENTO AMPARO: TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES ASSENTADOS	63
CAPÍTULO 3 - TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: NUANCES DA (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO AMPARO.....	109
3.1 O conceito de camponês e campesinato	109
3.2 O significado da comida para o camponês	120
3.3 Políticas públicas no Assentamento Amparo.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
APÊNDICES.....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal Progresso: notícia sobre Marhca para Dourados (MT)	39
Figura 2- Jornal Progresso: Aquisições de terra em Dourados (MT)	40
Figura 3 - Jornal Progresso: Construção da Ponte sobre o Rio Paraná - ligação estratégica do Mato Grosso ao Estado de São Paulo	41
Figura 4- Jornal O Progresso: Notícia ocupação Fazenda Amparo em Dourados-MS.....	68
Figura 5- Assentamento Amparo: lote arrendado.....	84
Figura 6 - Assentamento Amparo: Mercearia e artesanato como forma de resistência para permanência no lote	94
Figura 7 – Assentamento Amparo: Fabricação de linguiça e frangos caipiras embalados para entrega.....	95
Figura 8- Quadro de fotos da atividades vinculadas à produção de mel, no Assentamento Amparo.....	97
Figura 9 - Lote nº 24 arrendado para Lavoura de milho ao fundo Rio Dourados- Assentamento Amparo Itahum-Dourados (MS).....	106
Figura 10- Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para merenda escolar - Escola Evanilde Costa da Silva do Jardim – bairro – Dourados- MS	132
Figura 11 – Notícia jornal eletrônico Dourados Agora: abertura de edital para compra de hortifrutigranjeiros para merenda escolar	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária 2014.....	29
Tabela 2- Município de Dourados: Número de Estabelecimentos Agropecuários, por grupo de área e área total (ha).....	81
Tabela 3 – Município de Dourados(MS): Número de estabelecimento por condição das terras e condição de produtor (1980-2017).....	81
Tabela 4 - Município de Dourados (MS): Número de estabelecimentos agropecuários, por condição legal das terras, condição legal do produtor e grupos de área total- resultados preliminares 2017	82
Tabela 5 - Município de Dourados: Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras - resultados preliminares 2017	83
Tabela 6 - Município de Dourados (MS): Área plantada ou destinada à colheita (Hectares). 85	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Mato Grosso do Sul: Assentamentos criados período de 1985-2018	51
Gráfico 2- Mato Grosso do Sul: ocupações 2012.....	50
Gráfico 3 - Brasil: Assassinatos no campo de 1985 a 2017	61
Gráfico 4- Assentamento Amparo - Famílias pesquisadas e ligação a movimento social de luta pela terra.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização Assentamento Amparo: Distrito de Itahum - Município de Dourados – MS.....	66
Mapa 2 - Assentamento Amparo: uso e cultivo do solo nos lotes.....	105
Mapa 3 - Assentamento Amparo: Relações de parentesco e compadrio	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Conflitos no campo no estado de Mato Grosso do Sul (2012-2017)	43
Quadro 2 - Assentamento Amparo: Residência dos titulares e utilização da terra	101
Quadro3-Assentamento Amparo: Lotes adquiridos por famílias de mesma titularidade.....	102

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CDR- Centro de Documentação Regional
CEIM - Centro de Educação Infantil Municipal
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER- Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
FCA - Faculdade de Ciências Agrárias
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LULA- Luiz Inácio Lula da Silva
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PCA- Paradigma do Capitalismo Agrário
PDA- Projeto de Desenvolvimento Assentamento
PIB -Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA- Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
PT- Partido dos Trabalhadores

PQA - Paradigma da Questão Agrária

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

INTRODUÇÃO

O processo histórico de ocupação territorial brasileiro passou por diversas políticas que trouxeram em seu bojo transformações socioeconômicas nas estruturas espaciais regionais e na divisão territorial do trabalho. A política de integração implantada com o Estado Novo (1937- 45) deu início a um processo de grande envergadura histórica articulada ao projeto nacional de ocupação das fronteiras, com o intuito de tornarem esses espaços produtivos, o que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”.

À época, a porção meridional do estado de Mato Grosso do Sul era considerada um “vazio” demográfico. Esse espaço, por meio das ações diretivas do Estado, foi aos poucos sendo alterado e a apropriação capitalista da terra foi configurando a estrutura fundiária concentrada vigente, conseqüentemente os inúmeros conflitos fundiários, em especial os que envolvem indígenas evidenciam o sentido a luta pelo acesso à terra na atualidade.

A escolha do tema da pesquisa, que tem como proposta o estudo das estratégias de resistência das famílias camponesas no assentamento foi feita, primeiramente, por descender de uma família de agricultores e por entender que a luta pela terra perpassa uma grande mudança em todos os aspectos da estrutura agrária de um país, pois objetiva a melhoria das condições sociais do meio rural, de forma a permitir o bem-estar, segurança e prosperidade às comunidades rurais e ser caminho para uma sociedade com menos desigualdades. Assim o debate sobre a democratização do acesso à terra deve figurar nas pautas políticas prioritárias do país.

O processo de expulsão vivenciado por minha família tornou-se mais claro a partir da leitura dos teóricos da questão agrária clássica e de autores nacionais da geografia como também das ciências sociais. Entender como a apropriação capitalista da terra se dá é fundamental para entendermos porque persiste a manutenção das desigualdades sociais.

Minha família vivia numa área de 51 (ha) entre os municípios de Amambai-MS e o Caarapó-MS. A área foi “concedida” pela administração da Cia Mate Laranjeira a meus avós maternos que residiram no local durante quarenta anos.

Atualmente a área faz parte da reserva indígena Guaimbé criada oficialmente em 1984. Meus avós maternos eram posseiros, e vieram do Paraguai para trabalharem na extração da erva-mate e em busca de uma vida melhor. Minha mãe conta que no ano de 1978 começaram a sofrer pressões para deixarem o local, pois não possuíam título da propriedade. As pressões também eram estendidas aos indígenas que viviam na região.

Conta que recebiam visitas de um corretor de imóveis, que residia em Ponta Porã e vinha constantemente ao sítio nesse intento. Por conta dessas pressões meu avô resolveu sair. Receberam uma espécie de indenização, minha família e outros moradores do local, que também não possuíam titularidade da terra. Meu avô vendeu o gado, cavalos, carroças e o jipe que possuía e repartiu o que conseguiu entre meu tio e minha mãe; e assim, deixamos o sítio e viemos para Dourados.

Minha mãe narra que, nesse mesmo ano, os indígenas que viviam no local foram levados para Bodoquena e as moradias na aldeia foram queimadas, mas no ano seguinte retornaram para o local. Devido à resistência indígena a área foi demarcada em 1984 para criação da reserva.

Meus avós paternos também possuíam um sítio próximo. Contavam que vieram para a região numa caravana com outras famílias sulistas numa viagem que teve duração de vários meses. Meu avô paterno adquiriu o lote, no distrito de Bomfim, pertencente ao município de Amambai-MS. Com o crescimento demográfico da família a terra tornou-se insuficiente, pois tiveram treze filhos e alguns precisaram migrar.

Meu pai deu sorte e não foi longe, pois minha mãe morava nas imediações e tinha apenas um irmão. Assim, com a união matrimonial residiram nas terras de posse de meu avô materno e trabalhavam juntos no cultivo do roçado e cuidados com animais.

Cresci ouvindo minha mãe contar as histórias saudosistas do “tempo” em que vivia na fazenda/campo. Falava das lutas do início para formarem o sítio, tratarem do gado e dos outros animais da criação. Contava da “solidão” no meio da mata, do convívio com os indígenas da aldeia próxima, dos viajantes que apareciam de vez em quando e recebiam pouso em sua casa. Nessa época, havia muitos animais no local, como onças, cobras e lobos e animais mais dóceis que eram adotados ao convívio familiar como macacos, papagaios entre outras aves.

As dificuldades eram imensas, o trabalho árduo da roça, as distâncias. Quase tudo era produzido no próprio sítio, desde móveis, roupas e principalmente os alimentos, e isso demandava muito trabalho. Mas também tinha os banhos de rio, os bailes nos sítios vizinhos que aos poucos foi se formando ao redor e melhorando a vida. Como recompensa do trabalho empenhado começou o “tempo da fartura”, ninguém passava mais necessidade, colhiam os frutos da terra. Meus pais sempre recordavam esse tempo que consideravam felizes. Enfim um mundo tão distante que ficou para trás e que povoava nosso imaginário. Eu tinha dois anos quando viemos para a cidade. Meus irmãos mais velhos já tinham passado da idade de ingresso escolar e entraram “atrasados”.

É interessante que ao aprofundarmos na pesquisa nos enxergamos no processo, porque faz parte de nossa história. A concentração de terra no Brasil vem desde o período colonial, com a criação das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias. Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. As terras somente eram concedidas a indivíduos que atendessem a certas condições pré-estabelecidas. Sobre esse instrumento jurídico de acesso à terra, assinala Martins:

Até a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, [...] A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. [...] Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os “bastardos”, os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos [...] (1980, p. 70-71).

A agricultura camponesa coexistiu às relações fundamentadas na escravidão, e até a segunda metade do século XIX, a produção familiar ocupava espaços em áreas de terras devolutas. Havia diversas formas de apropriação comunal da terra. Os estudos de Woortmann (1990) demonstram que os distintos grupos camponeses possuem uma matriz camponesa, ou seja, tem por base uma ordem moral que conforma uma campesinidade fundamentada sobre o tripé terra, família e trabalho.

No início do trabalho pensou-se em analisar as estratégias de resistência das famílias camponesas para permanência na terra de trabalho em dois assentamentos existentes no Município de Dourados. Devido ao prazo do programa de pós-graduação e por ser difícil abranger o recorte territorial em tempo hábil para coleta dos dados empíricos, optamos pela seleção de um Assentamento, no caso, o assentamento Amparo.

O campesinato enquanto classe configura a luta de classes no campo brasileiro e luta em duas frentes como aponta Martins (1983): uma para entrar e em outra para permanecer na terra trabalho. Desse modo parte-se do pressuposto que para permanecerem na terra, as famílias lutam. Nesse sentido buscamos, por meio da empiria, responder a algumas indagações que se colocaram no início da elaboração da pesquisa: após vinte anos de criação do assentamento, como estão essas famílias? Quem são? Quais têm sido as suas lutas para permanecer na terra? A renda obtida com o lote tem sido suficiente para as necessidades

familiares e permanência na propriedade? Como tem sido a ação do Estado no direcionamento de políticas públicas para a agricultura camponesa? Tem cooperativismo?

Na região de Dourados o processo de disputa territorial no campo é latente e gera inúmeros conflitos. Nesse contexto inserem-se as sessenta e sete famílias assentadas nesta área, e a dialética¹ dessa realidade se expressa em dificuldades para que se mantenham no campo. Por isso o estudo das estratégias de resistência das famílias camponesas desse assentamento pode proporcionar possibilidades e releituras de ações no território, para além de sugestões de políticas públicas viáveis que contribuam para melhorar a qualidade de vida dessas famílias bem como identificar os principais entraves. Essas informações podem ser úteis para além do assentamento em questão.

Nesse sentido a abordagem da questão agrária no Mato Grosso do Sul se faz a partir da vertente campesinista marxista e evidencia que a reprodução camponesa se faz no seio da economia capitalista hegemônica, na luta pela conquista de frações do território. O assentamento é essa fração, por isso a luta é permanente e transcende a conquista da terra.

Desde meados dos anos 1990 a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta além de seu caráter espoliativo tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento camponês do país, filiou-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo e que contribui ativamente para as ações que este realiza no Brasil.

Nos últimos cinquenta anos observou-se no Brasil uma inversão na distribuição da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, em 1940 havia 31% da população vivendo em áreas urbanas. Conforme dados do Censo 2010, atualmente esse índice chega a 84,4% contra 15,6 % em área rural.

Ainda assim, dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA demonstram que agricultura camponesa é responsável por cerca de 60,0% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras. Corresponde a 10,0% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e responde por 77,0% das ocupações produtivas e empregos no campo. Esses dados

¹ Cf. LEFEBVRE, 1991, p. 171 -172– Damos o nome de dialética ao movimento mais elevado da razão no qual essas aparências separadas passam umas nas outras e se superam[...] Para o pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira pelo que ela afirma relativamente (um conteúdo), e falsa pelo que afirma absolutamente é verdadeira pelo que nega relativamente (sua crítica bem fundamentada das teses contrárias) e falsa pelo que nega absolutamente (seu dogmatismo, seu caráter limitado). Confrontando as afirmações, o pensamento vivo busca a unidade superior, a superação.

desmentem a falácia de que a agricultura empresarial tem maior relevância social e econômica.

No entanto, a agricultura camponesa ocupa apenas 24,3% das terras com potencial agrícola no país. Isso demonstra a persistente concentração de terras como consequência do processo da expansão do sistema agrícola ligado aos interesses agroexportadores.

Constata-se que o rearranjo da estrutura produtiva desencadeado pela expansão do modo industrial de produzir (entre as décadas de 1970 e 1980); em especial a política agrícola privilegiaram os setores capitalizados da esfera produtiva voltadas ao mercado internacional e produzidas nos latifúndios de “*commodities*”. O resultado dessa política foi altamente negativo para a agricultura camponesa, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

As transformações na agricultura produziram um processo tenso e conflituoso pelo acesso à terra que se arrasta até nossos dias. Nesse contexto, inserem-se inúmeras famílias que, desprovidas de seu meio de sobrevivência, organizam-se para (re) conquistarem seu lugar.

Conforme Farias (2007) o assentamento não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. Um lugar de recomeço, permeado por antigos valores camponeses, reinterpretados com elementos do presente. A vida para os camponeses é cheia de significações que são incorporadas e proporcionam sentido às suas ações. As representações camponesas contribuem para criar mecanismos de resistência ao processo de profissionalização no campo. Esse universo simbólico oportuniza a possibilidade de continuarem existindo e reafirmarem sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades.

Nesse sentido, Fabrini (2007), destaca que a prática das relações sociais camponesas assentadas em e no território local garantem aos camponeses a sua existência enquanto classe, pois é um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente em um movimento social. Desse modo, ainda que a escala da ação dos camponeses se ampliem por meio dos movimentos sociais, é preciso considerar que estes se alimentam da “energia” local emanada do território.

Sabe-se da grande relevância que as políticas públicas representam para o desenvolvimento das pequenas propriedades camponesas para sua permanência e fortalecimento no campo. Nessa perspectiva o objetivo geral deste estudo será conhecer e analisar as estratégias de resistência, impasses e perspectivas das famílias camponesas do

Assentamento Amparo em Ithaum, distrito do município de Dourados. Especificamente objetiva-se:

- a) fazer uma análise histórico-geográfica da luta pela terra e suas transformações territoriais desde o período de criação do assentamento, de 1997 a 2017, no estado do Mato Grosso do Sul;
- b) Analisar o perfil demográfico, socioeconômico da população de camponeses assentados residentes neste assentamento, além de caracterizar a trajetória de luta e resistência das famílias na perspectiva socializada do coletivo de luta;
- c) Destacar as atividades produtivas, a organização da produção e rendimento gerado, destacar os fatores limitantes e propulsores e as estratégias de resistência para permanecerem camponeses e manterem o lote;
- d) Analisar as ações do Estado no direcionamento de políticas públicas para os assentamentos rurais e sua influência na expulsão ou permanência das famílias assentadas.

A escolha pelo desenvolvimento da pesquisa no Assentamento Amparo também decorreu pela proximidade da sede do município o que contribui para realização do trabalho de campo, e porque entendemos que o estudo pode corroborar a partir dos dados empíricos na avaliação das políticas públicas de acesso à terra e da luta pela terra na região. Criado há vinte anos, o assentamento recebeu sessenta e sete famílias oriundas de vários locais do estado e é por meio desses olhares que queremos tecer a avaliação dos avanços e entraves para democratização do acesso à terra.

Nossa abordagem foi construída a partir da reflexão marxista de teóricos clássicos da questão agrária, com relevância nas considerações de Chayanov (1974) em relação aos estudos sobre economia familiar camponesa russa de sua época e que contribuem para compreensão da racionalidade camponesa na realidade agrária brasileira da atualidade. O autor destacou que a unidade de produção camponesa possui uma racionalidade própria, um modo de produzir específico não como se entende o modo de produção capitalista, mas um modo de produzir guiado pelo balanço entre trabalho e consumo definido pelo número de membros da família.

No cenário nacional utilizamos obras de teóricos nacionais da vertente camponista que defendem a (re) criação camponesa enquanto classe, no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista e que primam pela resistência do campesinato a esse modelo de sociedade. Podemos citar Ariovaldo Umbelino de Oliveira, João Edmilson Fabrini, entre outros.

De acordo com Fabrini (2002) o entendimento da resistência camponesa não é possível apenas pela análise das relações de produção de mercadorias, mas essencialmente pelas forças sociais criadas nesse processo de produção. A luta pela terra transcende a conquista de um pedaço de chão, mas é uma luta contra o próprio capitalismo.

As categorias centrais do mundo camponês estão alicerçadas em terra, família e trabalho. Delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem o sentido para vida desses sujeitos e conforma-se a uma ordem moral subjetiva existente nos diversos grupos camponeses como aponta Woortmann (1990).

Neste estudo, a análise dos assentamentos como uma das formas de (re) criação camponesa e de resistência impõe a busca por conceitos que melhor possam dar conta da compreensão dessa fração do território e da luta que os camponeses travam para permanência na terra de trabalho e do significado desta para estes sujeitos. A luta pela terra contra o latifúndio se expressa na atualidade na luta contra o agronegócio. Esse modelo oposto ao seu modo de vida, que muitas vezes expulsa-os da terra de trabalho ou subordina seu trabalho sujeitando a renda da terra ao capital.

Trabalhamos com a abordagem de Raffestin (1993), que entende o sistema territorial como constituído de diferentes elementos e a partir de uma representação, os atores procedem à repartição das superfícies, ou “essencial visível”, que formam os sistemas de malhas de nós e redes e se imprimem no espaço. Essas tessituras de nós e redes organizadas hierarquicamente permitem controlar, influir, alocar, distribuir e possuir, enfim, permite realizar a integração e a coesão dos territórios, que constituem o envoltório no qual se originam as relações de poder e assim pontua:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. [...] Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. [...] Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Os campos sul-matogrossenses apresentam na atualidade frações do território altamente mecanizados e tecnificados, unidos aos mercados transnacionais e que tem no agronegócio a expressão máxima da economia regional, o que contribui para aumentar a desigualdade e reafirmar a divisão internacional do trabalho, além de esconder, na expressão

aparente de modernidade, a barbárie e a (ir)racionalidade das relações de poder, do clientelismo político e econômico, por ser fundado no modelo rentista da especulação e uso da terra.

Esse modelo desigual de desenvolvimento hegemônico se territorializa, transformando modos de vidas tradicionais, mantendo na aliança com o atraso os alicerces da modernização conservadora². Assim, é preciso compreender os processos de expropriação e subordinação das populações camponesas que ocorrem via territorialização ou monopolização do território pelo capital, como destaca Oliveira, (2007, p. 21):

Desse modo, a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente a agricultura.

A palavra agricultura expressa uma cultura que é produzida e quando deixa de ser cultura e entra o negócio perde seu sentido. O trabalho desenvolvido na terra pelo camponês produz cultura.

Com vistas a contemplar mais detalhadamente as indagações iniciais, a pesquisa foi estruturada em três capítulos, nos quais abordamos questões pertinentes às particularidades da formação socioespacial no sul do estado de Mato Grosso do Sul, particularmente no município de Dourados: a apropriação capitalista da terra e seu uso, com foco na resistência camponesa como instrumento de luta, o movimento camponês e a luta pela terra no Mato Grosso do Sul, violência e conflitos no campo, políticas públicas com vistas ao fomento e desenvolvimento da chamada agricultura familiar e suas contradições, em nível local (município), e nas esferas estadual e nacional.

O método é essencial na construção do trabalho, por isso, para atingir os propósitos deste estudo utilizamos a pesquisa qualitativa com fontes orais. Os trabalhos foram divididos em três etapas, não necessariamente seguindo uma sequência cartesiana. Fizemos o

² Cf. OLIVEIRA, 2007, p. 6 – “[...] *modernização* do latifúndio, via introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, o que permitiria a esses latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas. Assim, os latifundiários tornar-se-iam capitalistas do campo [...] Há autores que chamam esse processo de modernização do latifúndio de “modernização conservadora”, pois não se altera profundamente a estrutura social existente.”

levantamento bibliográfico a partir da busca de autores nacionais e internacionais que discutem a questão agrária no âmbito da sujeição da renda da terra ao capital e recriação camponesa, além de referências bibliográficas sobre a história da ocupação e integração produtiva e luta pela terra na região. Essa etapa foi realizada por meio da leitura de livros, periódicos, revistas especializadas, e trabalhos científicos.

Realizou-se a coleta de dados secundários em órgãos oficiais específicos, como a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados, Comissão Pastoral da Terra - CPT entre outros.

Realizou-se também a coleta de dados primários por meio da técnica de entrevista aplicada aos moradores do assentamento. Para isso foi elaborada uma entrevista semiestruturada com perguntas temáticas relativas à trajetória de luta das famílias, envolvimento com movimento social e organização da produção. Optamos no trabalho por nomear nossos entrevistados com letras do alfabeto brasileiro (24 letras) para garantir a preservação da identidade dos participantes. Em alguns momentos do trabalho utilizamos fragmentos da informação e em outros transcrevemos as falas dos entrevistados. Além das entrevistas, foi aplicado um questionário eletrônico às famílias por meio da plataforma DataScope, no sentido de coletar dados sociodemográficos da população que vive no assentamento e também da produção desenvolvida, o que nos proporcionou uma visão sociodemográfica geral do assentamento.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de fevereiro a maio de 2018. Foi realizado um pré-teste na primeira visita ao assentamento para possíveis correções, e nas visitas seguintes a aplicação da entrevistas consolidada aos demais moradores. Foram feitas doze visitas ao assentamento e coletadas vinte e quatro entrevistas e trinta e seis questionários.

De posse da lista dos parceiros originais dos lotes, fornecida pelo INCRA, optamos procurar primeiramente fazer um levantamento de quantas famílias permanecem no local, identificamos dezessete famílias. De modo que buscamos contato primeiramente com estas, posteriormente vimos a necessidade de ampliação do número de entrevistados para melhor atingirmos os objetivos da pesquisa.

A terceira etapa consistiu na análise, tratamento, interpretação e discussão dos dados obtidos para elaboração dos capítulos pertinentes.

O primeiro capítulo da dissertação – Campesinato e Agronegócio: contradição e resistência discutimos o processo de formação socioespacial sul-mato-grossense, considerando que este processo assentou-se sobre o modelo desenvolvimentista de integração e modernização através da expansão e incorporação de novas áreas para agricultura com elevado grau de mecanização, o que contribuiu para a consolidação do capital industrial neste espaço. Desse modo, este processo foi e é marcado, por contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A estrutura fundiária na região é, em grande medida, resultado das transformações históricas ao longo da consolidação deste modelo.

Constata-se que as políticas públicas para a Região Centro-Oeste e o disciplinamento da ocupação territorial foi realizado dentro dos moldes que interessavam às classes dominantes da sociedade. Os conflitos sociais e fundiários gerados são certamente, contradições de classes que nascem da concentração de riquezas e apropriação pelo capital através da exploração do trabalho, pela expropriação e expulsão dos povos originários e dos camponeses, pois o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.

Para construção do capítulo foram consultadas obras de autores que discutem a questão agrária, formação socioespacial na geografia e também autores que estudam o processo histórico de formação territorial do estado, como o professor Paulo Roberto Cimó de Queiroz, Valmir Batista Corrêa e fontes coletadas em órgãos oficiais como o INCRA, IBGE, MDA, CDR – Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, e dos movimentos sociais e das organizações que trabalham com a questão agrária CPT, MST, FETAGRI³, DATALUTA⁴ entre outros.

O Segundo capítulo – Trajetórias de luta e resistência dos camponeses assentados buscamos analisar as trajetórias de lutas individuais no coletivo de luta pela terra e os esforços empreendidos para manutenção da terra de trabalho. Assim, o foco em nossa abordagem não foi o assentamento em si, mas a conquista dessa fração de território e a luta diária para sua manutenção. A compreensão do assentamento enquanto unidade territorial fundamentada em relações interligadas que tem na família, no trabalho desenvolvido na terra, elo de identidade camponesa. Essas realidades se fazem a partir da existência e interação de múltiplas determinações, visto que a sua construção é fruto das contradições do capitalismo que em sua reprodução (re) cria formas de produção não capitalistas.

³ Federação dos Trabalhadores na Agricultura

⁴ Banco de Dados da Luta pela Terra- Repositório Institucional da Universidade Estadual Paulista- UNESP

A apropriação capitalista da terra, seu controle e particularmente sua concentração pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, como afirma Fernandes (1994).

No terceiro capítulo – Terra, trabalho e família: Nuances da (re) criação camponesa no assentamento Amparo, buscamos evidenciar as formas de (re)criação camponesa que envolvem uma lógica não capitalista, baseada em uma ordem moral, na vida em família, nas relações de vizinhança. Destacamos as atividades desenvolvidas, as formas de organização da produção, do trabalho, considerando, sobretudo, o acesso às políticas públicas e os desdobramentos no assentamento. À luz da questão agrária procuramos construir uma análise dos principais programas vigentes destinados a agricultura familiar com relação aos assentados do Amparo e destacar o papel do campesinato no contexto das discussões sobre o acesso à terra e às condições para produzirem.

As nossas considerações finais foram tecidas a partir da discussão e interpretação da realidade pesquisada e do referencial teórico adotado na abordagem. Esperamos poder contribuir por meio do estudo das estratégias de resistência dos camponeses do Assentamento Amparo, na abertura de novas possibilidades ao atual modelo de produção hegemônico, ou, ao menos, que questione a ideia do crescimento pelo crescimento, assumindo a perspectiva teórico-metodológica apropriada para destruição dos mitos que se constituem como o mais difícil obstáculo para uma sociedade justa, pois muitos destes mitos consagram o capitalismo como o único modelo de desenvolvimento possível para o mundo.

O projeto neoliberal capitalista é mundial e entra nas pautas políticas brasileiras com viés ideológico de incluir o país entre as primeiras potências globais. Em linhas gerais, para alcançar este objetivo, defende: a) abertura para o mercado externo com as exportações de *commodities* e importações de produtos, em especial, os de tecnologias de ponta; b) nacionalização do mercado; c) estímulo aos grandes proprietários; d) integração seletiva dos pequenos agricultores à agroindústria; e) desaparecimento da agricultura familiar camponesa de autoconsumo; f) maior atenção ao capital e à tecnologia.

Nessa perspectiva, a repercussão das ações implementadas para a agricultura têm consequências nefastas, em outras palavras, o projeto neoliberal da classe dominante subordinado aos interesses do capital internacional financeiro gera uma séria crise social e seus efeitos são sentidos por toda a sociedade, pois não objetiva mudanças estruturais que proporcionem condições para um processo de democratização da terra e da renda no campo. Ao contrário, estimulam a concentração fundiária, a monocultura de exportação, a compra de terras pelo capital estrangeiro e o desmatamento.

CAPÍTULO 1 – CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO: CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA

1.1 Formação socioespacial do Mato Grosso do Sul e questão agrária

Ao nos debruçarmos sobre os diversos estudos históricos, sociais e econômicos que se referem ao processo de formação socioespacial e configuração territorial no atual Mato Grosso do Sul, nos deparamos com o desafio de compreendermos esse espaço, os processos que incidiram ao longo de sua reprodução, também acerca do debate teórico, assim como, as relações de poder que marcam e demarcam territórios.

Nesta perspectiva, Martins (1994) afirma que a propriedade latifundista é base social e política em nosso país e freia a possibilidade de transformação social. Consoante a essa realidade, a resistência camponesa se levanta em contraposição de forma organizada por meio dos movimentos de camponeses que lutam para entrar e permanecer na terra; e também por meio do protagonismo dos movimentos indígenas, que reivindicam junto ao poder público, a demarcação dos seus territórios tradicionais; assegurados na Constituição Federal de 1988 e, nesse sentido, organizam ações de retomadas como forma de pressão.

Fabrini (2002) entende que a resistência camponesa não é possível apenas pela análise das relações de produção de mercadorias mas, essencialmente, pelas forças sociais criadas nesse processo de produção. A luta pela terra transcende a conquista de um pedaço de chão, mas é uma luta contra o próprio capitalismo.

Segundo Oliveira (2007), o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura deve ser percebido no seio das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômico-social, frações do território capitalista hegemônico, portanto, produto de um processo contraditório da reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido utilizamos as reflexões de Martins (1983) que preceitua a existência de uma contradição entre terra e capital e por isso o avanço do modo capitalista de produção no campo não se dá da mesma forma que na indústria. Porque a terra não é produto do trabalho humano e nem pode ser produzida, é um bem natural finito. O fruto da terra, este pode ser considerado fruto do trabalho, mas a própria terra não o é, e também não é um meio de produção. No entanto, ela é erroneamente considerada capital. A partir dessa exposição, o autor afirma que ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho; este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor.

Mas o capital, ao separar o trabalhador dos meios de produção, cria condições para se apropriar do seu trabalho, por meio da mais-valia produzida e oculta na mercadoria. Ao apropriar-se do trabalho não pago o capitalista faz com que este apareça como integrante do próprio capital ao ser comprado por meio do pagamento de salários. Essa relação é sustentada juridicamente pela falácia que somos todos iguais perante a lei, pois somos todos “livres”. A falsa liberdade de escolha diante das relações de trabalho faz que o trabalhador não reconheça o valor gerado pelo seu trabalho, esse valor espoliado aparece estranho a ele.

Kautsky (1980) afirma que na agricultura a propriedade privada da terra se levanta como um obstáculo à expansão do capital. Porque para explorar a terra o capitalista precisa pagar um aluguel ao proprietário da terra e obter a licença para isso, mobilizando parte de seu capital. Assim, nesse sentido, como precisa pagar um salário para explorar a força de trabalho do trabalhador e a transformá-la em mercadoria, a terra também é transformada em mercadoria no capitalismo por meio do pagamento da renda territorial.

Em Martins (1994) temos que a subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre para que ela produza sob a dominação do capital. Essa subordinação permite justamente que o trabalho que é realizado na terra se torne subordinado ao capital e apropriado por este. Desse modo, pagando a renda da terra ao proprietário, o capitalista remove o obstáculo para a dominação total do capital. A terra apropriada ou “aprisionada” opera como se fosse capital, ainda assim, embora pareça socialmente com o capital, não se confunde com este. O capital produz lucro, o trabalho salário e a terra renda.

Destarte, Oliveira (2007) destaca que capitalismo na agricultura brasileira tem caráter rentista e na maioria das vezes o capitalista e o proprietário de terra aparece personificado em uma só pessoa, ou melhor, em empresas capitalistas. Portanto, a modernização da agricultura foi uma modernização conservadora, acompanhada da crescente concentração fundiária em que as políticas governamentais de incentivos fiscais implementadas pelo Estado através das Superintendências de desenvolvimento para as Regiões Nordeste, Amazonas e Centro-Oeste, respectivamente, superintendências; SUDENE, SUDAM e SUDECO foi o que promoveram a fusão entre capitalistas e proprietário de terras. Em decorrência da ação do Estado, empresários urbanos capitalistas se tornaram os maiores proprietários de terra no Brasil. Assim evidencia Oliveira (2007, p.132) “No Brasil, esta aliança faz com que ao invés da burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atua no sentido de solidificar ainda mais, a propriedade privada da terra.”.

Assim destacamos as reflexões acerca da propriedade da terra de Martins (1983), em que afirma que antes de tudo é uma relação social. Uma relação social no sentido que mantém com o capitalismo. Neste as coisas aparecem como sendo o que não são, contrárias à sua verdadeira essência. A terra através do proprietário cobra no capitalismo a renda territorial de toda sociedade, pois é parte do trabalho espoliado de todos os trabalhadores, tanto do campo como da cidade. A especulação da terra permite ao proprietário lucrar, sem, no entanto, produzir absolutamente nada em sua propriedade. Os baixos preços pagos pelos alimentos produzidos pelas famílias camponesas subordinadas a agroindústria⁵, permitem aos capitalistas manterem os baixos salários pagos aos trabalhadores urbanos. Assim a apropriação do trabalho desses trabalhadores, tanto do campo como na cidade é que permitem a acumulação e a reprodução ampliada do capital. Essa teia de relações aparece obscurecida:

Mas a contradição representada pela terra não é deste último tipo, não é de “fora” do capitalismo; é contradição interna, constitutiva do próprio modo capitalista de produção. Claro que ela representa uma irracionalidade diante do capital. [...] A contradição fundamental é que a produção da riqueza é socializada pelo capital, é social, e a sua apropriação é privada: o burguês e o proprietário de terra se apropriam dessa riqueza. Portanto, a questão da propriedade capitalista, e da exploração que ela viabiliza, se resolverá quando se resolver essa contradição fundamental. [...] A contradição entre ambos não é uma contradição da terra, é uma contradição do capitalismo (MARTINS, 1983, p. 172).

Com essa constatação fundamental, nosso olhar sobre o processo de formação socioespacial do Mato Grosso do Sul, se faz a partir de uma abordagem que entende o desenvolvimento capitalista no campo em seu movimento contraditório, desigual e combinado, que incidiram ao longo de sua constituição. Verificamos com Martins (1983) que a relação do capitalista com a terra, difere da do camponês, porque para este, a terra, é terra de trabalho e para aquele é terra de negócio. Nesse sentido o autor afirma que, no Brasil, o campesinato é uma classe e não um estamento, e que o direito à propriedade que o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca para expropriar o camponês. Desse modo, historicamente e socialmente, o avanço do capital sobre a terra tem sido determinante nos deslocamentos dos pequenos proprietários e posseiros.

⁵ A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. O grau de transformação varia em função dos objetivos das empresas. Para cada uma dessas matérias- primas, a agroindústria é um segmento da cadeia que vai desde o fornecimento de insumos agrícolas até o consumidor. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130319relatorio_perfil_agroindustria> Acesso: 13/02/2019

Nessa perspectiva contamos igualmente com a contribuição das obras marxistas dos teóricos clássicos da questão agrária, como Chayanov (1974). Chayanov, em sua análise, considera a economia familiar como uma unidade de produção, um modo de produção específico, não como se entende o modo de produção capitalista, mas um modo de produzir guiado pelo balanço entre trabalho e consumo definido pelo número de membros da família.

Destacamos também os estudos de Woortmann, (1990) que aponta a centralidade do modo de vida camponês no tripé, “terra, família e trabalho”. A relação que os camponeses mantêm entre si e com a terra, são orientadas por uma ética moral; definida como princípio organizativo, subjetivo, presente em tempo e lugares distintos, ou seja, a campesinidade, inerente a diversas temporalidades e presente em diferentes graus, dependendo de cada formação social das comunidades camponesas. A partir dessa ordem moral, esses sujeitos constituem seu modo ser e estar no mundo. A tríade família, trabalho e terra são categorias centrais no mundo camponês. Delas é que valores como a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e formam o campesinato ao mesmo tempo em que norteiam seu modo de viver.

Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul possui uma área territorial de 357.145,531 km². É formado por 79 municípios e apresenta uma das estruturas fundiárias mais concentradas do país. Na tabela 1, podemos visualizar a estrutura fundiária das propriedades rurais, divididas entre pequena, média e grande propriedade.

Tabela 1- Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária 2014

IMÓVEIS		Nº de propriedades	(%) Em relação ao total de propriedades	Área ocupada (ha)	(%) de área ocupada	
PEQUENA	Com até 4 módulos fiscais	59.595	69 %	2.553.488,09	8%	
	MÉDIA	De 4 a 15 módulos fiscais	16.001	18 %	6.031.787,38	18%
GRANDE	}	De 15 a 50 módulos fiscais	8.495	10 %	10.597.221,54	32%
		De 50 a 100 módulos fiscais	1.897	2 %	6.048.314,95	18%
		De 100 a 600	895	}	7.496.150,07	22%
		Com mais de 100 módulos	16		1%	602.191,85
Total		86.899	100%	33.329.153,88	100%	

Fonte: INCRA/SNCR – 2017

Dos 86.899 imóveis rurais cadastrados, em 2014, que ocupam área total de 33.329.153,88 (ha), as propriedades com até 4 módulos fiscais representam 69% das propriedades e ocupam apenas 8% do total da área agricultável (59.595 propriedades), e as de 4 até 15 módulos fiscais somam 16.001 propriedades, representando 18% do total de propriedades e ocupam 18% do total da área. As grandes propriedades concentram 74% do total da área agricultável e somam apenas 11.303 estabelecimentos, ou 13% do total de propriedades cadastradas.

O módulo fiscal⁶ é uma unidade de medida que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

A concentração fundiária gera inúmeros conflitos e violência no campo, pois observa-se que não falta terra, mas os interesses econômicos impedem o acesso à terra para que esta cumpra sua função social. O fenômeno recente da territorialização do capital contribui para o acirramento das disputas territoriais e nesse processo, os proprietários de terra estão alinhados aos capitalistas contra os movimentos camponeses e de indígenas. Como pontua Martins (1994, p. 13):

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está

⁶ O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6746/1979 e alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra criado pela Lei nº 4.504/1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável, no Brasil varia de 5 a 110 hectares. No MS a maioria se encontra entre os 30 e 45 (ha). Também define propriedade familiar como aquela que não ultrapassa 4 módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:

1. Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
2. Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
3. Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
4. Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.

A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder.

O perfil agrário concentrado de nosso estado também é resultado das invasões de terras devolutas por capitalistas/latifundiários, e conforme destaca Oliveira (2008, p. 13-14) havia em 2003, em Mato Grosso do Sul, 5 milhões de hectares de terras devolutas e 8,5 milhões de hectares de latifúndios improdutivos que, alinhados à concentração fundiária, juntamente com a mudança do uso da terra e a territorialização do capital provocaram a retração das áreas de cultivos alimentares tradicionais: arroz, feijão, café, etc., e foram substituídas por culturas das *commodities*: soja, milho, açúcar além da pecuária principalmente no centro-sul e leste do estado.

Segundo Martins (2009), diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras economias capitalistas, no Brasil, o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para garantir sua reprodução ampliada, e por meio desta, cria e recria mecanismos de acumulação primitiva que confiscam terra e territórios, e atinge violentamente os povos originários e as populações camponesas. A fragilidade institucional ao controle da terra e o pouco apoio à agricultura familiar camponesa favorece o escoamento da renda da terra para o capital comercial e favorece igualmente a persistente concentração fundiária.

Os diversos estudos referentes à questão agrária do MS, dados dos órgãos oficiais e de entidades que se dedicam a questão agrária revelam que a violência tem sido o principal instrumento de represália e criminalização dos movimentos sociais sendo característico na defesa da propriedade privada da terra.

Verifica-se que o processo de apropriação capitalista da terra não acontece de forma tranquila. Milhares de famílias camponesas e, principalmente, de indígenas, engrossam as trincheiras da luta pela terra. É notório que as principais ações nos últimos anos foram empreendidas pelos indígenas e também foram estes que mais sofreram represálias. A maioria dos conflitos com indígenas concentram-se na região centro-sul, onde está estabelecida a maior parte da população indígena do estado, especialmente os Guarani Kaiowá e os Nandeva.

De acordo com Raffestin (1993) foi preciso compor o presente, integrando o passado, para assegurar o futuro. Examina-se nesta afirmativa que a constância das tessituras antigas sobrevive, pois elas são amparadas pelas relações vividas das populações que

envolvem relações econômicas e culturais, dependência recíproca, consoantes à linguagem e costumes e constituem sua territorialidade. Faz-se necessário ouvir as vozes dos protagonistas desse universo, silenciados ou considerados atores “secundários” nesse processo.

O Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, destaca que o estado do MS possui 2.449.341 habitantes, sendo que 14,35% são rurais e 85,65% urbana e registra a segunda maior população indígena do país, cerca de 73.295 indivíduos que representam 3% da população total do estado.

A população indígena é constituída de vários povos sendo que a maior parte vive atualmente confinada em reservas, sem condições de reproduzir seu modo de vida tradicional e são duramente atingidos pelos flagelos da vida contemporânea.

Ao analisar o avanço do capitalismo na agricultura sul-mato-grossense Mizusaki (2009) denuncia:

Para quem analisa o campo na perspectiva da modernização da agricultura, os índios realmente só poderiam atrapalhar. Assim para atender aos interesses urbano-industriais no processo de expansão do capitalismo- uma vez que coube também ao Centro-Oeste o atendimento de tal necessidade- os índios foram sendo introduzidos em áreas demarcadas, o que vem rompendo com o equilíbrio que até então garantia a reprodução de sua existência. (MIZUSAKI, 2009, p. 55).

Podemos afirmar que eles lutam não por qualquer área de terra, mas pelos seus territórios dos quais foram expulsos e que eram habitados originalmente por seus ancestrais. Nesse sentido, Abreu (2014) destaca que o projeto de colonização empreendido por Getúlio Vargas em 1943 foi assentado numa área de 200.000 hectares e que grande parte era habitada originalmente pelo povo Kaiowá:

No governo de Fernando Henrique Cardoso, boa parte dessa área foi considerada de propriedade dos Índios Kaiowá, pelo Ministério da Justiça, já que o projeto de colonização de Vargas desconsiderou, na época, a legitimidade da propriedade indígena, assentando os colonos sobre suas terras. Este é um bom exemplo dos percalços que ações de planejamento provocam por desconhecerem ou desconsiderarem a realidade local (ABREU, 2014, p. 59).

Nesse sentido destacamos os estudos de Vietta (2007) que apontam essa política desastrosa implementada a partir do Estado Novo encabeçadas por Getúlio Vargas, pois ao tratarem as terras Kaiowá e Guarani como devolutas e objeto para os projetos de povoamento e de integração econômica tendo como fulcro a proteção das fronteiras, a consequência foi a

desterritorialização desses povos. Para amenizar os problemas decorrentes dessa prática foi criado o Serviço de Proteção ao Índio – SPI⁷ e demarcadas algumas áreas para instalações de “reservas indígenas”, no sentido de deixar o território livre para atendimento desses projetos.

Muitos desses territórios, hoje fazem parte do cinturão da produção do agronegócio. Assim, a força política da classe capitalista-latifundista, que se reveste numa nova roupagem de moderno, por meio da influência e poder da bancada ruralista⁸, seus representantes, impede a demarcação dos seus *tekohas*⁹ e insiste no discurso de que a produção é que gera riqueza e traz progresso. Aqui cabe o questionamento: riqueza para quem e qual o progresso alcançado? Por isso a questão agrária segundo Mizusaki (2009) não pode ser considerada apenas na sua face de modernização da agricultura, como alguns autores nos apresentam este processo, desarticulado dos problemas que envolvem indígenas, sem-terra, sem-teto, degradação ambiental etc.

Sabemos que a riqueza gerada no modo de produção capitalista realiza-se nas mãos de poucos e em outros locais e que este modelo esgota os recursos naturais, por meio da monocultura, da contaminação dos solos e das águas, afeta as populações e todos os biomas. No Mato Grosso do Sul, a população indígena, apesar do contingente populacional, passa

⁷ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional (Oliveira, 1947).

O projeto do SPI instituiu a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. A idéia de transitoriedade do índio (Oliveira, 1985) orientava esse projeto: a política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformaria o índio num trabalhador nacional. Para isso, seriam empregados métodos e técnicas educacionais controlando esse processo, baseado em mecanismos de nacionalização dos povos indígenas.

Os regulamentos e regimentos do SPI estiveram voltados para o controle dos processos econômicos envolvendo os índios, estabelecendo uma tipologia para disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Era uma classificação que definia o modo de proceder e as intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania.

A origem do SPI estava nas redes sociais que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), Apostolado Positivista no Brasil e Museu Nacional, pois o MAIC previu desde a sua criação a instituição de uma agência de civilização dos índios. As atividades das Comissões de Linhas Telegráficas em Mato Grosso deram notoriedade a Cândido Mariano da Silva Rondon.

Para a administração da vida indígena foi formalizada uma definição legal de índio, através do Código Civil de 1916 e do Decreto nº 5.484, de 1928. Os indígenas tornaram-se tutelados do Estado brasileiro, um direito que implicava num aparelho administrativo único, mediando as relações índios – Estado – sociedade nacional. A terra, a representação política e o ritmo de vida foram administrados por funcionários estatais, com os índios adotando uma indianidade genérica (Oliveira, 2001).

Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?limitstart=0#>.

⁸ Na política do Brasil, a bancada ruralista constitui uma frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos proprietários rurais.

⁹ Cf. CRESPE, 2015, p. 25 – Para a introdução, apresento o significado de *tekoha*, a partir da etimologia da palavra. *Teko* significa modo de ser e *ha* é um indicativo de lugar. Assim, o uso mais comum do termo é para se referir a um lugar onde se viveu se vive ou se pode viver o *Teko*, o modo de vida Kaiowá.(...) o modo de ser que os Kaiowá e os Guarani se referem é o bom modo de ser (modo reto, certo), chamado *teko porã*.

invisível aos olhos da sociedade e os problemas que os atingem, parecem residuais ao avanço da modernidade.

À medida que os proprietários de terra e capitalistas se apropriavam privadamente do território, tornando a terra mercadoria, os índios foram sendo “confinados” em parcelas de seus territórios demarcados, denominados de aldeias, para que sua concepção de terra, enquanto bem sagrado, enquanto meio de reprodução de vida, tivesse um limite territorial definido (pelo não índio) de forma que não prejudicasse o avanço capitalista.[...] Desterritorializados, a única geografia que a sociedade capitalista lhes conferiu foi a geografia (des) humana, ou seja, uma situação ou condição que só lhes dá acesso aos subprodutos dessa sociedade: alimentos recolhidos nos lixos das cidades; restos de comidas nas casas, o “pão velho”, a peonagem nas destilarias de álcool, o alcoolismo, o suicídio... (MIZUSAKI, 2009, p. 55).

Constata-se ainda, que a agricultura moderna, apesar da consolidação das leis trabalhistas e da fiscalização do trabalho, ainda mantém formas arcaicas de exploração que são inerentes a este processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, não só em terras sul-mato-grossenses, como indica Oliveira:

É em decorrência desse processo que se tornou possível a revelação de dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias, a peonagem, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”. Isto quer dizer que, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas desse país (OLIVEIRA, 2007, p.132).

Vale destacar que com a Reforma Trabalhista¹⁰ aprovada recentemente e sancionada final do ano de 2017, tornou esse crime mais difícil de ser caracterizado e fiscalizado.

Até finais do século XIX e meados do século XX, essa forma de exploração de trabalho era comumente utilizada na exploração dos ervais da região sul do estado, era

¹⁰ Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017- Trata de alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT que segundo especialistas que atuam na erradicação do crime no país criou condições para dificultar a identificação do trabalho análogo ao escravo, pois permite a banalização do trabalho escravo e dificulta seu combate. Representando um verdadeiro retrocesso na garantia de direitos. Ainda que a reforma não altere a forma como o trabalho escravo é caracterizado as mudanças tidas como modernizadoras das relações de trabalho afetam o combate ao crime. Entre elas, a ampliação da terceirização, a contratação de autônomos de forma irrestrita, e a possibilidade de aumentar a jornada de trabalho e de reduzir as horas de descanso. Desse modo cria dificulta a identificação do trabalho análogo ao escravo.

praticada nas fazendas dos coronéis e pela grande empresa capitalista da época, Companhia Mate Larangeira LTDA, que detinha monopólio da exploração da planta nativa na área.

A árvore da erva-mate é nativa dessa região, e abrangia de forma descontínua áreas de outros estados, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e constituiu, sobretudo entre os séculos XVII e XX, um importante ramo econômico. De acordo com registros de diversos estudos da historiografia da região, a empresa cooptava índios e paraguaios para o difícil trabalho de extração. Nesse sentido, o historiador Valmir Batista Corrêa destaca,

O caso da Companhia Mate Larangeira no sul de Mato Grosso, situada na região de fronteira com o Paraguai, pode ilustrar claramente essa relação entre sistema de produção, latifúndio, violência e área de fronteira no estado. Os métodos utilizados pela Cia. para a exploração da mão-de-obra tornaram a miséria, a violência e a morte companheiras constantes e inseparáveis de um incalculável número de homens na extração da erva-mate. Mesmo considerando a existência de salários aviltantes pagos aos ervateiros (a remuneração era feita com base nas arrobas de erva carregadas nas costas do ervateiro), as relações de trabalho transfiguraram-se de fato numa forma desumana e escamoteada de escravidão. (CORRÊA, 1995, p. 157).

De acordo com Queiroz (2015) a economia ervateira foi especialmente importante no período entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960. Nessa época, a economia política da erva-mate norteava todos os aspectos da vida social e econômica inclusive a política exterior do Estado nacional brasileiro, em vista da situação fronteiriça da região. O autor afirma que a influência da Companhia Mate Larangeira e a relevância assumida pela empresa, devido à amplitude e a longa duração de sua presença nos ervais, levou-a a “sequestrar” grande parte da história e da memória de toda a região sul-mato-grossense, como se nada existisse antes dela.

Nessa direção Corrêa (1995, p. 157) destaca: “Além desse aspecto, a contínua expansão dos domínios da Cia. resultava no confronto frequente com posseiros anteriormente estabelecidos na região dos ervais, que incapacitados para enfrentá-la, acabaram quase sempre expulsos de suas terras”. Além da atuação da Companhia Mate Larangeira, Fabrini (1995) destaca que haviam outras empresas ligadas ao capital financeiro atuando na Região à mesma época:

[...] organizaram sua produção na exploração de grandes áreas de terra para a prática da pecuária, como a Brasil Land, Cattle And Packing. Com 2.553.200 ha, The Brazilian Meat Company com 316.010 ha, Territorial Franco-Brasileira, com 414.803 ha, The Miranda Estância Company com 219.506 ha, além de outras empresas, intensificando-se o processo de concentração de terras em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 1995, p. 38).

Além disso, Corrêa (1995) pontua que durante muito tempo na região a lei que vigorou foi a da força, melhor dizendo, a do calibre, pautada numa economia em que a principal fonte de riqueza era a posse da terra. As relações de trabalho fundamentavam-se em obrigações pessoais pagas pelo trabalhador aos patrões em forma de tributos, prestação de serviços, ou ainda favores.

Desse modo, a posse da terra tornou-se monopólio de um reduzido grupo formado por uma classe de grandes proprietários que agiram principalmente através da grilagem de terra, e na outra margem influenciou na formação de uma população de “sem-terra”, que só tinha como alternativa a venda de sua força de trabalho. O autor destaca ainda que foi um período marcado pela violência, caracterizado pelo “coronelismo e banditismo” presente em todo estado do Mato Grosso, tanto na região norte como sul, e que era favorecido por um conjunto de fatores, em que a situação de fronteira pode ser considerada como um dos seus principais componentes. Assim acentua Corrêa, (1995, p. 61) “A região de fronteira de Mato Grosso configurou-se, portanto, como área propícia às relações de violência, quer pela falta de controle do poder estadual, quer pela intensa mobilidade de pessoas que a ultrapassavam sem maiores dificuldades”.

Nesse período, as disputas políticas entre coronéis do Norte e do Sul do Mato Grosso centravam-se principalmente na intenção de desmembramento do território da região Sul que foi alcançada somente em 11 de outubro de 1977¹¹, durante o governo militar.

A disputa pelo poder no estado de Mato Grosso apresentou, igualmente, contornos bem nítidos quanto a existência de interesses divergentes de grupos do norte e do sul mato-grossenses. E, dessa forma, encontram-se nas lutas coronelistas da República Velha em Mato Grosso as raízes do separatismo que só viria a se concretizar em fins da década de 1970. (CORRÊA, 1995, p. 176).

Outro aspecto importante a ser considerado nas particularidades do estado do MS no processo de formação socioespacial foi a construção dos trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil¹² e a consequente transferência do eixo econômico Cuiabá-Corumbá-Rio Paraguai, principal via de transporte e comunicação da época, para Campo Grande. A partir de então, a cidade de Campo Grande passou a ser o principal polo econômico e centro mais importante de comercialização de gado da região sul do estado. Assim, o sul do estado, em

¹¹ Lei complementar nº 31, em 11 de outubro de 1977 – sancionada pelo presidente Ernesto Geisel a qual criou oficialmente o estado do Mato Grosso do Sul por desmembramento do estado do Mato Grosso.

¹² A inauguração da estação de ligação em Campo Grande no dia 12 de outubro de 1914 efetivou a abertura da linha tronco da ferrovia, conectando o estado de São Paulo com o interior do Mato Grosso.

vez de diversificar sua produção, se especializou na atividade criatória e exportação gado bovino em pé para os frigoríficos de São Paulo. É neste sentido que a pecuária do estado passa a desenvolver-se e com ela, a concentração de terra.

Ainda Corrêa (1995) destaca que a estrada de ferro Noroeste do Brasil também exerceu forte atração populacional pela perspectiva da divisão de terras em pequenos lotes ao longo da ferrovia que seriam destinadas à produção agrícola. Logo chegaram migrantes de toda parte que foram imprimindo novos hábitos na região. Em decorrência a região sul mato-grossense em 1920 já comportava mais da metade da população do antigo estado, fato que contribuiu para a formação de mais povoados e para o fortalecimento de outros que se tornaram municípios até 1930. É o caso de Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, Bela Vista, Três Lagoas, Entre Rios (Rio Brilhante), Maracaju, Ponta Porã e Porto Murtinho. Mas em termos de participação demográfica nacional em relação ao restante do país continuava a ser considerado como um “vazio” a ser ocupado.

Fabrini (1995) aponta que o povoamento do antigo Mato Grosso se deu por meio de duas frentes colonizadoras. A mais antiga formada por migrantes do estado do Rio Grande do Sul que buscavam novas áreas para pecuária e também vieram atraídos pela economia extrativista da erva-mate e a segunda e mais recente formada por migrantes dos estados do Paraná, São Paulo e da região Nordeste que fizeram parte do processo de expansão da “frente pioneira” para ocupação do oeste do Brasil.

Nesse sentido destacamos a análise do autor referente a esse processo no Sul do Mato Grosso:

Com a expansão do capitalismo, o posseiro será deslocado e passa a avançar sobre as terras indígenas, pressionado pelo capital, preparando campo para o avanço da "frente pioneira". A terra ocupada e situada entre o território do fazendeiro e a sociedade tribal, é resultado do fenômeno chamado frente de expansão. Aí se destaca a figura do posseiro[...] A "frente pioneira" vem num segundo momento, quando as relações capitalistas tornam-se imperativas, e avançam sobre as terras dos posseiros, surgindo aí os conflitos de terra entre posseiros e fazendeiros. A "frente pioneira" se caracteriza pelo empreendimento econômico; propriedade privada da terra (concebida como mercadoria e adquirida através de compra); e produção voltada para o mercado. (FABRINI, 1995, p.42-43).

Segundo Mizusaki (2009) a política de integração e nacionalização das terras adotadas pelo Estado Novo, após a Revolução de 1930, e especificamente inauguradas no governo Getúlio Vargas a partir de 1937, iniciaram a uma nova fase nas relações de produção com Centro-Oeste em decorrência ao papel que essa região ocuparia na divisão territorial do

trabalho. Nesse sentido, o governo alavancou medidas que garantissem sua ocupação e inclusão no processo produtivo e dessem sustentação ao desenvolvimento urbano-industrial do país. Destaca-se como parte dessa política de ocupação da região a criação do Território Federal de Ponta Porã (Decreto-Lei nº 5.812 em 13/09/43); a criação da CAND (Colônia Agrícola de Dourados), a partir de 1943, com distribuição de lotes rurais até 30 (ha) a camponeses. Essa população migrante era composta principalmente por nordestinos que buscavam um “pedaço de chão”, e enfrentavam dificuldade para se reproduzirem enquanto camponeses na região de origem.

A extinção da concessão da exploração da erva-mate a Companhia Mate, em 1941, foi outro fator preponderante para que o poder estatal pudesse se fortalecer na região, marcada pela disputa e poder dos coronéis.

A partir de 1950, com a “Marcha para o Oeste” o processo de ocupação foi aprofundado com a venda de lotes às famílias camponesas oriundas principalmente da região Sul e Sudeste e que já possuíam certo poder aquisitivo.

As grandes levas de migrantes chegadas de todos os cantos do país fez a região ganhar visibilidade nacional atraindo o interesse de empresas capitalistas que passaram a investir seus capitais na aquisição de terras como intuito puramente lucrativo.

Por meio das notícias locais da época podemos visualizar um pouco como foi percebido esse processo, denominado simplesmente a chegada do “progresso” (**Figura 01**) e (**Figura 02**). A figura 01 traz a notícia do processo vertiginoso de crescimento do município de Dourados que em apenas dois anos passou a não ter mais terras devolutas, descreve como a mata foi “tomada de assalto” para dar lugar aos lotes que receberiam gente de todo canto do país, e enfatiza o brilho do “progresso” com o crescimento demográfico, abertura das estradas, construções em alvenarias, cinema, valorização de imóveis, a chegada da energia elétrica. A figura 02 traz notícia referente a magnitude da aquisição de terra no município por empresas colonizadoras. A matéria relata a aquisição de 36.000(ha) para imediata colonização, compra realizada pela empresa Cotia, que segundo a nota, era uma das maiores do continente. Tal venda foi por intermediação corretor o Sr. Wladomiro Mulher do Amaral que atualmente é considerado um dos pioneiros do município. Ao lado da nota consta a propaganda da empresa de propriedade do senhor Wladomiro que negociava compra ou venda de terras com agentes especializados nos estados de São Paulo e Paraná.

Figura 1 – Jornal O Progresso: notícia sobre Marcha para Dourados (MT)

VERTIGINOSA!

A marcha de Dourados para o progresso.

DE UMA TERRA INEXPRESSIVA E ESQUECIDA, PASSA DOURADOS A SER UMA DAS REGIÕES MAIS FAMOSAS DA PÁTRIA. GENTE DE TODA PARTE SE INSTALA NO MUNICÍPIO PARA EXPLORAR SUAS MAGNÍFICAS MATAS. MAIS DE 2.400 PESSOAS CHEGADAS DEPOIS DO RECENTEAMENTO. GRANDES VENDAS DE TERRA. CINEMA, LUZ ELÉTRICA, LINHA DE AVIÕES DIÁRIOS, LOTEAMENTO EM MASSA, MAIS E MAIS CASAS DE COMÉRCIO, VALORIZAÇÃO ACELERADA DOS IMÓVEIS, CAFEZAIS, PRODUÇÃO IMENSA DE ALGODÃO E CEREAIS, INSTALAÇÃO DE GRANDES SERRARIAS. UM INSTANTÂNEO POLIFORMICO DE UMA EXPLORADA E PLÉNDIDA REALIDADE.

Ano I | DOURADOS, 21 de Abril de 1951 | N.º 1

O PROGRESSO

Pensamento e Ação Por Uma Vida Melhor

DIRETOR: Welmar Torres | GERENTE: Aurestides Brandão

Quem conhece este imenso município a pouco mais de 5 anos não se atreveria a prever o grande progresso que tomaria esta terra. Na verdade, data de pouco mais de 3 anos o descobrimento econômico de Dourados a que se prendem diversos fatores que, enfim, podem ser reduzidos num único: o esplendor e a magnitude da terra dadivosa e fecunda que possui.

Havia aqui, há alguns anos, poucos moradores, dedicados exclusivamente à criação de gado e à exploração da erva mate nativa. As grandes matas de peroba e outras madeiras de lei, eram desprezadas e inúteis.

Conclui na última página

Fonte: Jornal O Progresso, 21/04/ 1951

Figura 2- Jornal O Progresso: Aquisições de terra em Dourados (MT)

21-4-1951 O PROGRESSO 5.ª PAGINA

Grande aquisição de terras neste município

Feita pela afamada Cooperativa de Cotta

A afamada Cooperativa de Cotta, uma das maiores organizações agrícolas do continente, acaba de realizar vultuosa compra de terras neste município, adquirindo uma gleba de 36.00 hectares para a imediata colonização, em lotes de 20 haqueres. Sendo essa Cooperativa possuidora de grandes reservas de capitais, irá fazer investições vultuosas na região localizando imediatamente os seus colonos. Organizará também um serviço de navegação para o Porto Epitacio, afim de permitir a entrada dos colonos e de máquinas, bem como a mais facil exportação dos produtos. A transação foi realizada por intermedio do Sr. Vlademiro Muller do Amaral, devendo a escritura ser realizada em São Paulo.

Para a venda ou compra de terras neste Município, procure a

COMPANHIA PROPULSORA DA RIQUEZA IMOBILIARIA
(Em organização)

Dispondo de agentes especializados no Est. de S. Paulo e Paraná. Aceita opções para promover a venda de terras em pequenas e grandes glebas.

Agente n/ cidade
Vlademiro Muller do Amaral

Praca João Mendes, 154 S Paulo
Rua Marcelino Pires s/n.

Companhia Imobiliaria Mundial

A vanguardeira na venda de mais apraziveis de Dourados lotes de terras á prestação e a "Nova Londrina" Escrito á longo prazo. Os seus lotes rio: Rua Marcelino Pires, estão situados nos recantos quina da Rua Pará.

Fonte: Jornal O Progresso, 21/04/1951.

A terra de baixo preço, à época, era primeiramente adquirida por empresas colonizadoras, que mais tarde loteavam e revendiam a essas famílias. Os escritórios dessas empresas tinham sede na região sudeste do país, e estas empregavam recursos em propagandas para atrair compradores. Ou ainda, este tipo de colonização era feito com base na venda de grandes lotes de terra que, mais tarde, eram transferidos a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná, originando a elevada concentração fundiária existente no Mato Grosso do Sul, como pontua Abreu (2014):

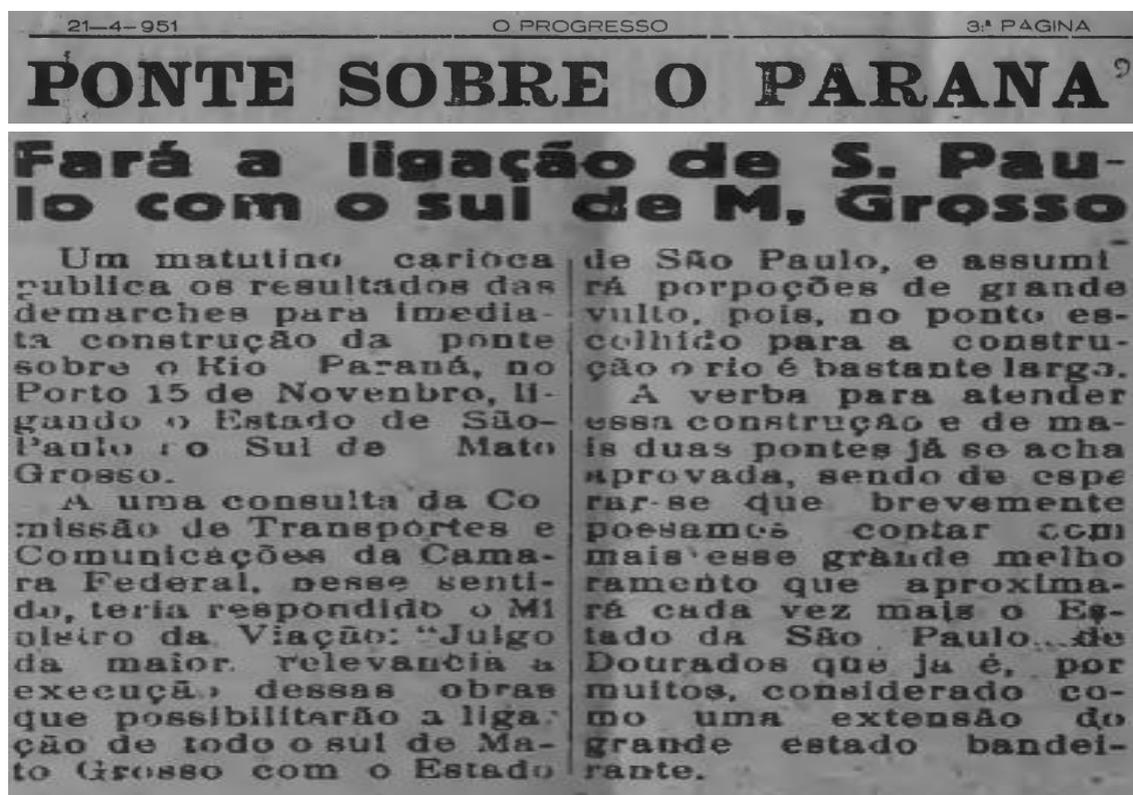
No sul de Mato Grosso é possível citar empresas colonizadoras, como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que atuou em Bataiporã, Anaurilândia e Bataguassu; a Companhia Moura Andrade, que loteou áreas

nas altas bacias dos rios Samambaia, São Bento e Inhambuí- Guaçu e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), que atuou em Ivinhema e Glória de Dourados (ABREU, p. 63, 2014).

Contudo a construção da história oficial de Mato Grosso do Sul e de sua identidade regional alicerçam-se em episódios que valorizavam o heroísmo e bravura de sua população na ocupação do extremo oeste do Brasil, na defesa das fronteiras geográficas e da soberania nacional. Associa-se ao imaginário para essa construção a migração das milhares de famílias oriundas de todos os cantos do país, em especial dos colonos do Sul, que vieram ocupar os espaços “vazios”, que hoje são produtivos e trazem riquezas e prosperidade para a nação.

A **figura 03** traz a notícia da construção da ponte sobre o Rio Paraná que faria a ligação do Sul do antigo Mato Grosso ao estado de São Paulo, em especial exalta as relações do município de Dourados que já era visto por muitos como “extensão” do estado bandeirante.

Figura 3 - Jornal Progresso: Construção da Ponte sobre o Rio Paraná - ligação estratégica do Mato Grosso ao estado de São Paulo



Fonte: Jornal Progresso, 21/04/1951.

Leme (1999) demonstra que a redefinição espacial se deu em função da fronteira agrícola¹³ e a região Centro-Oeste passa a ocupar para o país posição de suporte ao mercado interno. Isso permitiu a formação de alguns núcleos urbanos estratégicos destacando dois pontos fundamentais nesse processo: o caráter de integração econômica da região de forma subordinada à economia paulista e a constatação de que o Estado foi fundamental para a própria existência econômica da região Centro Oeste.

Essa ocupação espacial calcada sobre o modelo desenvolvimentista¹⁴ de integração e modernização através da expansão e incorporação de novas áreas para a agricultura, principalmente entre as décadas de 60 e 80, ganharam novos contornos e foi um dos fatores que contribuiu para a consolidação do capital agroindustrial nesse espaço. Os conflitos sociais e fundiários gerados são, certamente, contradições de classes que nascem da concentração das riquezas e apropriação pelo capital através da exploração do trabalho, expropriação e expulsão dos povos originários e dos camponeses ao longo desse processo; pois o conflito agrário e desenvolvimento são inerentes da contradição estrutural do capitalismo e acontecem simultaneamente.

Nesse contexto, Abreu (2014) destaca que a divisão política do estado do Mato Grosso, em 1977, fez parte da estratégia espacial proposta para a região no bojo da produção para exportação. Dessa maneira, a expansão das exportações favoreceu a concentração da propriedade em poucas mãos e promoveu a “expulsão” do campo daqueles que não conseguiram ingressar no modelo produtivo.

A Colônia Agrícola de Dourados - CAND (criada pelo Decreto Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943) além de se tornar um importante núcleo de povoamento da região contribuiu para a expansão da atividade agrícola do Mato Grosso, que até então era pecuarista-extrativista, tendo atraído, como se viu, muitas famílias de migrantes camponeses nordestinos para produzirem arroz, algodão, amendoim, feijão, café, mandioca e mamona.

Nessa perspectiva, Abreu (2014) destaca que muitos dos primeiros colonos que migraram para região atraídos pelos projetos de colonização, logo após a titulação definitiva venderam ou fizeram permuta de seus lotes e seguiram para novas frentes de colonização ao

¹³ Fronteira Agrícola é o avanço da unidade de produção capitalista sobre o meio ambiente, terras cultiváveis para produção. O avanço da fronteira agrícola está ligado a demanda internacional por produção.

¹⁴ Cf. IANNI, (1998, p. 98) “Implica uma concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa. A industrialização de tipo capitalista, como ocorre no Brasil, produziu-se com o desenvolvimentismo, que é seu ingrediente ideológico fundamental. [...] No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constitui-se como uma visão prospectiva da civilização industrial.[...] Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordenam em uma nova configuração”.

norte, abrindo “vaga” para outros. Além disso, é possível destacar a venda dos lotes face às dificuldades encontradas e assim, a autora conclui que apesar de ainda existirem muitos lotes originais, não é indicativo de desconcentração da terra, pelo contrário, ocorre a existência de descontinuidade das propriedades, ou seja, os proprietários detêm a posse de vários lotes, não necessariamente contínuos:

Nesse sentido, esse projeto de colonização preconizado como um “projeto social”, se atraiu o pequeno agricultor, não proporcionou condições para que ele permanecesse na terra, expulsando-o, da mesma forma, do campo normalmente para centros urbanos (para viver como boia-fria) ou ainda para outras fronteiras (ABREU, 2014, p. 60-61).

De acordo com Mizusaki (2009), no processo de ocupação não-índia do estado, a pecuária extensiva foi desenvolvida pelos latifundiários nas áreas de campos limpos, enquanto a agricultura camponesa era cultivada nas áreas de matas das colônias públicas e privadas. Os camponeses plantavam uma cultura de alimentos destinada principalmente para autoconsumo que perdurou nessas áreas até meados de 1970 e que foi pouco a pouco sendo engolida pela pecuária extensiva, haja vista, que entre 1950-60 começou a ser desenvolvida nas áreas de mata uma pecuária melhorada, que substituiu a mata nativa pelo plantio de pasto (colonião) e impulsionou a formação de grandes extensões de terra nestes locais. A mão-de-obra utilizada para desmatamento dessas áreas era de trabalhadores nordestinos contratados por meio de empreita ou serviço de meeiro¹⁵.

Nesse sentido Oliveira, (2007) evidencia que a figura social do meeiro é a mais típica na agricultura brasileira, porque é por meio da utilização dessa mão-de-obra que o proprietário de terra permite a recriação de relações não capitalistas para reprodução do capital, pois não precisa mobilizar investimento algum para a formação do pasto e obter a renda da terra e isso só é possível pelo caráter privado da terra, por essa razão a figura social do meeiro é muito presente nas frentes pioneiras. Nessa mesma linha atesta Martins (2009):

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais e relações de produção que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente não poderiam ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas agora são outra coisa, isto é, são agora forma social carregada

¹⁵ Agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção.

de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento de sua reprodução ampliada. (MARTINS, 2009, p.79).

Devemos considerar que a propriedade privada da terra não chega a ser um empecilho para a expansão do capital no campo, porque é fundamentalmente contradição, movimento, transformação e possibilidade. Por isso é importante saber distinguir entre produção do capital e reprodução do capital conforme orienta Martins (1994). Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra ele sujeita a renda da terra, principalmente em setores não tão lucrativos que demandam muita mão-de-obra, como na avicultura e na produção de leite. Nesse caso monopoliza o território dominando a distribuição e a circulação e apropria-se da renda da terra e por isso (re) cria relações não capitalistas de produção em seu interior, pois a figura do camponês pode ser considerada de dentro do próprio capitalismo e não de fora. Agora em setores onde pode obter maior lucratividade tende a territorialização e nesse caso, são as agroindústrias que ditam os preços nesta atividade, ou seja, a produção comanda a circulação.

Assim, na análise da formação socioespacial e das mudanças no campo e na paisagem do espaço sul-mato-grossense devemos trazer à luz que este processo acontece de maneira contraditória, de forma desigual e combinada no contexto hegemônico de produção capitalista e segundo exposto; a relação com a terra e seu uso é fator preponderante na manutenção das desigualdades.

O camponês luta para entrar e permanecer na terra contra as forças estruturais que regem a economia e as relações sociais, contra a lógica capitalista pautada pelo lucro. A lógica camponesa é de manutenção e bem-estar da família.

A defesa dos movimentos sociais de luta pela terra não quer dizer que se quer um retorno ao passado, e segundo Oliveira (2007, p. 153) “reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo é um encontro com o futuro”. Trata-se, pois da necessidade de se pensar o campo e instrumentalizá-lo de maneira que se garantam os direitos dos pobres da terra, camponeses, indígenas e quilombolas que ainda resistem a despeito do abandono do Estado.

A história tem mostrado que o Estado brasileiro tem feito a opção pelo mercado e se mantém alinhado às ações perversas do grande capital. Este age por meio das grandes empresas capitalistas e são ao mesmo tempo os mesmos agentes que disseminam a violência no campo, recusam e bloqueia a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e criminalizam os movimentos de luta pela terra.

1.2 Movimentos Camponeses e concentração fundiária no Mato Grosso Do Sul

Como mencionado, a estrutura fundiária do estado do MS é altamente concentrada e os movimentos de luta pela terra tem se organizado para entrarem e permanecerem na terra. Nesse sentido cabe fazermos um histórico da luta pela terra empreendida pelos movimentos camponeses os quais alcançaram algumas conquistas no período, mas resta claro que há muita luta pela frente.

Anualmente, a Comissão Pastoral da Terra – CPT divulga dados sobre conflitos fundiários no Brasil. As informações evidenciam que a questão agrária deve estar no centro do debate político. Para análise verificamos no Quadro 1 os dados dos últimos seis anos referentes ao estado do Mato Grosso do Sul.

Quadro 1 - Conflitos no campo no estado de Mato Grosso do Sul (2012-2017)

“(continua)”

ANO	2012			2013		
Conflitos pela terra	Ocorrências	Famílias	(ha)	Ocorrências	Famílias	(ha)
Áreas Conflitos	30	2564	41454	45	3176	28061
Ocupações e Retomadas	17 (15 ações de retomadas e 2 ações de ocupações)	852	12098	31 (30 ações de retomadas indígenas e 1 ação de ocupação Movimento TERRA LIVRE)	1748	12643
Assassinatos	0			3 (índios)		
Tentativas de assassinatos	0			6 (índio - posseiro-quilombola- liderança)		
Ameaças de morte	10 (índios)			18 (índios-religioso)		
Acampamentos	0			0		
Conflito trabalhista no campo	Ocorrências	Pessoas		Ocorrências	Pessoas	
Trabalho escravo	6	34		11	101	
ANO	2014			2015		
Conflitos pela terra	Ocorrências	Famílias	(ha)	Ocorrências	Famílias	(ha)
Áreas Conflitos	25	1750	20378	28	4019	47880
Ocupações e Retomadas	9 (8 ações de retomadas indígena e 1 de ocupação SI)	451	4881	16 (12 ações de retomadas indígena e 4 ocupações-MST-SI-MAF	2110	33581
Assassinatos	3 (índios)			1 (índio)		
Tentativas de assassinatos				6 (índios)		
Ameaças de morte	10 (índios-sem-terra)			16 (índios- servidores)		
Conflito trabalhista no campo	Ocorrências	Pessoas		Ocorrências	Pessoas	
Trabalho escravo	2	6		1	9	

Quadro 1 - Conflitos no campo no estado de Mato Grosso do Sul (2012-2017)
“(continuação)”

ANO	2016			2017		
	Ocorrências	Famílias	(ha)	Ocorrências	Famílias	(ha)
Conflitos pela terra						
Áreas Conflitos	31	2875	3209 8	45	2692	27102
Ocupações e Retomadas	22 (16 ações de retomadas indígenas e 4 ocupações do FNL/ MAC/ MAF/ MTR e MTR)	1750	1697 6	Ocupações e Retomadas/parciais 9	1980 pessoas	
Assassinatos	1(índio)			Assassinatos		
Tentativas de assassinatos	10(índios)			Tentativas de assassinatos/parciais		
Ameaças de morte	5 (índios)			Ameaças de morte/parciais	1 (liderança indígena)	
Acampamentos	9 (indígena-FNL/ MAF)			Acampamentos/parciais 3	760 pessoas	
Conflito trabalhista no campo	Ocorrências	Pessoas		Ocorrências	Pessoas	
Trabalho escravo	4	82		5	30	

Fonte: CPT, 2012-2016. Org.: Maria Aparecida Lourenção

Constatamos que os conflitos fundiários permanecem acirrados em Mato Grosso do Sul, em especial os que envolvem indígenas. Em 2012 somaram quarenta e cinco ocorrências, mesmo número registrado em 2017. Os dados apontam a inércia por parte do Estado brasileiro na busca de soluções efetivas para questão agrária. Ações judiciais impedem a posse efetiva dos indígenas em vários locais do estado, apesar relatórios concluídos quanto a identificação do território indígena à espera da demarcação. O império do descaso impulsiona os movimentos indígenas a organizarem ações de retomadas como forma de pressionar o poder público a fazer valer os seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Há situações específicas muito graves como a da reserva indígena de Dourados que concentra a maior população indígena do país vivendo em reserva, quase 13 mil ocupantes em uma área de 3,4 mil hectares. Uma concentração demográfica 50 vezes maior do que a média estadual além de altos índices de violência, ainda assim o que pode ser verificado no local é a precariedade dos serviços públicos prestados a esta população.

Desse modo, a luta pela demarcação de seu território é essencial para os indígenas garantirem vida digna às futuras gerações. Nesse sentido observamos o protagonismo do

movimento indígena nos números coletados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT demonstrados no quadro e somam-se a luta pela terra.

Ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980 ampliaram-se os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra no estado, provocando um processo de reestruturação produtiva no campo orientado pelo modelo de produção denominado Revolução Verde. Este programa surgiu no contexto da segunda guerra mundial e da preocupação com a segurança alimentar, foi idealizado e patrocinado pelo grupo Rockefeller com objetivo aparente de aumentar a produção e a produtividade agrícola mundial via modernização e assistência técnica aos produtores, mas com intencionalidades econômicas em sua essência, ou seja, a venda de insumos modernos e tornar os produtores rurais dependentes desse novo sistema de produção. O carro chefe desse modelo de produção introduzido no Brasil foi a soja, que se tornou instrumento do capital financeiro e em torno da cadeia produtiva dessa leguminosa se constitui um esquema gigantesco e poderoso, muito difícil de ser enfrentado, pois envolve interesses econômicos e políticos de grandes corporações capitalistas e também das superpotências mundiais como pontua Porto-Gonçalves (2005, p. 12):

A aliança política civil- militar que sustentara a ditadura, com a retirada do seu lado militar que ficou conhecida como fim da ditadura, mostrara as fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitais nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, Monsanto, Cargil, Bunge, Novartis, etc) com as instituições de pesquisas nacionais (Embrapa, faculdades de agronomia e de engenharia florestal devidamente orientadas na perspectiva epistêmico-política da revolução verde), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real) que, como é sabido, contou com o forte apoio institucional e intencional da Fundação Rockefeller, Banco Mundial, FAO, BIRD, BID.

Com o avanço das novas forças produtivas, uma família de agricultores podia aumentar o plantio sem necessidade de contratação de mais mão-de-obra, conseqüentemente aumentaram as compras de terras dos camponeses e a pequena produção diversificada passou a ser substituída pelo plantio de soja/trigo. Em vista de essas culturas serem baseadas na agricultura mecanizada e pela imposição dos novos sistemas de produção provocaram uma mudança significativa no uso da terra para plantio além de recriar novas relações de trabalho e produção.

Em decorrência começaram os deslocamentos camponeses para outras frentes agrícolas para o interior do Paraguai, norte do Mato Grosso e Amazonas, ou ainda a expulsão

dos camponeses para as periferias das cidades. A elevação do preço das terras foi fator preponderante para o aumento do sistema de arrendamento para cultivo da soja.

De acordo com Mizusaki (2009, p.57) “na década de 1970 a soja torna-se uma das principais atividades econômicas”, e isso ocorreu por um conjunto de fatores que influenciaram para sua expansão econômica, mas principalmente por meio dos incentivos ofertados pelo Estado, como crédito, isenção fiscal, infraestrutura. Essa conjunção de incentivos inaugurou a passagem do campo sul-mato-grossense do domínio da subordinação pelo capital comercial para o domínio da subordinação do capital industrial financeiro. Assim a produção passou ao domínio do capital monopolista presente nos agentes financeiros internacionais, como na bolsa de valores. A produção de grãos interna voltada para *commodities* tem seu custo e sofre influência de fatores externos em nível de produção mundial.

Nesse contexto de “modernização da agricultura” a agricultura camponesa foi “perdendo espaço” para agricultura industrial e os impactos da expansão da agricultura mecanizada no estado incidiram sobre os camponeses de forma diferenciada como demonstra Mizusaki (2009), ao analisar os dados do período do IBGE (1970 a 1995/96) referentes ao número de estabelecimentos por grupos de área de produtor e condição de produtor, a autora constata uma diferenciação do campesinato enquanto processo contraditório assim como analisa Oliveira (1994).

Verificamos que o processo de reestruturação produtiva no campo provocou redefinições profundas das relações de produção com ações e respaldo do Estado. Isso fez com que os capitalistas da agricultura e da indústria se territorializassem, expropriando parte das famílias camponesas, em especial rendeiros e parceiros, expulsando muitos para outras áreas de fronteiras agrícolas ou para as periferias das cidades e ainda, na outra margem, fez com que muitos desses camponeses que resistiam à proletarianização organizassem por meio de movimentos sociais. Nesse sentido Mizusaki (2009) destaca:

Uma outra face decorrente desse processo de desenvolvimento do modo industrial de produzir no estado é a evidência histórica da constituição do campesinato enquanto classe social, pois os dados têm revelado que, apesar do processo de expropriação que tem sofrido essa categoria de produtores, eles tem retornado à terra, através da luta e da resistência. É um campesinato que quer entrar na terra a partir do questionamento da lógica vigente. A formação de movimentos sociais aqui organizados é uma evidência desse processo, embora eles aparentemente apareçam como fenômenos isolados (MIZUSAKI, 2009, p. 71).

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST surgiu no contexto da ditadura militar e logo se difundiu por todo território nacional. A fundação oficial do movimento foi realizada no primeiro Encontro Nacional, em Cascavel-PR, em 1984, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Cabe ressaltar que os conflitos sociais no campo não são fenômenos da contemporaneidade e fazem parte do próprio processo histórico que se deu concomitante ao avanço da ocupação e das marcas do desenvolvimento. Nesse sentido afirma Oliveira (1994, p.15): “O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena”. Em consonância Martins (1983) destaca que a história da luta camponesa é considerada inferior na perspectiva da história oficial de nosso país e muitas vezes até desconhecida e afirma que as principais lutas da nossa história foram realizadas pelo campesinato.

Luta e morte permeiam a conquista do território. As revoltas de Canudos¹⁶, Contestado¹⁷, Trombas e Formoso¹⁸, as Ligas Camponesas¹⁹ são parte das lutas pela terra e liberdade no campo em nosso país. Dos conflitos sociais no campo resultam muitas vezes massacres, perseguições e assassinatos:

O número de mortos nos campos, pelas batalhas da terra, foi crescendo, dobrando. E se transformando qualitativamente. Não morre unicamente o posseiro que ocupa as posses, morrem também as lideranças sindicais,

¹⁶ A chamada **Guerra de Canudos, revolução de Canudos** ou **insurreição de Canudos**, foi o confronto entre um movimento popular de fundo sócio-religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil. O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas, de desemprego crônico; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

¹⁷ Iniciada em outubro de 1912, na Região Sul do país, a Guerra do **Contestado** foi um conflito armado que opôs forças do governo (federal e estadual) e sertanejos que viviam na região disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Estendeu-se por 4 anos, até 1916, e estima-se que tenha deixado mais de 10 mil mortos.

¹⁸ A Revolta de **Trombas e Formoso** ocorreu na região norte do estado de Goiás, de 1950 a 1957. A luta tinha de um lado camponeses sem terra e, do outro, grileiros. Os combates desenvolveram-se tanto no terreno da luta política institucional, quanto da luta armada propriamente dita.

¹⁹ As **Ligas Camponesas** foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião** (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil.

aqueles que apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc. (OLIVEIRA, 1994, p. 17).

Acampamentos e assentamentos são formas de resistência de quem luta pelo direito à terra livre e ao trabalho. As ações organizadas dos trabalhadores rurais nos movimentos de luta pela terra abrem novas perspectivas a esses sujeitos e cunham possibilidades de continuarem a se reproduzirem no seio do território capitalista hegemônico.

De acordo com Almeida (2003) os primeiros registros dos conflitos entre rendeiros e fazendeiros no Mato Grosso do Sul datam de 1981 e relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí. Os proprietários das terras pressionavam os rendeiros a deixarem seus lotes antes do término do contrato. No entanto, como possuíam lavouras formadas resistiram à expulsão, e isso, também ocorria em fazendas de outros municípios caracterizando não serem casos isolados. Nesse contexto a CPT começou a realizar os primeiros encontros de formação de luta pela terra e Reforma Agrária no estado.

Segundo registro da CPT, (apud ALMEIDA, 2003, p.121) “aproximadamente cerca de 800 famílias, de uma forma espontânea e sem prévia organização, entre os dias 04 e 13 de maio de 1981 ocuparam a fazenda Baunilha, no município de Itaquiraí de propriedade de Augusto Bulle.” fato conhecido como a primeira grande ocupação de terra no Mato Grosso do Sul. A área era demandada por dois fazendeiros confinantes e os lavradores perceberam que se tratava de uma área devoluta. Assim resolveram entrar e iniciar o desmatamento para cultivo, a grande maioria dos lavradores era composta de boias-frias. Os ocupantes permaneceram na área até serem despejados pela polícia e irem parar na beira da rodovia.

Diante da violência, omissão e abandono por parte do Estado às famílias camponesas desprovidas da terra, tem-se início um trabalho de base com forte atuação da CPT e também de sindicalistas que buscaram através das discussões nas comunidades locais a organização das ocupações de terras.

Em 1982 ocorreu o encontro que marcou a criação da “Comissão Estadual dos Sem-Terra”, realizado em Glória de Dourados. Em 1984, mais um evento foi realizado na busca da construção das estratégias de luta pela terra, em Fátima do Sul, que culminou na ocupação da fazenda Santa Idalina no município de Ivinhema em 28/04/1984 comandada pelo MST. Desse modo, o movimento foi ganhando força e agregar mais trabalhadores rurais dispostos a lutar pela terra e articular novas ações nesse sentido.

Mizusaki (2009) destaca que a partir desses acontecimentos o movimento começa a organizar os trabalhadores rurais e o retorno de *brasiguaios*²⁰ proporcionou também o fortalecimento da luta pela terra.

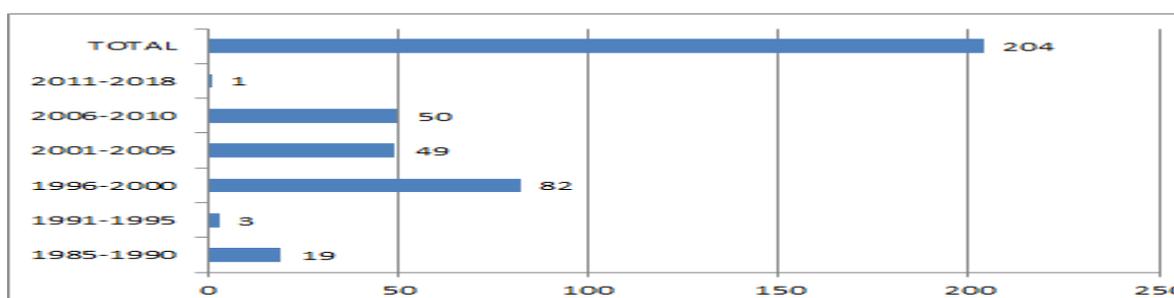
O MST com seus mais de trinta anos de existência consolidou-se como um dos principais movimentos de luta pela terra no Brasil. Em 1990 coligou-se à Via Campesina, movimento de luta da América Latina com visibilidade internacional.

Em terras sul-mato-grossenses, no contexto do latifúndio e da exploração dos trabalhadores no campo, o MST e outros movimentos sociais e organizações como Federação dos trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) lutam por justiça e reforma agrária.

Os dados do DATALUTA de 1988 e 2014, demonstram a ação dos movimentos camponeses no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse período, o estado registrou 604 ocupações envolvendo 92.226 famílias.

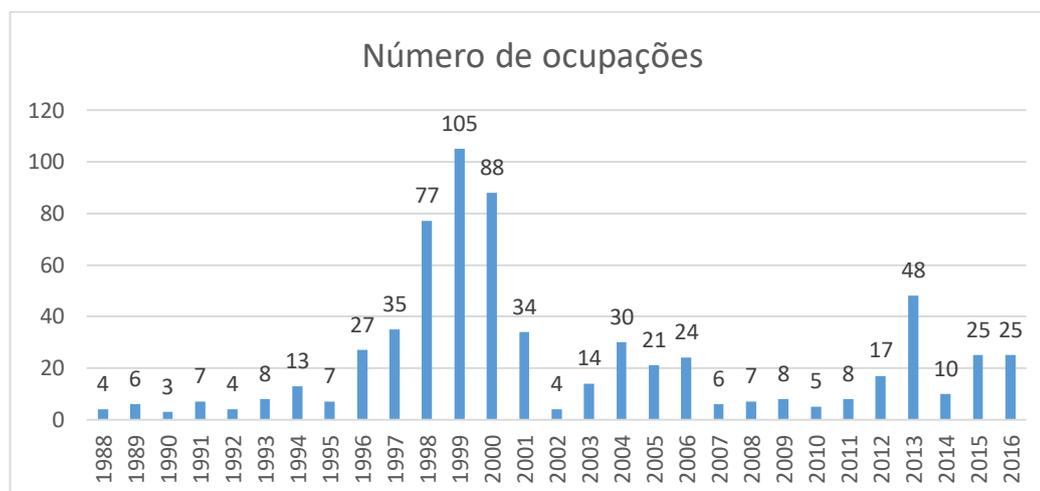
Pode-se observar que a implantação de assentamentos rurais veio como resposta aos conflitos que permearam estes momentos e se consubstanciaram em importantes conquistas dos trabalhadores rurais e não em uma política distributiva da terra por concessão do Estado. Nesse sentido destacamos o número de assentamentos implantados no período, (gráfico 1) relacionando com as ocupações realizadas (gráfico 2).

Gráfico 1- Mato Grosso do Sul: Assentamentos criados período de 1985-2018



Fonte: INCRA, 1985-2018. Org. Maria Aparecida Lourenção

²⁰ Cf. ALBUQUERQUE, 2010, p. 228 - O termo foi criado em 1985, no período do retorno para o Brasil do primeiro grupo organizado de imigrantes brasileiros que vivia no Paraguai. Os brasiguaios teriam sido “expulsos” daquele país por causa da concentração da terra, da mecanização da agricultura, do fim dos contratos de arrendamento e dos créditos agrícolas durante a década de 1980. A esperança na realização da Reforma Agrária no Brasil favoreceu a volta desses imigrantes pobres que passaram a se organizar e lutar pelo direito à terra e à cidadania brasileira. O deputado federal do Mato Grosso do Sul, Sérgio Cruz (PT) cunhou o termo brasiguaiio durante uma manifestação na cidade fronteiriça de Mundo Novo (MS).

Gráfico 2- Mato Grosso do Sul: ocupações (1988-2016)

Fonte: DATALUTA in: Revista Nera- Ano 2018, Nº 125 – Adaptado

Ao correlacionarmos o período que houve mais ocupações (1998 a 2000) percebe-se que foi também quando mais assentamentos foram criados, totalizando oitenta e dois.

O assentamento Amparo foi criado em 1997, e de acordo com os dados podemos observar nesse marco temporal que as ocupações vinham sendo ampliadas ano a ano, alcançando seu ápice em 1999 e declinando nos anos seguintes. Mas verificamos a partir de 2013 novamente ampliações do movimento de ocupações.

Não resta dúvida a estreita relação da luta travada pelos camponeses com as conquistas alcançadas. Todavia, segundo Fernandes (2018), a análise dos dados entre ocupações e assentamentos criados não pode ser considerada em números absolutos, pois existe um conjunto de fatores que influenciam até a criação dos assentamentos. As famílias permanecem acampadas durante muitos anos e até a criação do assentamento são mais alguns, enfim, o desdobramento de uma negociação interminável, mas pontua é certo que a reforma agrária brasileira segue os passos das ocupações de terra.

Outro fato que podemos observar tem relação à significativa redução das ocupações após o ano de 2000 coincidindo como alguns autores apontam com a eleição do governo popular a nível federal, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT e contraditoriamente, a quase total paralisação da Reforma Agrária no país, ou contrarreforma como afirma Oliveira (2007) ao comparar os dados apresentados pelo governo petista de seu primeiro mandato com as metas estabelecidas em seu Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Esclarece que os dados foram manipulados e que a maioria dos assentamentos criados foram resultado da regularização fundiária e assevera com colocações categóricas:

(OLIVEIRA, 2007, p.177, *grifo do autor*) “a política de reforma agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio.**” E em outra citação (OLIVEIRA, 2007, p.178 *grifo do autor*) “Surge assim, um novo tipo de lógica entre o governo LULA e os movimentos sociais e sindicais: **um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita**”.

Contudo Fernandes (2018) destaca que há interpretações de muitos autores que se utilizam de parâmetros distintos para compreensão do processo de luta pela reforma agrária no país, mas afiança que sem dúvida a postura dos governos tem sido de contrarreforma agrária, pois os governos estão diretamente ligados aos interesses do agronegócio. Conclui seu entendimento como grande desafio do campesinato brasileiro fazer avançar a reforma agrária, pois o país atravessa uma transição entre políticas neoliberais e pós-liberais, momento delicado pós- golpe²¹.

O campesinato exerce papel fundamental na transição para mudança por meio do seu protagonismo na luta pela terra e sem sombra de dúvida devem continuar a avançar em suas ações e na resistência, pois a terra é condição primordial para sua existência, ou permanência e transformação social.

Martins (1983) assinalou que no Brasil a desigualdade social tem raízes históricas que, combinadas ao clientelismo político, impõem um bloqueio a transformação social.

A monocultura para a exportação e a forma de ocupação de nossas terras acentuou cada vez mais a distância entre ricos e pobres. O cerne dos problemas sociais está na propriedade privada da terra. Nem mesmo as transformações políticas e econômicas para desenvolvimento das forças produtivas capitalistas dissolveram a concentração de terras. São cinco séculos de luta e resistência dos pobres do campo contra o latifúndio, a exploração, contra o cativo da terra, contra a expropriação, expulsão e exclusão. Dessa maneira resta-lhes seguir na luta e resistência.

Nesse contexto não podemos deixar de mencionar os indígenas e os quilombolas que também travam lutas pelo reconhecimento de seus territórios. Assim, a resistência camponesa se configura em diversas ações e nuances e nesse sentido participa do processo de transformação da sociedade.

²¹ Julgamento final do Impeachment da presidenta da República Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores -PT) em 31/06/2016 afastada do cargo em virtude da decisão, sobre acusação de ter cometido pedaladas fiscais no orçamento apresentado ao Tribunal de Contas da União.

Destarte, Oliveira (2007, p.67) esclarece que “a reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural do capital resolver a questão social advinda da concentração de terras”. O Estado ao pagar pelas desapropriações com pagamento à vista reverte o dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para capitalistas-proprietários de terra.

Nesse ponto reside a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo na lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido realizadas para resolver problemas pontuais e para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terra. Logo, a luta pela terra é uma luta contra o próprio Capital. Nesse sentido a Reforma Agrária não deve ser percebida como solução para as contradições, mas como paliativo. Por conseguinte destacamos a conclusão do autor:

Parte-se, portanto nessa interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária. A reforma agrária provoca na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando a construção de outra sociedade (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

São em consequência deste conjunto de razões que corajosamente os camponeses lutam em duas frentes como pontua Martins (1983) uma para entrar na terra e se tornarem camponeses proprietários, e em outra lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais a toda a sociedade. Nessa perspectiva a luta pela terra no Brasil desenvolvida pelos camponeses é uma luta específica, moderna, busca a transformação da sociedade em que todos tenham direito a uma vida e existência digna.

Segundo Oliveira (2007) as últimas décadas do século XX foram um período de organização política e conscientização do campesinato brasileiro enquanto classe social e é no interior das contradições do capitalismo que tem surgidos os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

1.3 A violência no campo e os números da luta pela terra no Mato Grosso do Sul

A geografia das lutas no campo têm demonstrado que o território hegemônico capitalista tem várias frentes de confrontos que não podem ser ignoradas. Esse processo conflituoso de enfrentamento contra as forças estruturais que regem nossa sociedade tem

repercutido em conquistas, mas também em vidas interrompidas, perseguições criminosas, políticas e judiciais.

Os conflitos sociais no campo brasileiro têm sua marca ímpar na violência utilizada tanto por capitalistas, proprietários de terras, quanto pelo Estado. Em decorrência das profundas transformações no campo, muitos movimentos da luta camponesa surgiram como mencionado, assim como o movimento indígena e o movimento quilombola. Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem-terra, que vêm historicamente lutando contra a expropriação que os empurra e pressiona e na outra margem nos confrontos contra jagunços dos latifundiários especuladores e grileiros.

As lutas camponesas como denota Martins (1983) são muitas vezes despercebidas em nossa história oficial, apesar de configurarem episódios sangrentos que envolvem esses sujeitos na conflitualidade pelo acesso à terra.

As Ligas Camponesas, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas histórias, são recordações e enfrentamentos que marcam a capacidade de resistência e de construção social desses espoliados na busca por uma parcela do território, além de serem também memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores.

A repressão aos movimentos sempre foi utilizada para impedir o avanço das lutas e segundo Fernandes (2001, p. 20) “a militarização da questão agrária tem sido uma cerca à luta dos trabalhadores”. Nesse sentido destaca que na década de 90 emergiu outra barreira a luta camponesa, a judicialização da luta pela terra, representada pela criminalização das ocupações e a contínua impunidade dos mandantes e assassinos de trabalhadores.

Com a derrota da reforma agrária na Constituição de 88 e o fracasso do I Plano Nacional de Reforma Agrária PNRA, os nascentes movimentos sociais, na década de 90, caminharam para se constituírem nos novos interlocutores do cenário da política nacional. Sua única saída foi a peleja pela terra. A história que marca a longa caminhada do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta da violência empreendida contra essa classe social.

O assentamento se traduz na territorialização da luta pela terra e em sua imensa maioria foram criados como resultado dos enfrentamentos. Dessa forma, pela total inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido o principal meio de acesso à terra.

Assim para frear a ação dos movimentos que lutam pela terra, cada governo, em diferentes épocas, adotam medidas ou políticas para o campo que tem como fulcro manter o “*status quo*” da classe dominante. Como evidencia Martins:

A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional- legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado (MARTINS, 1994, p.20).

Porém, Fernandes (2001) aponta que há uma diferença substancial entre as políticas para a agricultura dos três primeiros governos da Nova República com as políticas do governo neoliberal inauguradas com Fernando Henrique Cardoso – FHC, e como vimos perduraram também nos governos pós-liberais até o momento atual “pós-golpe”.

Nos três primeiros governos da Nova República as medidas visavam fortalecer o modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, em consonância com os interesses e privilégios da agricultura capitalista e não tinham como objetivo a criação de projeto de desenvolvimento rural. A reforma agrária seria apenas uma política social. Nesse sentido a espacialização e territorialização da luta pela terra a em seu movimento contínuo de recriação das forças transformadoras da sociedade foi quem permitiu a conquista de políticas de desenvolvimento para o campo, em especial para os assentamentos.

No governo de FHC temos uma mudança no direcionamento dessas políticas, seu governo criou o programa designado “Novo Mundo Rural”, em que reconheceu a importância do que compreendeu como agricultura familiar para desenvolvimento do campo criando um conjunto de medidas para tratar da questão. Entretanto, essas medidas têm o capital e o mercado como escopo. A luta pela terra tem como pilar o enfrentamento ao capital, e o programa serviu como um instrumental do governo que pretendia destituir o sentido das formas históricas de luta dos trabalhadores e convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem a integração ao capital como melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária.

Em Silva (1997) podemos visualizar o direcionamento dessa nova postura política em relação à agricultura. Neste trabalho o autor destaca que o rural só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial, e do ponto de vista da organização da atividade econômica. Não dá mais para separar as atividades desenvolvidas tradicionalmente nestes espaços. Essa realidade configura possibilidades inovadoras para uma nova sociedade em gestação.

Nesse viés acentua a utilização dos autores clássicos (como Marx e Weber) e o recorte urbano/rural que utilizavam relacionavam-se ao conflito entre duas realidades sociais distintas, uma em declínio e outra em ascensão, em virtude do progresso das forças capitalistas, e isso não caberia mais nessa nova sociedade.

Essa separação segundo Silva (1997) procurava representar então as classes sociais que contribuíram para o surgimento do capitalismo e as classes que se contrapunham. Conclui, por fim, que no mundo pós-industrial existe a figura de um ator social consolidado, o **part-time famer**, que pode ser traduzido em agricultores em tempo parcial. Desse modo, afirma o que autores clássicos marxistas considerariam um camponês em processo de proletarização é a combinação de atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria naquelas realidades históricas, ou seja, o part-time-farmer é figura social fundamental da nova base social da agricultura moderna e transita em várias possíveis funções que pode vir a desempenhar, ou seja, um agricultor pluriativo.

Nesse contexto surgem novos paradigmas para a agricultura que buscam negar a conflitividade existente no campo, negam o conflito de classes, e se utilizam de novos parâmetros, como a substituição do conceito de camponês pelo de agricultor familiar.

A agricultura desenvolvida pelos pequenos produtores em suas unidades familiares camponesas de produção passa a fazer parte de agronegócio²². Não existe separação, suprime-se a questão agrária. Mas sabemos que a unidade dialética entre campo e

²² Cf. OLIVEIRA, 2007, p. 147-148 – O monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o **agronegócio**. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, tratava-se de substituir e diferenciar a **agri-cultura** do **agro-negócio**. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação [...] “O conceito de “agribusiness” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmico. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados.” Para os camponeses e também para os chamados de agricultores familiares só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “agronegocinho”. Na realidade o agronegócio nada mais é do que a reprodução do passado. Aliás, desde o ano de 1.500, eles dizem que irão desenvolver o Brasil através da exportação de mercadorias da agropecuária. Por isso, o cenário da luta pela reforma agrária se insere neste quadro econômico mundial. No Brasil o agronegócio também é um investimento ideológico.

cidade, o avanço do capitalismo na agricultura não elimina a questão agrária. Assim destacamos o que afirma Lefebvre:

A relação urbanidade-ruralidade, portanto não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados. Interfere com outras representações e com outras relações reais: cidade e campo, natureza e facticidade etc. Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o tecido urbano (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

As lutas do campo tomam uma dimensão muito maior no sentido de se contraporem a essa visão moderna, em que não há espaço para modos de vidas diferentes que não se adequam a lógica capitalista e impõem a sociedade homogeneizada. Então para que demarcação de territórios indígenas e democratização do acesso à terra aos mais pobres? Se não há conflito no campo, tudo está em harmonia e faz parte do próprio processo da evolução das sociedades.

O embate de ideologias que buscam consolidar-se no campo teórico tem reflexos na prática, tanto nas ações como na organização dos movimentos sociais, também órgãos representativos de classes; e principalmente nas políticas públicas adotadas para desenvolvimento da agricultura.

Nesse sentido cabe ressaltar, se por um lado a concepção marxista desqualificou o campesinato no processo revolucionário e não considerou a possibilidade de sua existência com a intensificação das relações capitalistas, de outro, assinalou o princípio da contradição e da luta de classes como componente necessário para a possibilidade de sua existência, como pontua Fabrini (2002, p. 4): “Na resistência, os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos.” E assim, a resistência pode ser apreendida também pelo movimento indígena e quilombola que lutam por seus territórios, condição essencial para a possibilidade de sua existência.

Destarte, é pelo fato desses sujeitos resistirem e lutarem que os números da violência têm crescido a cada ano. No processo de enfrentamento contra as forças conservadoras e estruturais do capital rentista é que inúmeras vítimas em todas as unidades da federação compõem os números da violência no campo, em especial no Mato Grosso do Sul.

Ainda há de se mencionar que no processo eleitoral para a Presidência da República, Câmara e Senado deste ano (2018), vimos claramente que, as propostas políticas para o campo brasileiro tem seu lado definido ao respaldo das forças conservadoras do capital

rentista, em especial as defendidas pela extrema direita, principalmente no que diz respeito a criminalização dos movimentos sociais.

As demarcações das terras indígenas no estado do MS encontram-se paralisadas, apesar de estudos terem sido realizados e ter-se constatado que muitas das áreas em conflito serem território indígena. A inércia por parte do Estado brasileiro no reconhecimento dessas terras tem contribuído para o aumento dos assassinatos e das perseguições aos indígenas que resistem nas áreas de retomadas. Nesse sentido Oliveira (1994) afirma que a luta histórica pela terra índia confunde-se igualmente com a luta histórica da sobrevivência índia e verifica-se o que expressa Raffestin (1993) que as tessituras territoriais são sistemas sêmicos e mantêm relações diretas com o modo de produção e com as relações de poder que se estabelecem na construção do território. O território indígena, outrora liberto, foi transformado em território reservas/prisões para não ser obstáculo à expansão capitalista.

Sabemos que a ação do planejamento governamental teve reflexos fundamentais na estrutura fundiária do estado e a adoção da política indigenista atuou no mesmo sentido de garantir essa opção de desenvolvimento baseada na grande propriedade. A criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em 1910, tinha como principal objetivo transformar o índio em cidadão integrado à sociedade nacional e com isso fazê-los absorverem os valores da mesma. Em decorrência do fracasso dessa política optou-se, posteriormente, pela remoção dessas populações para as reservas.

Atualmente em Mato Grosso do Sul existem 34 áreas de conflitos de terras e 22 delas são áreas de retomadas indígenas (**vide Quadro-1**). Conseqüentemente os indígenas são os mais afetados pela violência do capital que podem ser traduzidas não apenas em números de assassinatos ou tentativas, ou ainda ameaças de morte, mas se constituem numa violência muito mais ampla que atinge todas as dimensões da vida desses sujeitos e de suas comunidades. De acordo com o observatório da violência contra os povos indígenas do Conselho Indigenista Missionário – CIMI²³ é sempre importante esclarecer que o ponto de

²³ O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de Infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Em sua prática junto aos povos indígenas, o Cimi assume como objetivo geral: Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo. Disponível em: < <https://cimi.org.br/o-cimi/> >

vista adotado é o da violência empreendida pelo poder público e por particulares contra os povos indígenas, pois envolve o racismo, a discriminação, a negação da identidade dos povos originários, a invasão de seus territórios, a exploração ilegal dos recursos naturais neles existentes e as diversas formas de omissão do poder público em relação à saúde, educação e, especialmente, no que diz respeito à regularização e à proteção das terras indígenas.

Nesse sentido a violência empreendida contra esses povos tem como fulcro fundamental o ataque à retomada de seus territórios tradicionais. Esta ofensiva anti-indígena, comandada pela bancada ruralista com apoio contundente dos poderes Executivo e Judiciário, extravasa os gabinetes oficiais e se concretiza “no chão”, tanto em ataques diretos às comunidades como no não cumprimento dos direitos constitucionais desses povos, a demarcação de seus territórios, inviabilizando seu modo de vida tradicional.

Não podemos deixar de mencionar os massacres que essas populações sofrem e como destaca o CIMI, tem sido uma constante na realidade sul-mato-grossense ao se referir aos meios utilizados por fazendeiros na represália ao movimento indígena:

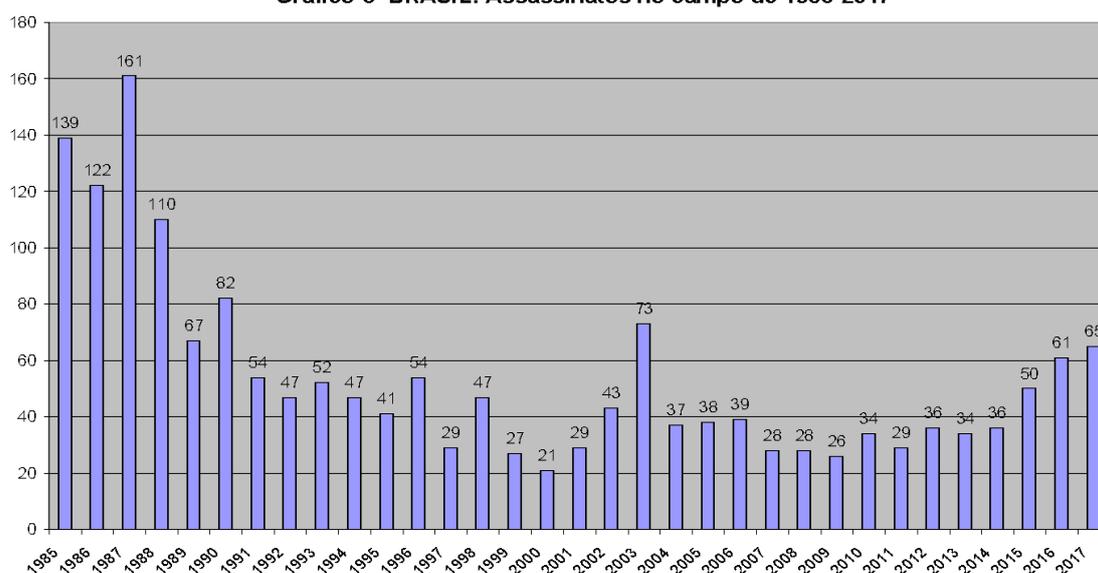
Uma das tragédias mais sintomáticas de 2016 ocorreu no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, e ficou conhecida como o “massacre de Caarapó”. O assassinato de Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza ocorreu em meio a um violento ataque perpetrado contra a comunidade Tey i Kue, do povo Guarani-Kaiowá, em uma retomada da Fazenda Yvu, incidente sobre a terra indígena que está em processo de demarcação no Ministério da Justiça (MJ). O acampamento foi barbaramente atacado por mais de uma centena de agressores armados que chegaram em caminhonetes, atirando, e queimaram motos e diversos pertences dos indígenas. Outras seis pessoas ficaram feridas, entre elas uma criança de 12 anos. Episódios como este são frequentes no Mato Grosso do Sul, e marcam com horror as tentativas desesperadas e inevitáveis de retomar as terras que, por direito, pertencem aos indígenas. (CIMI, 2016).

Assim podemos verificar que a luta pela terra é fundamental para transformação da sociedade e envolve a todos, e que os números da violência avançam juntamente com ela. No entanto, como ressalta Oliveira (1994), se o horizonte do campo no Brasil é contraditório na essência, é nessa contradição que devemos buscar a compreensão dessa realidade na nova configuração da questão agrária no contexto de mundialização do capital.

O novo debate sobre a questão agrária brasileira tem como seus principais protagonistas nos anos 90, de um lado, não mais a oligarquia tradicional a que estávamos habituados, mas o agronegócio e a Associação Brasileira de *Agrobusiness* –ABAG e, de outro, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Todavia, para surpresa geral, as análises feitas a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra acerca da violência no campo brasileiro vêm demonstrando toda a dimensão política e ideológica que sempre esteve subjacente à revolução nas relações-sociais-e-de-poder por-meio-da-tecnologia verde: os estados brasileiros onde são maiores os índices de conflitividade, e de violência do poder privado, medidos pelo número de famílias expulsas e de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, e mesmo os índices que medem a intensidade da ação do poder judiciário, sobretudo nos estados da federação, medidos pelo número de ordens de prisão e despejo de famílias, são os estados e as regiões para onde se expande o agronegócio (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 05)

De acordo com Porto-Gonçalves (2005) tanto o agronegócio, com a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, como os pobres do campo, com o MST, são atores principais da contraditória questão agrária brasileira que se mundializa, seja pelo protagonismo das corporações do “*agrobusiness*”, que têm no Brasil sua principal frente territorial de expansão, seja, por outro lado, com o MST, que também se globaliza por meio da Via Campesina. Como se vê, a violência e a instrumentalização privada do poder público sempre marcaram as relações sociais e de poder, sobretudo no campo brasileiro “modernizaram-se” com o agronegócio e a conflitividade nesse processo é intrínseca.

Gráfico-3 BRASIL: Assassinatos no campo de 1985-2017



Fonte: CPT, 2017 – Org. Maria Aparecida Lourenção

Nesse sentido destacamos as informações referentes aos números de assassinatos no campo colhidos pela CPT nos últimos vinte e dois anos. Percebe-se que na década de 1980, com a nascente organização dos movimentos de luta pela terra, os conflitos foram marcados pelo acentuado número de mortos. A partir da década de 1990, os números declinaram mais da metade e manteve-se nos mesmos patamares até 2014, mas como notamos os últimos três anos tem demonstrado a escalada da violência contra os pobres do campo.

Ressaltamos que não são apenas números, são vidas de pessoas que decidiram lutar por uma vida digna e uma sociedade justa. Essas vidas são como sementes no solo fértil da esperança. Esperança de milhares de famílias que sonham com um pedaço de chão onde possam criar seus filhos, cultivar a terra e ter um lugar para viver do fruto de seu trabalho. Esperança dos povos indígenas de poderem voltar a viver de acordo com sua tradição e cultura em seus territórios tradicionais. Esperança de milhões de brasileiros que querem a transformação da sociedade e que ainda precisam aprender a lutar com os pobres do campo e ter clareza que a sociedade que queremos e sonhamos, mais justa e equitativa, é atravessada pela questão agrária.

Nessa perspectiva devemos conhecer as dimensionalidades da luta pela terra e na terra, pois envolve múltiplos sujeitos em realidades concretas distintas, mas convergem na mesma direção, ou seja, embora estejam ou na beira da estrada, em áreas de retomadas, em acampamentos, ou em assentamentos, suas vidas se unem na luta pela “terra livre”.

CAPÍTULO 2 – ASSENTAMENTO AMPARO: TRAJETÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES ASSENTADOS

*Terra Brasilis, continente,
Pátria-mãe da minha gente,
Hoje eu quero perguntar:
Se tão grandes são teus braços,
Por que negas um espaço
aos que querem ter um lar?
Eu não consigo entender
Que nessa imensa nação,
Ainda é matar ou morrer
Por um pedaço de chão!*

(Procissão dos Retirantes – Pedro Munhoz)

A luta e a resistência do campesinato brasileiro têm como característica fundamental a migração. Conforme Martins (1983) as origens sociais do campesinato relacionam-se aos processos de exclusão vinculados ao próprio processo de constituição do Estado brasileiro. A concessão de exploração das terras no período imperial destinada somente a pessoas consideradas de “sangue limpo” e que não trabalhassem com as mãos; a lei do morgadio²⁴ ou primogenitura; a lei de terras de 1850²⁵; entre outros mecanismos serviram como limitantes ao acesso à terra. Desse modo, escravos, negros, mestiços e excluídos do direitos a propriedade cultivavam a lavoura de pobre e, em grande medida, os problemas sociais contemporâneos também refletem a desigualdade social histórica.

É fato que o avanço do capital sobre a terra é determinante nos deslocamentos dos pequenos proprietários e posseiros. Muitas famílias de trabalhadores rurais migram em busca

²⁴ O morgadio é uma forma de propriedade vinculada na qual o seu titular dispõe da renda, mas não dos bens que a produzem. Ele se beneficia apenas do usufruto de um determinado patrimônio, sem poder dispor do valor constituído do mesmo. O mais importante, no entanto, era que ao titular do morgado cabia também a perpetuação do nome da família, a honra e a valentia do grupo familiar. Neste sentido, o morgado era um ato de regulamentação de um patrimônio, no qual também se transmitiam regras de conduta social em sua relação com a memória de seus antepassados. Em Portugal, até à lei pombalina de 3 de agosto de 1770, que regulou a matéria, a faculdade de instituir morgados era geralmente permitida a toda a pessoa, que tivesse bens de que dispor, e que não tivesse impedimento legal, ou da natureza, que o impossibilitasse. Disponível: <<https://edittip.net/2013/12/28/morgadio/>>

²⁵ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.
Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

de uma vida melhor e, além disso, outros fatores influenciam na decisão de partirem para outras localidades e está intimamente vinculada a relação que esses sujeitos mantêm com a terra e ao seu modo de vida.

A subjetividade camponesa é um universo constituído por representações simbólicas, culturais, morais e valores “*sui generis*”, ou seja, uma cosmologia própria, única. Nas sociedades ditas modernas o espaço de aprendizagem é por excelência em instituições de ensino, enquanto para o camponês é o “chão de roça” caracterizado pelo saber-fazer adquirido ao longo da vida.

Segundo expressam Klass Woortmann (1990) e Ellen Woortmann (1997) a centralidade terra, família e trabalho para o camponês são categorias nucleantes, isto é, não existe uma sem a outra. Por isso são pensadas de forma unida e em estreita relação a valores subjacentes como honra e hierarquia conformando a ética camponesa que dão o sentido atribuído a outros conjuntos de valores como da liberdade, da comida, da reciprocidade entre outros.

Ao analisarmos as trajetórias de luta e resistência das famílias camponesas do Assentamento Amparo podemos destacar que resistem e buscam manterem-se na terra apesar das dificuldades e a força que as impulsiona é o amor a terra.

A pesquisa de campo nos proporcionou a oportunidade de adentrarmos nas vidas das famílias e conhecermos um pouco do mundo camponês. As entrevistas, a troca de tempo e conhecimento, as horas de conversas, a receptividade, os ensinamentos recebidos, nos fizeram perceber na prática os elementos teóricos anteriormente debatidos sobre a campesinidade. A sabedoria camponesa é adquirida na lida, no convívio com a natureza e no elo com a terra.

São notórias as dificuldades que muitas famílias enfrentam nos acampamentos sem-terra. Privações de todo tipo, das mais básicas até a violência. No processo de enfrentamento realizado por trabalhadores contra as forças estruturais que regem as relações sociais e econômicas, as crianças são as que mais sofrem e estão mais vulneráveis. Mas a esperança de conseguirem o pedaço de chão e por quererem uma vida melhor para esses pequenos, além do fato de já estarem marginalizados, faz com que famílias inteiras enfrentem o desafio da ocupação e formem acampamento. Com a conquista da terra outra luta tem início: a de permanecer.

Em geral o processo de divisão, estruturação até a consolidação do assentamento é moroso e as dificuldades, imensas, como narradas pelos próprios assentados e por muitas vezes apontadas em trabalhos de pesquisadores e também por organizações ligadas à questão agrária. Terra imprópria para o cultivo, infraestrutura, demora na liberação dos recursos entre

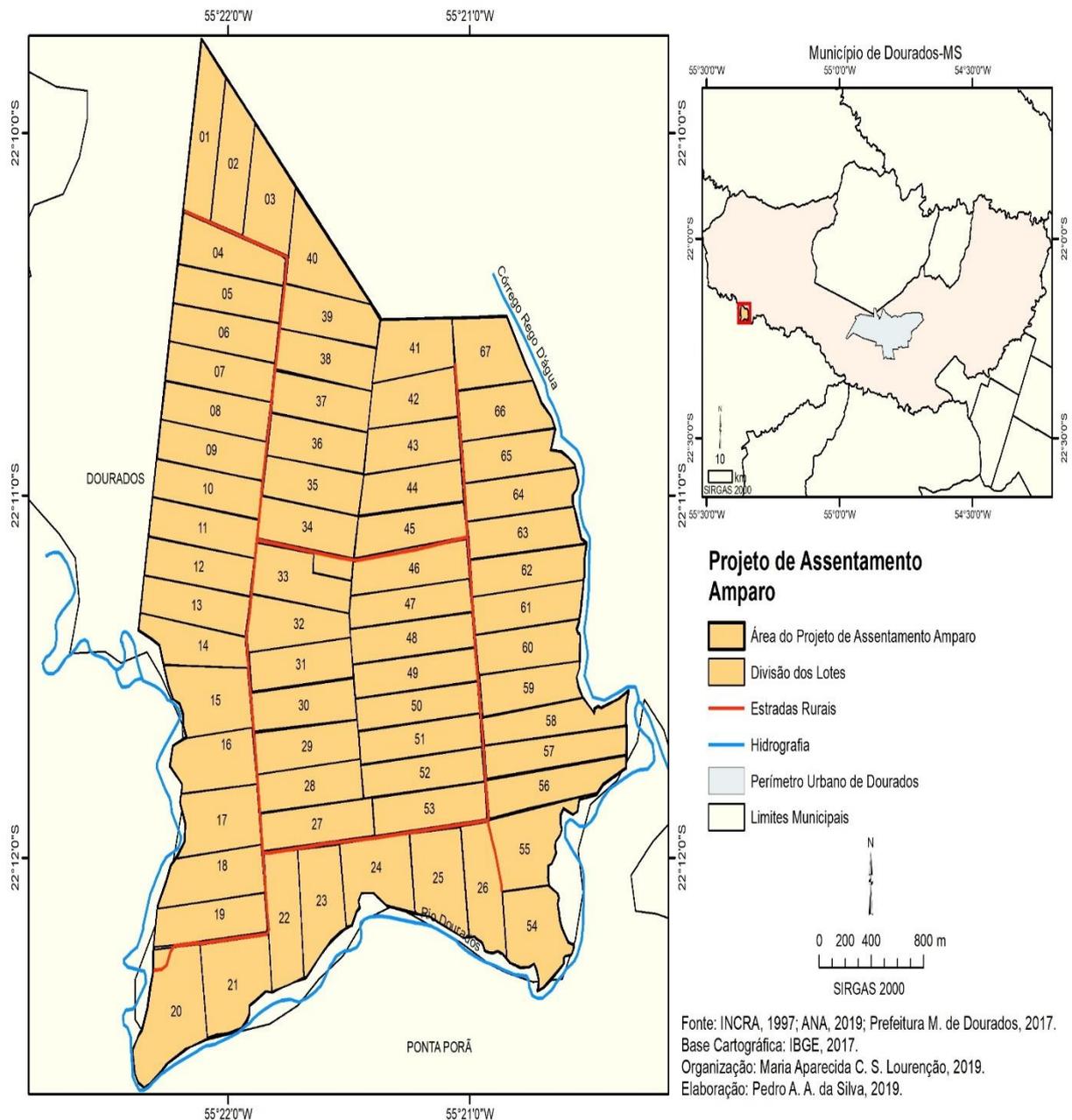
outros fatores formam o conjunto de titãs que além das dificuldades do acampamento precisam ser vencidas nos assentamentos. Todavia é preciso ser forte para sobreviver a essas adversidades, por isso a resiliência camponesa impressiona.

O município de Dourados possui dois assentamentos rurais criados no mesmo ano de 1997, o Lagoa Grande criado em 06 /11/1997 onde foram assentadas 158 famílias e o Amparo criado um mês depois em 22/12/1997 e assentadas 67 famílias.

O mapa 01 traz a localização do assentamento Amparo, no distrito de Itahum pertencente ao município de Dourados²⁶, distante aproximadamente 65 km da sede do município e 15 km do distrito, com latitude de 22° e 10 minutos e longitude de 53° e 20 minutos.

²⁶ O município Dourados está localizado no centro-sul de Mato Grosso do Sul entre a Serra de Maracaju e a bacia do rio Paraná sendo também parte integrante da mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e Microrregião de Dourados. Fundada em 1935, Dourados teve desenvolvimento lento até a segunda metade do século XX, por causa das deficiências de meios de transporte e vias de comunicação. Atualmente possui o vigésimo PIB (Produto Interno Bruto) do estado do MS e ocupa a 663ª posição em relação a outros municípios brasileiros. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama> acesso em 08/05/2018.

Mapa 1 - Localização Assentamento Amparo: Distrito de Itahum - Município de Dourados – MS



Fonte: IBGE, municípios, 2017.

O assentamento possui área total de 1.126,8933 (ha), dividido em 67 lotes que variam de 15.0002 ha a 29.6319 ha. Confronta-se ao Norte com a fazenda de Paulo Cervieri; ao Sul com Rio Dourados; Leste com Córrego Rego D'água; Oeste com a fazenda de Arno Werner e Rio Dourados.

Segundo registro no plano de desenvolvimento socioeconômico do assentamento fornecido pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural -AGRAER,

anteriormente, a área era uma fazenda de propriedade do senhor Arno Werner e foi adquirida pelo Banco do Brasil, sendo comercializada posteriormente com o INCRA para implantação do Projeto de Assentamento, que recebeu o mesmo nome da antiga fazenda (Amparo)²⁷.

No dia 27 de agosto de 1997, um grupo de aproximadamente 140 famílias ocupou a Fazenda Amparo. Essa ação foi organizada com apoio da FETAGRI e muitas famílias que já estavam acampadas em outros municípios do MS migraram para o local. Os trabalhadores rurais permaneceram acampados como forma de pressionar o Estado para que a área fosse oficialmente destinada à reforma agrária.

A **figura 04** traz a notícia publicada no jornal local sobre a ocupação realizada pelos trabalhadores rurais. De acordo com a publicação, a área estava avaliada em um milhão de reais e pertencia ao Banco do Brasil. A fazenda era considerada produtiva e vinha sendo negociada com o INCRA para fins de reforma agrária, embora houvessem terceiros interessados na área.

²⁷ O Projeto de Assentamento Amparo foi oficialmente criado em 22 de dezembro de 1997 por meio da portaria n. 0071 terras para serem distribuídas entre 67 famílias beneficiárias. Disponível em www.incra.gov.br

Figura 4- Jornal O Progresso: Notícia ocupação Fazenda Amparo em Dourados-MS

4 **CIDADE**
Sem-terra invadem área do BB de Dourados
Fazenda pertence ao Molinho Catarinense e está avaliada em R\$ 1 milhão. Ocupação é da Fetagri

Cemar Santos e João Naves de Oliveira **J**m grupo de 140 famílias de sem-terra invadiu ontem de madrugada a Fazenda Amparo, com 12 mil hectares de área (12 milhões de m²), de propriedade do Banco do Brasil. A fazenda está localizada próximo ao distrito de Itahum.

Os investidores cortaram 50 metros de cerca de arame farpado e armaram barracas de lona plástica a dois quilômetros da sede, para em seguida dar início ao plantio de feijão, milho, mandioca e legumes. A ocupação foi comandada pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Mato Grosso do Sul). O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Agricultura de Dourados, ligado à Fetagri, Melquiedes de Oliveira, disse ontem a O Progresso que os sem-terrachegaram à fazenda de caminhão na noite de terça-feira.

O gerente da agência do Banco do Brasil em Dourados,

Wilson Guimarães, foi informado da ocupação ontem à tarde por O Progresso. Ontem mesmo ele seguiu para Itahum, acompanhado de engenheiros da instituição.

Ele disse que a fazenda está avaliada em R\$ 1 milhão, e que estava sendo negociada com o Inra para fins de Reforma Agrária. Terceiros também estavam interessados em comprar a fazenda. Wilson informou que a fazenda é considerada produtiva. O chefe local do escritório do Inra, Marcelo Resende, confirmou a O Progresso o interesse do órgão em comprar a fazenda. Ele disse que a fazenda tem quase cinco mil hectares e que estava dividida em quatro partes.

Uma das partes da fazenda, de 1,2 mil hectares, foi entregue ao Banco do Brasil pelo Molinho Catarinense, de Dourados, como pagamento de dívidas. As outras três par-

tes já haviam sido vendidas.

A Superintendência do Banco do Brasil em Campo Grande disse que não vai pedir a reintegração de posse até que o Inra responda definitivamente se vai comprar ou não a Fazenda Amparo.

A ocupação da fazenda era parater acontecido na terça-feira, mas os sem-terra tiveram dificuldades para encontrar a área de propriedade

do Banco do Brasil, segundo informou Melquiedes.

MAIS DUAS FAZENDAS SERÃO INVADIDAS ATÉ O FINAL DE SEMANA

O Progresso também manteve contato com o Destacamento de Polícia Militar de Itahum. O policial Pedro informou que até então não tinha qualquer informação sobre a ocupação, e que o clima era tranquilo na localidade.

Melquiedes disse que a decisão de plantar, logo após a ocupação, é para garantir os alimentos básicos, uma vez que eles não têm a menor disposição de deixar o imóvel ou

mesmo saquear caminhões de alimentos.

Segundo o presidente da Fetagri, Geraldo Teixeira de Almeida, até o final desta semana mais duas fazendas serão invadidas na região de Dourados. Ele lembrou que o movimento de ocupação é para apressar o Inra na adoção de assentamentos, pois da meta do órgão para este ano, que é de assentar até 2,5 mil famílias, apenas 400 receberam lotes. Geraldo Almeida duvida que o Inra cumpra esse objetivo e, diante do atraso, os sem-terra resolveram assumir as áreas em negociação e as que foram negociadas, na medida em que eles descobrirem a localização de cada uma delas. A Fazenda Campanário, localizada em Jaraguari, também do Banco do Brasil, foi invadida há um mês. A fazenda foi destinada ao programa Nacional de Reforma Agrária, de acordo com decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Fonte: jornal O Progresso, 28/08/1997

A notícia relata como invasão a ação dos trabalhadores, os quais chegaram de madrugada em caminhões, cortaram 50 metros de cerca de arame para acesso ao imóvel e em seguida armaram seus barracos de lona a uma distância de dois quilômetros da sede da fazenda, além de iniciarem o plantio de algumas leguminosas. Segundo o chefe local do escritório do INCRA em Dourados, a fazenda possuía quase cinco mil hectares e estava

dividida em quatro partes. Uma das partes foi entregue ao Banco do Brasil, cerca de 1,2 mil hectares para o pagamento de dívidas e as outras três haviam sido vendidas. O superintendente do Banco do Brasil em Campo Grande afirmou que não pediria reintegração de posse até o fim das negociações com a Autarquia. A matéria relata ainda que segundo o representante da FETAGRI no município, os sem-terra não estavam dispostos a deixar o local e por isso começaram a plantio para garantia dos alimentos básicos.

A notícia traz também a informação, fornecida pelo o presidente da FETAGRI no Mato Grosso do Sul, que mais duas fazendas em negociação no município de Dourados seriam ocupadas nos próximos dias, devido à demora do INCRA em assentar as famílias, pois a meta para o ano era de 2,5 mil famílias, mas até aquele momento haviam sido assentadas somente 400 famílias.

Desse modo nota-se que se não há luta, não há conquistas. Verificamos que o modo de aquisição das terras para a criação do assentamento serviu como forma de beneficiar a Fundação Banco do Brasil S/A interessada na venda da propriedade que nem sequer se preocupou em solicitar a reintegração de posse.

Oliveira, (2007) nos aponta quanto às barreiras que envolvem a natureza das desapropriações via mercado. Quando o Estado banca as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, apenas cria as condições para consentir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente o cerne das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, a criação de assentamentos rurais têm sido conjuntural para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra.

As famílias camponesas, de acordo com o registro em plano de desenvolvimento do assentamento, eram descendentes de famílias de quase todo o território nacional, mas em sua maioria, moradores dos municípios do próprio estado de MS: “Essas famílias são descendentes de quase todo o Território Nacional e oriundas dos municípios: Batayporã (32 famílias); Dourados (29 famílias); Rio Brillhante (06 famílias).” (AGRAER - PDA,1998, p. 2).

Após a criação oficial do assentamento, o INCRA e a Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - EMPAER organizaram um levantamento das necessidades para estruturação do projeto, e também dos aspectos sociodemográficos da população assentada que receberam os lotes.

Como abordamos a resistência camponesa concluímos que o registro expressa bem isso e merece destaque:

As famílias que compõem projeto de Assentamento Amparo são de origem rural, de baixo poder aquisitivo com grau de escolaridade mínima e pouco conhecimento tecnológico. Devido ao pouco tempo de assentamento essas famílias estão na dependência do INCRA para liberar recursos de habitação para que possam construir suas residências e também recursos suficientes da União, Estado e Município para construções de infraestrutura básica, tais como: escola, posto de saúde, posto telefônico, energia elétrica, poços Artesiano e etc. [...] Mesmo com dificuldades financeiros e através da associação organizada pelos assentados foi possível desenvolver já no 1º ano as culturas de milho, feijão e uma pequena área de arroz de sequeiro conseguido no sistema troca-troca com produtores de sementes da região. As culturas foram instaladas com pouca tecnologia e com mínimo de maquinário e equipamentos existentes dentro do assentamento. Só foi possível o plantio graças à vontade de aproximadamente 90% dos parceiros em querer produzir para poder obter recursos para manutenção e sobrevivência de seus familiares dentro do assentamento. (AGRAER-PDA, 1998, p. 5-6).

Percebe-se que as dificuldades são inerentes a todo e qualquer projeto de assentamento e a luta para permanência na terra para as famílias é perene.

Por meio de levantamento verificamos que dos primeiros destinatários dos lotes que constavam na lista fornecida pelo INCRA, podemos constatar que das 67 famílias assentadas originariamente, em 1997, permanecem 17 famílias até a data desta pesquisa.

Muitos fatores podem ser abordados para alta rotatividade de camponeses nos assentamentos. No entanto, buscamos focar que apesar de muitas famílias não terem permanecido, vieram outras que engendram o mesmo processo de luta. Nesse sentido destacamos Fernandes (2013, p. 103-104):

Assim, até o início da Nova República em 1985, as *stakeholders*²⁸ entre os camponeses estavam organizadas em diversas entidades. A mais antiga, CONTAG, lutava para reforma agrária dentro do paradigma do capitalismo agrário. Os projetos de desenvolvimento do governo influenciavam a Confederação e seus membros. A CPT, contudo, apoiava um conceito de reforma agrária que defendia a permanência dos camponeses na terra, enquanto o seu aliado, o MST, defendia também a “volta ao campo” dos camponeses e seus descendentes que foram expulsos dele bem como qualquer um com vontade para a luta pela terra e na terra.

Desse modo, inúmeros projetos de vidas fundem-se em projetos coletivos de luta.

²⁸ O conceito de *stakeholders* foi criado por filósofo e professor de administração nascido nos Estados Unidos Robert Edward Freeman. Em 1984, ele lançou o livro “Strategic Management: A Stakeholders Approach” apresentando sua teoria as partes interessadas. O stakeholder é uma pessoa ou um grupo que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão de resultado dessa mesma organização. Dessa forma, um stakeholder pode ser afetado positivamente ou negativamente, dependendo das suas políticas e forma de atuação. Fonte: <https://rhacademy.com.br> acesso em: 14/10/2018.

Destacamos no primeiro capítulo que a luta pela terra assume novos contornos na conjuntura hegemônica do modo de produção capitalista na agricultura e põe em questão a propriedade privada, a especulação e a forma de seu uso. Por conseguinte, destaca Fernandes (1994) que a luta pela terra é uma realidade em movimento construída e construtora para uma sociedade justa. Nesse sentido, os desafios encontrados pelos camponeses nos assentamentos também dimensionam essa luta. Dentre as quais, a principal dimensão é um projeto de vida coletivo diferente pautado na dignidade e emancipação humana para uma nova sociedade que não seja guiada pela lógica do lucro.

A terra é um bem sagrado e condição primordial para sobrevivência dos camponeses e de toda a humanidade. Nesse sentido, podemos comparar que a luta desenvolvida pelos camponeses pela terra e na terra “Como uma luta entre Davi e Golias”, do pequeno contra o grande, e como aborda Martins (1983) é uma luta contra o capital. A sujeição da renda da terra ao capital é o novo sentido da luta pela reforma agrária, para além da democratização do acesso à terra.

Conquanto Fabrini (2001) afirma que ser sem-terra é ser possuidor de uma identidade forjada na luta e que não termina com a conquista de um pedaço de chão, em sua análise, o autor aponta que existem muitos assentamentos rurais e assentamentos de sem-terra, ou seja, a diferença que o último se constitui de trabalhadores rurais que construíram sua inclusão social, política e econômica a partir de uma organização com o movimento de luta. Entretanto, destaca que a enorme complexidade nas realidades dos assentamentos sem-terra perpassa desde a organização da produção até a reprodução camponesa asseverando que os assentados não formam uma categoria uniforme. Desse modo, os desafios encontrados nas constituições dos assentamentos e na forma de sua organização não abarcam explicações homogêneas.

Em nossa análise da forma utilizada pelo INCRA para a distribuição dos lotes concluímos que é uma forma de desarticulação do movimento de luta. Primeiramente, porque o processo é realizado a partir de um sorteio destinado às famílias que constam no cadastro de trabalhadores rurais sem-terra em seus bancos de dados e contempla famílias de acampamentos aleatórios. No caso do Assentamento Amparo foram contempladas 32 famílias ligadas ao MST, 29 famílias a FETAGRI e 06 famílias sem ligação com movimentos. Dessa forma, o assentamento foi criado dividido, no que diz respeito às formas de concepções de luta, pois cada movimento utiliza parâmetros próprios de engajamento desses trabalhadores.

Por conseguinte, deriva dessa nova compreensão o papel determinante dos diversos mediadores que, sentindo as insatisfações que o atual modelo tem gerado, formulam propostas de assentamento tendo como lógica a observância do direito de participação negado pela concepção tecnicista dominante. Isso, porém, não significa dizer que a insatisfação tenha sido plenamente interpretada e nem que essas formulações sejam as mais adequadas, como veremos posteriormente, mas que, a sua existência inscreve-se num quadro de questionamento do papel do Estado como instância decisória central, como condutor do processo de assentamento (ALMEIDA, 2003, p. 265).

Ademais, ainda que o uso de fertilizantes e agrotóxicos entre outros insumos na agricultura causem impactos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde humana, até mesmo para manutenção do próprio ecossistema, constata-se que a política para a agricultura camponesa recebe investimentos bem menores em relação à agricultura empresarial. Verifica-se nesse processo, uma opção não apenas política e econômica, mas uma opção social. Apesar da maior conscientização quanto ao consumo de alimentos produzidos de forma orgânica sem a utilização de adubos químicos e venenos no controle de pragas, estes alimentos não chegam à mesa da maioria da população por falta de apoio e incentivo à agricultura camponesa e à produção agroecológica. Dessa maneira, a definição do que produzir e a maneira de como produzir deve figurar no cenário do debate político, sendo essa discussão essencial para que ocorra verdadeiramente uma mudança social.

Verificamos no PDA²⁹ do assentamento Amparo a previsão de instalação de infraestrutura básica para que as famílias pudessem permanecer no local, energia elétrica, escola, posto de saúde, quadra de esporte, salão de eventos e perfuração de um poço artesiano. Após vinte anos, constatamos que, do que havia sido previsto em infraestrutura foram realizadas apenas as obras de instalação de energia elétrica, perfuração do poço e a construção do salão. Ainda assim, mesmo com a perfuração do poço nos foi apontado nas entrevistas, que durante muito tempo, as famílias sofreram com a falta d'água, pois a pressão d'água não era suficiente para atender todos os lotes. Essa questão foi resolvida há cinco anos com a perfuração de um novo poço, com profundidade maior e a aquisição de uma bomba com mais potência. Isso foi realizado com recursos dos próprios moradores.

Nos cadernos de registros estão descritas as dificuldades das crianças para terem acesso à educação e também da dificuldade da população assentada no geral para deslocamento, devido à situação das estradas no assentamento.

²⁹ Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

Atualmente vivem nos lotes 36 famílias camponesas³⁰. Percebe-se que houve uma redução expressiva na presença de crianças, adolescentes e jovens no assentamento. A maioria dos atuais moradores não possuem filhos residindo nos lotes, e menos da metade dos casais tem filhos em idade escolar, realidade bem diversa da registrada no PDA do Assentamento AGRAER, (1998, p. 2):

As famílias que compõem o assentamento Amparo são na sua totalidade pessoas humildes, de baixo grau de escolaridade, e baixo poder aquisitivo, com pouco conhecimento tecnológico da agropecuária, mas com tradição por serem filhos de produtores rurais. **São compostas na sua maioria pelo casal de 01 a 05 filhos com idade escolar de 1º Grau** (*grifo nosso*)

Em entrevista com as famílias originárias colhemos relatos comoventes das trajetórias de vida e do início do assentamento, mas ressaltamos que a coleta e o tratamento das narrativas foram construídas na perspectiva socializada da luta pela terra e na terra a partir das estratégias de resistência desenvolvidas pelas família para permanência.

Para edificação deste capítulo foram utilizados dados coletados na pesquisa de campo por meio da entrevista semiestruturada, e também por meio de aplicação de questionários às famílias dos assentados. Nesse sentido, para a entrevista utilizamos três perguntas temáticas para que assim o camponês-entrevistado pudesse se sentir livre para falar de sua luta.

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 73)

Primamos em apontar as estratégias de resistência dessas famílias na perspectiva do coletivo de luta, identificar os meios que se utilizam para garantir a sobrevivência no campo e se manterem camponeses. Consoante a esta perspectiva, as entrevistas permitiram aos camponeses-assentados contarem sobre fatos, de acordo com sua visão de mundo, pontuarem suas lutas para entrarem na terra e da labuta para permanecerem.

³⁰ Foram pesquisadas 36 famílias que efetivamente vivem no assentamento. Nos 31 lotes restantes os proprietários residem fora do assentamento, ou o lote está arrendado, ou com caseiros nas propriedades, por esses motivos não conseguimos contato com os donos.

Para aplicação das entrevistas, como apontamos na Introdução, foram selecionadas inicialmente as famílias assentadas originalmente desde a criação oficial do assentamento, pois em nosso entendimento possuíam informações valiosas quanto a conquista do assentamento e das dificuldades enfrentadas no processo de constituição. A definição buscou contemplar os critérios e procedimentos para alcançar os objetivos da pesquisa conforme orienta Alberti (2005):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado seu papel estratégico, sua posição no grupo etc (ALBERTI, 2005, p.32).

Conforme aproximamo-nos dos sujeitos pesquisados e para atingir os objetivos propostos sentimos a necessidade de ampliação da abrangência dos entrevistados. Dessa forma entrevistamos também as famílias que vieram depois e que não fizeram parte do processo de constituição do assentamento. Foi possível identificarmos os aspectos debatidos referentes à camponêsidade que compõem o "*mundus*" camponês, e percebermos que a resistência camponesa se fundamenta em práticas sociais centradas em um modo de vida considerado por muitos ultrapassado e que ainda persiste.

As primeiras entrevistas foram realizadas com as famílias que permanecem nos lotes desde a criação do assentamento por entendermos que elas poderiam nos fornecer informações importantes sobre a luta para conquista da terra do assentamento, e também para permanência no local.

São catorze famílias remanescentes dos beneficiários originais que residem no assentamento até a data do levantamento dos dados para essa pesquisa e há também mais três parceiros originais (famílias) que detêm a titularidade de lotes, mas residem fora do assentamento por motivos de saúde.

Entrevistamos as catorze famílias/parceiros originais, em três visitas ao assentamento que realizadas nos meses de fevereiro e março, porém não conseguimos entrevistar os três parceiros que, apesar de ainda possuírem os lotes, residem fora do local.

No decorrer da realização do trabalho de campo, vimos necessidade de estendermos a abrangência dos entrevistados porque muitas das famílias que vivem no assentamento atualmente vieram pós-criação, têm as que estão lá há vários anos, assim como tem outras famílias com menos tempo no local. Por isso buscamos também essas famílias no intuito de entendermos quais os motivos que as trouxeram para o assentamento e porque querem permanecer ali.

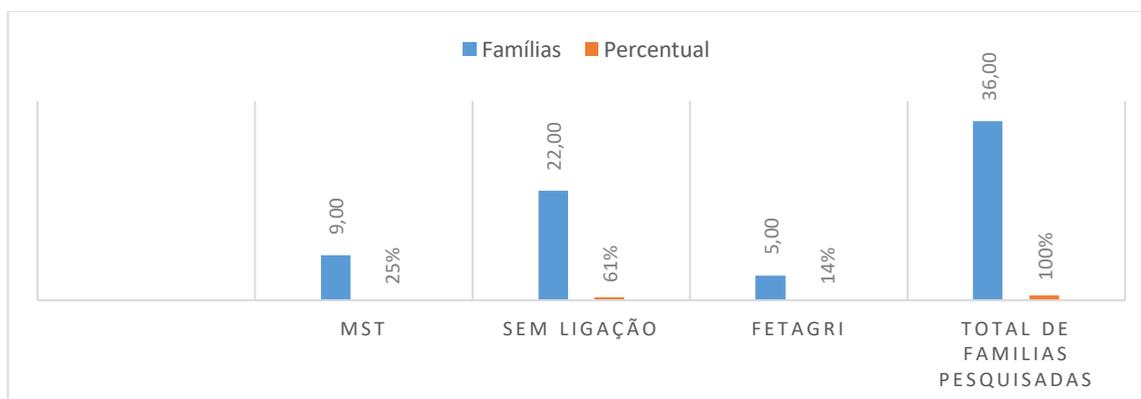
Conseguimos entrevistar dez famílias das que vieram pós-criação. As entrevistas com essas famílias foram realizadas entre os meses de março a maio de 2018.

Conforme informado pelos participantes, alguns lotes estão sem moradores, com lavoura ou gado, e outros possuem caseiro, de tal forma que em 31 lotes não conseguimos contatar os donos.

No total contatamos 36 famílias que residem nos lotes, mas nem todas quiseram dar entrevista. Algumas concordaram apenas em responder o questionário eletrônico com informações mais gerais. Dessa forma conseguimos reunir vinte e quatro entrevistas e trinta e seis questionários.

Para introduzimos uma linha de análise das trajetórias de luta e resistência das famílias que hoje estão no assentamento Amparo trazemos o **gráfico 4**, destacando o envolvimento dessas famílias com os movimentos de luta pela terra e para tentarmos traçar um paralelo entre consciência política e coletivo de luta.

Gráfico 3- – Assentamento Amparo - Famílias pesquisadas e ligação a movimento social de luta pela terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Das 14 famílias camponesas assentadas originalmente que permanecem nos lotes 100% estiveram acampadas em outras localidades do estado do MS, com tempo de

acampamento que varia entre um a três anos. Nenhuma participou da ocupação da fazenda em questão destinada para a criação do assentamento.

Das 36 famílias pesquisadas, nove tinham envolvimento com o movimento de luta pela terra MST e cinco tinham envolvimento com a FETAGRI e vinte e duas nunca se envolveram com movimentos de luta pela terra.

Pelo que notamos, as dificuldades iniciais do assentamento relatadas pelos camponeses gerou um desânimo em muitas famílias. Segundo a fala de um dos entrevistados, ninguém tinha recurso e dependia da liberação da “ajuda” do INCRA. Então, para comer tinham que plantar e esperar; feijão três meses; arroz cinco meses; milho quatro meses. Desse modo, quando houve liberação dos primeiros créditos que foram realizados de forma pingada, alguns que já estavam desanimados cataram o dinheiro e foram embora.

Encontramos uma família brasiguiaia titular do lote de número dois, que segundo relata a matriarca, sua família possuía dois hectares de terra no Paraguai o qual venderam para retornarem ao Brasil. Permaneceram três anos acampados em Batayporã-MS (família ligada ao MST) até conquistarem o lote no assentamento.

Contou-nos que no início foi tudo muito difícil. À época, estava com seis filhos pequenos. Disse que as primeiras instalações eram apenas barracos de lona, não tinha estrada, nem energia, era chuva, frio, fome, diz não saber como resistiram e concluiu seu relato de forma emocionada com a seguinte frase: “Vencemos pela mão de Deus.” (Entrevista: 20/02/2018. - Informante A.

Em sua narrativa, nos disse que os dois primeiros anos pareciam uma “feira”. Após cinco anos as saídas diminuiram, mas com a valorização dos imóveis muitos decidiram vender e adquirir sítios em outros locais onde a terra é mais barata.

Dos que veio com a gente no caminhão...vixi!! muita gente foi embora no primeiro ano, aqui parecia uma “feira”. Teve gente que trocou o lote, outros venderam por nada. Esse lote do lado mesmo, passou uns cinco dono. Os primeiros moradores eram muito chegado nossos, a dona Margarida era muito minha amiga. Mas o marido dela quis ir embora com oito meses que estavam aqui, vendeu por mil reais, eles foram para Sidrolândia tinham cinco crianças [...] Se sabe que todo início é difícil, não tinha luz, nem estrada, a gente com criança sofre!! Nós ficamos, meu marido também queria voltar para o Paraguai com três anos que estávamos aqui, mas eu disse pra ele que não, aqui valorizou né, lá a terra é mais barata [...] Antes de vir pra cá, eu tive um sonho com Nosso Senhor, não sei se a senhora acredita, mas no sonho ele me tomou pela mão e mostrou um desmatado e barracos de lona preta e me disse que ia preparar um lugar pra nós, nunca tive dúvida que era aqui.[...] Posso dizer que agora támo no paraíso, em vista do que já enfrentamos. Depois de uns cinco anos é que o pessoal foi ficando, mas porque aqui valorizou tem gente que ainda vendeu para comprar em outros

lugares[.] Passamos por muitas dificuldades [..] vencemos pela mão de Deus

Entrevista realizada em: 20/02/2018- Entrevistada A

Um entrevistado relatou que pagou a dívida de crédito de outro lote, por medo de perder o seu. Ele foi avalista para uma família que não está mais no assentamento e que em 2013 foi concedida uma amortização de dívida para agricultura familiar, conta que negociaram e quitaram o saldo devedor. O débito que estava em quinze mil reais foi pago por seiscentos reais.

Outro parceleiro original, hoje com 74 anos, viúvo e que vive sozinho em seu lote, disse-nos que enfrenta sérios problemas de saúde e que seus filhos insistem para que vá morar com um deles na cidade. Mas que ele não quer porque ali é o seu lugar, onde se sente feliz e onde quer morrer. Construiu sua vida ali, criou seus filhos.

Narra que antes de vir para assentamento trabalhava em fazendas, seu sonho era ter um pedaço de chão e conseguiu por meio de muita luta. Participou do MST, mas como o movimento tinha a exigência de permanência no acampamento, decidiu participar da FETAGRI.

Meus pais sempre trabalharam em fazenda, nasci e me criei na lida[.] Conheci minha esposa com trinta e cinco anos, ela tinha vinte e oito...era muito trabalhadeira. (pausa e lágrimas) tem oito meses que ela faleceu. Estava boa. e de repente começou a decair [..] Eu tava trabalhando em Amambai quando fiquei sabendo do movimento[.] Tinha um primo meu que participava e me convidou, eu fui em várias reuniões, mas tinha que acampar, era exigência [..] então pensei bem... porque levar a família para debaixo da lona não é fácil. Foi quando me falaram da Fetagri e que a gente podia acampar uns dias e ajudar com um valor para manutenção do acampamento, então entrei. Ainda assim levou um ano para gente conseguir aqui[.]Quando chegamos não tinha nada e tava com uma infestação de mandrúv gigante, conhece? Deu muito trabalho pra gente acabar com os bichos[.] Aos poucos a gente foi vencendo, construiu a casa, planto, criamos os filhos, tudo com muita luta. Aqui já fiz de tudo um pouco, toquei lavoura [..] mexi com gado[.], agora não tenho mais condições, tenho um problema sério na coluna, pressão alta e diabete [..] meus filhos querem me levar daqui [..] eu já avisei que daqui só saio para o cemitério.

Entrevista realizada: 20/02/2018- Entrevistado B

Como não tem condições mais para desenvolver todos os trabalhos do sítio, arrenda parte do lote. Conta também que está com o nome sujo no Serviço de Proteção ao Crédito-SPC, e tem muita vergonha disso, mas que não é culpa sua, e sim de um compadre de quem foi avalista no assentamento.

Nesse sentido ressalta que essa é a razão de muitas famílias estarem negativadas para aquisição de novos créditos, pois cada família tinha que avalizar para outra, e assim pudessem receber a liberação dos créditos e como muitos foram embora e não pagaram suas dívidas, o avalista ficou endividado por conta de outro lote que nem lhe pertence. Sendo essa sua condição.

Em outra entrevista, com parceleiro original, este também narrou situação semelhante a de nosso informante B quanto a estar com o nome sujo para aquisição de crédito em consequência de ter sido avalista de lote para outro assentado e diz sentir-se envergonhado. Reclama que, por conta disso, quando precisa adquirir algo para casa, nas lojas, um eletrodoméstico por exemplo, precisa comprar no nome do filho ou comprar à vista, mas nem sempre tem o dinheiro. Afirma que não vai pagar conta de outra pessoa.

Fui avalista para o vizinho daqui da frente [...] ele veio com a gente de Batayporã, tava acampado lá também com a família toda. Nós fizemos financiamento do gado para entregar leite, era pra gente pagar em cinco anos. Nós fomos fiadores pra eles e ele pra nós. Mas eu paguei tudo o que devia, ele não[...]Ele vendeu aí e também vendeu o gado, devia de ter pago né! Agora a gente que passa vergonha[...] Eu não sabia que era assim, senão nem fazia, nem o título daqui nós podemos tirar [...] tem que pagar [...]mas eu é que não pago conta que não é minha. Entrevista: 09/03/2018 – Entrevistado C

Salientamos que as entrevistas foram gravadas com a autorização e aqueles que não quiseram dar entrevista, responderam apenas o questionário eletrônico utilizado para coleta de dados sociodemográficos.

Verifica-se que essas famílias enfrentaram e enfrentam muitas dificuldades para permanência na terra trabalho. As dificuldades técnicas, a baixa produtividade, e a insuficiência da renda auferida com o trabalho na terra faz com que muitos desses sujeitos desenvolvam atividades acessórias para conseguirem manterem-se nos lotes e garantir o sustento da família.

Nesse sentido destacamos Almeida (2003) para explicitar que o sentido que faz dos sujeitos pesquisados camponeses é como resistem ao cerceamento do capital à terra livre, que ao mesmo tempo sujeita sua renda e quer expulsá-los da terra. Vivenciam uma condição limiar entre proprietários e trabalhadores, resistem, interferem e buscam criar estratégias para escapar a subordinação. Ainda que dialoguem com essa realidade tem consciência das desvantagens dessa relação. Desse modo, resistência e subordinação mantém uma relação dialética ao mesmo tempo de integração e conflito.

À época da definição de subsídios para alternativas de renda no assentamento concedidos pelo INCRA, a produção leiteira foi a opção que recebeu maior adesão por parte dos assentados, mas a maioria desistiu da atividade no decorrer dos anos. Existem dois resfriadores instalados no local e dois laticínios da região da grande Dourados, Leite Camby e Leite Dourados captam a produção. Como aponta Oliveira (2007) o capital tende a monopolizar os setores da produção na agricultura que despendem muito trabalho e não são tão lucrativos. Segundo informado pelos camponeses-assentados, o preço pago por litro de leite, varia de acordo com a entressafra, entre R\$ 0,70 e R\$ 0,85 (centavos de real) e foi destacado nas entrevistas que muitas vezes não cobrem os gastos aplicados pelas famílias.

Os que se dedicam a atividade entregam diariamente entre 35 a 85 litros de leite. Essa variação acontece pelas condições climáticas que afetam diretamente o pasto, a cana e incide nos custos com ração e sal mineral adquiridos para alimentação do rebanho. Percebemos que ao serem perguntados quanto ao valor da renda mensal obtida com a venda da produção, a totalidade dos entrevistados apresentou dificuldades na contabilização. Por conseguinte o raciocínio que preside a produção camponesa é a do excedente como aponta Martins (2009), ou seja, a produção é organizada a partir da ideia de que uma parte deve ser destinada primeiramente ao consumo familiar e um excedente deveria ser produzido para troca ou comercialização. Nesse raciocínio, o excedente já aparece como tal na própria produção, o excedente não é o resto ou o que sobra, não contabilizam seu trabalho, ou seja, a força empregada na realização dos trabalhos.

Assim, para a compreensão do território enquanto produto e processo das relações de poder, como define Raffestin (1994), devemos perceber como o local insere-se na dinâmica mundializada da economia capitalista.

As famílias estão inseridas no contexto de uma unidade territorial marcada pela produção de *commodities*, sob o interesse do capital financeiro e isso cerceia o camponês também pela ação dos monopólios. O camponês resiste e ao contrário do que afirmavam os autores clássicos da questão agrária, Lenin e Kautsky, não desapareceram. Permanecem, na luta pela manutenção da condição de lavradores e lutam pela liberdade e autonomia.

Vários estudos apontam as dificuldades das pequenas propriedades familiares auferirem renda satisfatória, o que implica na sobrevivência do grupo familiar e também na manutenção das propriedades. Ainda assim, percebemos, por meio das entrevistas e dos dados coletados, que muitas famílias que estavam na cidade vivenciaram um processo de proletarização ulterior, sendo que 100% delas descendem de agricultores que em algum momento de suas histórias de vidas foram empurradas para a vida citadina, pelas condições

precárias de sobrevivência no campo. Muitas delas retornaram por manterem uma “raiz” camponesa e acreditarem que o campo é o lugar da realização da vida.

Em contrapartida, Oliveira (1991) alerta que devemos considerar a presença da classe capitalista no campo. A articulação entre o capital industrial, comercial e o grande proprietário de terra e a ação ou inação do Estado medeiam a reprodução e regulação das leis de mercado, que permitem a expropriação e subordinação camponesa.

No assentamento pesquisado, nos foi apontado que lotes foram adquiridos por fazendeiros que possuem propriedades no município de Dourados ou em municípios circunvizinhos.

Essa informação foi colhida em entrevista com assentado que presta serviços na propriedade de uma dessas famílias e que está localizada no assentamento. Algumas dessas famílias adquiriram de dois a três lotes no assentamento, a preço irrisório. Segundo o entrevistado, na época em que muitos ex-moradores venderam lotes no valor de três a sete mil reais, entre os anos de 1998 a 2002.

Os proprietários desses lotes utilizam as propriedades para plantio de soja e milho ou na produção leiteira. Alguns também arrendam, parte ou totalmente, lotes dos camponeses assentados que residem no local, e por muitas vezes contratam estes para os cuidados com o rebanho de suas propriedades ou trabalho na colheita. No entanto, esses apontamentos não deslegitimam a luta pela reforma agrária, pois é preciso compreender a complexidade das relações, aprimorar as fiscalizações e propiciar as condições necessárias para as famílias assentadas.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 – IBGE – tabela 02 indicam a predominância dos pequenos estabelecimentos no município de até 50 (ha), porém esses estabelecimentos ocupam área bem menor em relação às grandes propriedades. O que verificamos é muita terra nas mãos de poucas pessoas e pouca terra nas mãos dos camponeses (Tabela 2).

Tabela 2- Município de Dourados: Número de Estabelecimentos Agropecuários, por grupo de área e área total (ha)

	Nº	Área Total
Produtor sem área	--	--
De menos de 0,1 ha até menos de 10 ha	549	1.967
De 10 a menos de 20 ha	219	3.214
De 20 a menos de 50 ha	309	9.340
De 50 a menos de 100 ha	156	10.785
De 100 a menos de 200 ha	137	19.162
De 200 a menos de 500 ha	167	53.500
De 500 a menos de 1.000 ha	109	76.207
De 1.000 a menos de 2.500 ha	55	83.580
De 2.500 ha e mais	12	45.330
Total	1713	303.085

Fonte: Censo Agropecuário-2017, IBGE.

Para entendimento de como se constitui esse processo no município, trazemos as tabelas 3 e 4, com dados referentes aos últimos censos agropecuários com do número de estabelecimentos e condição do produtor e a tabela 5 quanto à forma de aquisição de terras.

Tabela 3 – Município de Dourados(MS): Número de estabelecimento por condição das terras e condição de produtor (1980-2017)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ANO	CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS			
		Terras próprias	Terras arrendadas	Terras parceria	Terras ocupadas
PROPRIETÁRIO	1980	1815			
	1985	1616			
	1995	1415			
	2006	1638			
	2017	1354			
ARRENDATÁRIO	1980		490		
	1985		421		
	1995		129		
	2006		129		
	2017		375		
PARCEIRO	1980			95	
	1985			76	
	1995			74	
	2006			36	
	2017			16	
OCUPANTE	1980				335
	1985				506
	1995				585
	2006				36
	2017				10

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Na tabela 3 constatamos que, de 1980 a 2017 ocorreu uma retração no número de estabelecimentos em condição de terras próprias, somente entre 1995 e 2006 que houve um leve crescimento, mas voltou a cair significativamente em 2017. Outra variação importante que observamos foi a redução expressiva das terras em sistema de arrendamento entre 1980 e 2006, que em 2017 mostra números elevados novamente.

Com relação as de terras ocupadas e em parceria percebemos o gradativo e expressivo declínio entre 1980 a 2017. Esses dados apontam respectivamente ao processo de luta para ter acesso à terra e a mudança nas relações quanto ao uso da terra decorrente da reestruturação produtiva

Tabela 4 - Município de Dourados (MS): Número de estabelecimentos agropecuários, por condição legal das terras, condição legal do produtor e grupos de área total- resultados preliminares 2017

Grupos de área total	Condição legal das terras x Condição legal do produtor			
	Próprias	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Total	1354	375	16	10
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	14	1	-	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6	1	-	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	15	4	1	1
De 0,5 a menos de 1 ha	20	6	-	2
De 1 a menos de 2 ha	49	5	-	1
De 2 a menos de 3 ha	82	6	-	1
De 3 a menos de 4 ha	54	5	2	1
De 4 a menos de 5 ha	43	6	-	-
De 5 a menos de 10 ha	146	22	2	-
De 10 a menos de 20 ha	188	28	1	-
De 20 a menos de 50 ha	202	41	1	-
De 50 a menos de 100 ha	124	63	-	1
De 100 a menos de 200 ha	111	45	2	-
De 200 a menos de 500 ha	144	71	2	-
De 500 a menos de 1.000 ha	95	43	1	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	49	25	4	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	12	3	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017

Ao analisarmos a tabela 4, percebemos que das terras em sistema de arrendamento, 182 delas são de estabelecimentos que possuem até 100 hectares.

A retração no número de estabelecimentos pode apontar o processo de compra e incorporação das pequenas propriedades por aqueles com capital disponível para ampliação e aquisição de terras.

Desse modo, trazemos a tabela 5 com os dados da forma de obtenção das terras, levantados no Censo de 2017:

Tabela 5 - Município de Dourados: Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras - resultados preliminares 2017

Variável - Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Total de Estabelecimentos em unidades: 1715		Área total em (Hectares): 303.085 ha							
Ano - 2017									
Forma de obtenção das terras									
Compra de particular	Compra via crédito fundiário da terra, Banco da terra, etc.)	Concessão de direito real de uso (licença de ocupação)	de Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	ou Posse não titulada por	Herança ou doação	Usucapião	Não sabe		
839	8	18	150	132	552	4	12		

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Por conseguinte, podemos considerar conjuntamente os efeitos que o capital financeiro exerce sobre o uso da terra no município também influencia na venda das pequenas propriedades e expulsão das famílias camponesas.

As culturas de exportação exigem investimentos consideráveis para o cultivo e manejo. Nesse contexto, as políticas públicas são essenciais para a diversificação do plantio de alimentos que envolvem garantia de preços mínimos, concessão de créditos e venda da produção. Porque muitas famílias optam pelo arrendamento para obtenção de renda e como forma encontrada para não se desfazerem da propriedade.

Há casos em que o arrendatário planta quase na porta de entrada da casa do sitiante. Como ilustra a Figura 04, o lote está arrendado há quatro anos, porque o assentado tem idade avançada, mora sozinho e não dispõe de condições de saúde para cultivo da terra.

Figura 5- Assentamento Amparo: lote arrendado



Fonte: Pesquisa de campo, 04/04/2018 Reprodução: Lourenção, M.A.

Outro aspecto importante a ser observado diz respeito à pressão que as forças estruturais da economia exercem sobre a terra e sobre as famílias camponesas e influenciam na produção de alimentos no município.

Ferreira (2016) identificou e mapeou a evolução e expansão do cultivo da cana-de-açúcar na área da bacia hidrográfica de Rio Brilhante-MS, entre 2001 a 2015, período em que verificou-se no estado a crescente e intensa instalação de usinas sucroalcooleiras devido aos incentivos nas três esferas de governos para instalação e expansão da atividade no estado. Os resultados empíricos da pesquisa demonstraram o avanço da cultura sobre as terras ocupadas pela agricultura, o que se contrapõe ao discurso governamental e empresarial que a atividade ocuparia áreas de solos impactados e de pecuária. Destacou ainda que a bacia do Rio Brilhante possui localização estratégica por estar na região centro-sul do estado, próximo a capital Campo Grande e abranger parte do território de Dourados, principal polo industrial, comercial e de serviços da região. Além de ter acesso aos principais mercados nacionais e internacionais e facilidade, por meio da logística para escoamento da produção.

Nesse contexto, o município de Dourados assumiu papel relevante para o setor sucroenergético. No entanto, a área plantada de cana-de-açúcar no município tenderia a diminuir devido a cultura concorrer com a soja e milho, principais produtos da agricultura na

região. Em 2013, na região da grande Dourados estavam instaladas dezesseis usinas, das vinte e quatro em operação no estado e a região concentrava 80% da área plantada.

A tabela 06 traz o levantamento da produção agrícola do município de Dourados dos anos de 1997, 2007 e 2017, que registraram redução da área plantada de alimentos tradicionais como: feijão, arroz, amendoim e em alguns casos abandono de cultivares. Já em relação à soja e ao milho, observa-se aumento gradativo. A cana-de-açúcar aparece nos levantamentos de 2007 e 2017 de modo expressivo devido a instalação de usinas no município para processamento do etanol.

Tabela 6 - Município de Dourados (MS): Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)

Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes	ANO		
	1997	2007	2017
Culturas plantadas em hectares			
Abacaxi		3	8
Algodão arbóreo (em caroço)			
Algodão herbáceo (em caroço)	200		
Alho	10		
Amendoim (em casca)	20		
Arroz (em casca)	6.100	4.000	1.200
Aveia (em grão)		200	1.000
Cana-de-açúcar		8.000	28.272
Feijão (em grão)	3.000	500	500
Goiaba	1		
Mandioca	600	250	500
Maracujá	3		
Melancia	70		
Milho (em grão)	85.000	91.800	145.000
Soja (em grão)	100.000	155.000	166.000
Tomate	40	15	2
Trigo (em grão)	1.800	5.500	1.000

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Entendemos serem necessárias políticas efetivas que apoiem a agricultura familiar camponesa para diversificação da produção e incentivo ao cultivo das variedades das espécies crioulas, manutenção e preservação das nascentes e fontes, da cobertura vegetal natural e reflorestamento de plantas nativas.

Nesse sentido, a sociedade precisa ter ciência que os alimentos necessários a vida são produzidos em sua maior parte, nas pequenas e médias propriedades familiares, enquanto as culturas de “*commodities*” produzidas em grandes fazendas destinam-se a mercados

distantes e são um dos principais agentes de degradação e contaminação dos solos, além dos insumos utilizados na produção afetarem a saúde de toda população.

O apoio às políticas de fortalecimento desse segmento e comprometimento com a democratização do acesso à terra são de extrema importância. Perceber que a reconcentração pode estar ocorrendo em terras destinadas à reforma agrária, conquistada por meio de luta árdua, é preocupante.

Além disso, nos foi informado que até detentores de cargos eletivos no município de Dourados adquiriram lotes no assentamento (dois vereadores, um com mandato em vigência e outro que já exerceu cargo em legislatura anterior), mas não temos como saber se esses lotes foram titulados em nomes dos mesmos.

Outro aspecto observado durante a realização do trabalho foi a curiosidade em torno da pesquisa, assim como o receio dos efeitos desta. Fazíamos a segunda visita de campo para coleta de dados e entrevistas. Percebemos e também nos foi dito por nossos informantes que todos os que vivem no assentamento já sabiam de nosso trabalho. Alguns estavam desconfiados que fôssemos funcionários do INCRA e outros acreditavam que fôssemos investigadores da polícia, pois nos dias anteriores haviam ocorrido furtos em algumas propriedades. Nesse sentido, a pesquisa despertou muita curiosidade e especulação entre os camponeses, mas quando esclarecidos quanto aos objetivos de nosso trabalho adquiriam confiança para falarem de suas lutas. Assim podemos identificar na pesquisa nuances do estranhamento ou desencontro apontados por Martins:

[...] o desencontro, que se expressa na importância social e sociológica que em nossa sociedade e em nossa cultura tem o estranho. Em princípio, o que vem “de fora”, o que pertence a “outro mundo social”, diverso do daqueles que sofrem o seu impacto e vivem a sua presença intrusa e incômoda.[...] Uma sociologia do estranho e do estranhamento é um reclamo natural de uma sociedade de tradição corporativa (1993, p.11).

Na segunda visita fizemos entrevistas no período da manhã e almoçamos com uma das famílias entrevistadas. No período da tarde continuamos com os trabalhos de coleta e entrevista nos lotes vizinhos. Entrevistamos um parceleiro original que veio para o assentamento com a esposa e quatro filhos. Atualmente vivem no lote ele e a esposa que está em tratamento de saúde. Os filhos deixaram o lote para estudar e trabalhar e acabaram por constituírem família e não retornaram, devido à dificuldade para obtenção de renda no sítio.

Este senhor nos disse que arrenda parte de seu lote ao seu vizinho de lote. O vizinho em questão chegou durante a entrevista, mas ao notar nossa presença foi embora sem ao menos descer da camionete.

Nosso interlocutor nos informou que o vizinho é agente penitenciário e sua esposa é advogada no município de Dourados.

Verificamos outro aspecto na aquisição dos lotes do assentamento por parte de compradores externos, como forma de investimento e valorização de imóveis. Atualmente um lote de 15 (ha) tem seu valor venal calculado em torno de R\$ 350.000,00 a R\$ 400.000,00. Lembrando que a área total do assentamento foi adquirida pelo INCRA no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Desse modo a terra é erroneamente tomada como se fosse capital MARTINS, (1983).

Por meio dos relatos constatamos que as famílias entrevistadas que vivem atualmente nos lotes descendem de famílias camponesas, proprietárias, rendeiras, ou trabalhadores de fazendas ou ainda aquelas que residiam nos lotes pertencentes aos pais e devido ao crescimento demográfico da família e por não terem condições de sobrevivência nas propriedades patriarcais precisaram migrar. Woortmann (1990) aponta em seu trabalho mediações deste processo de migração. Oliveira (1991) evidencia que o capital talvez não proletarize toda a família camponesa, mas certamente a maior parte, porque expropria as possibilidades dos filhos de possuírem terra para continuarem camponeses.

Muitos residiam nas periferias das cidades desenvolvendo trabalhos precários devido à pouca ou nula escolaridade. É interessante observar nas narrativas de memórias um ponto comum, o fato de muitos terem afirmado que quando viviam na cidade, não eram felizes, se sentiam “presos”, o oposto à “liberdade” que vivenciam no campo. Outro ponto percebido é de que mesmo na cidade, não abandonaram os costumes rurais. Relatos de cultivo de hortas ou até cuidados de terrenos baldios utilizados para plantio de algumas culturas, como milho, mandioca, abóbora ou ainda o desenvolvimento da criação de pequenos animais.

A narrativa de nosso entrevistado, aqui nomeado por Z, expressa bem isso. Residiu em Dourados durante quarenta anos, entre trabalhos rurais e a vivência citadina. Atualmente está com 78 anos, vive há catorze anos no assentamento com a esposa.

Narra que sempre trabalhou em fazendas. Sua história é de migração. Nascido em Pernambuco veio ainda adolescente, apesar de ter dito “rapaz” (13 anos) para São Paulo, depois para Paraná até chegar ao Mato Grosso. Sempre cultivou o desejo de ter um sítio, mas isso só foi possível ao aposentar-se. Trocou sua casa em Dourados pelo lote no Assentamento. Não possui a titularidade da terra. Para consegui-la precisa pagar a dívida feita pelos antigos

moradores, que segundo ele está em oitenta mil reais. No período em que residiu na cidade, conta que sempre plantou lavoura e criou gado em terrenos que não eram ocupados, foi “charreteiro ou carroceiro” e conciliava as atividades, até a prefeitura ameaçá-lo de multa.

Olha dona eu sempre gostei da terra, mas eu gosto mesmo é de lidar com gado. Cheguei em Dourados em 1970 [...] Trabalhei como charreteiro e também fiz ponto de táxi com minha charrete, naquele tempo quase ninguém tinha carro[...] Comprei uma data onde fiz minha casa, ficava onde é o Jardim Maracanã, a senhora sabe onde é? [...] trabalhei como serviços gerais, de tudo um pouco e também cuidava as datas de alguns conhecidos, onde eu plantava milho, mandioca, abóbora e também criava umas vaquinhas[...] eram oito datas [...] tudo lá mesmo em Dourados[...] Cheguei a ter dez cabeças de gado[...] aí começaram a proibir por causa que já não podia fazer isso na cidade [...] iam multar [...] quando aposentei, tava sozinho já tinha dez anos [...] apareceu essa oportunidade, troquei minha casa pelo lote e vim pra cá[...] tem catorze anos que estou aqui [...] Tem oito anos que eu e a Jacinta casamos, nos conhecemos na igreja e deu certo! (risadas) ela também gosta muito daqui [...] Ainda não tenho a escritura daqui porque tem uma dívida no lote que está em oitenta mil, era dos antigos moradores, de financiamento[...] precisa pagar para passar para passar pro nome.
Entrevista realizada em 10/04/2018 – Entrevistado Z

O camponês expropriado, sem posse, sem-terra, qual seja, carrega dentro de si seu “*mundus*” e tenta reproduzi-lo nas periferias das cidades. Na relação de conflitividade, o camponês está deslocado, não se sente parte da cidade e, no entanto, não tem como estar no campo.

Woortmann (1997) argumenta que o trabalho na terra realizado pelo camponês-lavrador produz uma ideologia, ou seja, entre o encadeamento das ações técnicas e ações simbólicas utilizadas na produção dos alimentos na lavoura, realiza-se um processo ritual, isto é, a produção de uma cultura.

Dessa forma a relação de trabalho camponesa destoa da concepção de mercado. A terra é um bem sagrado que foi dado por Deus ao homem para ser trabalhada e produzir alimentos que garantam sua vida e de sua família. O saber do camponês pode ser definido como um saber-fazer que não pode ser dissociado da terra, do trabalho e da família.

Muitos têm feito o caminho de volta para reencontrar seu lugar. E essa volta envolve até mesmo aqueles que nunca tiveram o contato com o campo. Aqueles que querem se reencontrar com a terra.

Apesar das pressões o camponês sobrevive e luta para entrar e permanecer na terra, o processo de enclausuramento das terras de livre acesso não limitou, segundo Woortmann (1997), apenas o processo de sua reprodução social, mas também modificou os

espaços ocupados por esses sujeitos, a “modernidade” também incide nesses espaços. Os sujeitos buscam manterem-se camponeses. No entanto, ressalta em outro trabalho que não procura definir camponês e sim a campesinidade:

Antes de terminar, devo fazer algumas ressalvas. Repito que meu interesse não é dizer que o sitiante é camponês, mas sim extrair de sua fala e dos valores que ela revela uma ética que caracteriza o que chamo de campesinidade, expressão de ordem moral. Pessoas de carne e osso são como disse, ambíguas e se movem em dois mundos. Disso resulta que a campesinidade não é uma prisão cultural (WOORTMANN, p. 69, 1990).

Nessa abordagem, o autor afirma que o camponês não deve ser necessariamente pobre, mas que seu objeto de estudo é a categoria campesinidade presente no mundo camponês.

O termo camponês carrega conteúdo político e sociológico. Nosso trabalho expressa a forma como entendemos as relações capitalistas na agricultura, não apenas a subjetividade do camponês. Porque se assim o fosse até a figura do fazendeiro poderia ser explicada e fazer parte dessa classe. Utilizamos as reflexões e contribuições para compreensão da campesinidade de forma completa às nuances da reprodução camponesa que se apresentam em nossa pesquisa quanto às estratégias de resistência das famílias assentadas.

Nesse sentido Oliveira (1991) aponta que para análise dos elementos da produção camponesa devemos agrupá-los em dois conjuntos. Primeiro, a qualificação da força de trabalho e segundo a posse dos meios de produção, especialmente a propriedade da terra.

Sabemos que o capital lança mão de formas não capitalistas de produção por meio da utilização da mão de obra familiar, e contraditoriamente pela subordinação do trabalho camponês permite a reprodução dessa figura social que é considerada por muitos resquícios do passado, ou até inexistente. Proprietários de terra e camponeses configuram a luta de classes, no campo.

Nessa mesma perspectiva, Almeida (2003) afirma que a luta pela terra travada pela classe camponesa não conhece apenas um formato, embora formada por sujeitos-camponeses diversos: arrendatários, parceiros, sem-terra, assentados, boias-frias, sindicalistas, enfim realidades plurais nas quais a luta pela terra assume significados distintos, mas que, no entanto pulsa sempre em direção à terra trabalho.

Desse modo, nossa reflexão parte do pressuposto que a democratização do acesso à terra é caminho para uma nova sociedade.

O assentamento é um espaço plural de vivências e concepções de mundo.

As trajetórias individuais de cada família influenciam no modo de como percebem e relacionam os acontecimentos políticos, sociais e econômicos da sociedade mais geral com a vivência diária. Contudo, não lhes retira o sentido de classe que a identidade camponesa lhes confere.

A partir da análise da questão agrária no estado de MS, constatamos que o assentamento Amparo foi criado no período em que a luta pela terra pulsava com força no Brasil. Foi um período de muitos conflitos em que muitas famílias engajaram-se nos movimentos sociais reivindicando uma parcela do território de que foram ou estavam sendo expulsos. De 1996 a 2000 foram criados 82 assentamentos no estado do MS (**vide gráfico 1**), mas como nos lembra Fernandes (2018), os assentamentos são frutos de um processo longo de luta e negociações e não são criados da noite para o dia. As famílias permanecem às vezes por longos anos em acampamentos.

No caso das famílias do Assentamento Amparo não foi diferente. As famílias ligadas a movimentos de luta (MST e FETAGRI) todas viveram a experiência do acampamento e apesar da maioria das famílias que hoje lá estão não terem ligação a movimento social, também travam uma luta cotidiana para permanecerem na terra.

Um dos nossos entrevistados esteve acampado durante três anos no município de Batayporã, com toda a família. Contou-nos que enfrentaram jagunços armados a mando de fazendeiros. Essa forma de violência é comumente utilizada para intimidar as famílias e forçarem a desistirem da luta pela terra.

A gente acordou com os gritos, eles chegaram por volta das onze horas da noite, estavam atrás das lideranças, ainda bem que os líderes conseguiram escapar pelo mato. Disseram que a gente tinha que sair porque ali já tinha dono, senão a coisa ia ficar feia. Nós pensamos em sair de lá depois do acontecido, mas como não tínhamos lugar, tivemos que criar coragem e ficar. Entrevista 17/02/2018 – Informante D

Outro camponês nos narrou que permaneceu um ano acampado em Amambai. Foi sozinho para o acampamento, deixando esposa e filhos no sítio pertencente a seu pai, onde possuíam residência. Disse que trabalhava fazendo bicos em fazendas para sustento da família e quando estava fora do acampamento para esses trabalhos contribuía com os que ficavam.

Eu fiquei acho que bem um ano no acampamento esperando a terra sair [...] Muito difícil a gente fica sozinho longe da família, mas precisava. Quando estava fora trabalhando nas fazendas ou fazendo algum bico a gente ajudava com o que podia os que ficavam acampado. Entrevista: 17/02/2018 – Informante F

Desse modo, notamos que por caminhos diferentes e modos de organização de luta distintos, de acordo com as possibilidades e realidades de cada família, estas vieram compor o exército de resistência contra a expropriação e subordinação imposta pelo capital.

A luta continua. A narrativa de um de nossos entrevistados denota certo desapontamento. Esse entrevistado nos disse que a desistência de um dos líderes do movimento, inclusive seu primo, impactou negativamente a percepção do assentamento de muitas famílias. Aquele decidiu ir embora antes de completarem um ano no local, assim que o INCRA liberou o primeiro crédito para construção das moradias. Foi para Campo Grande trabalhar na cidade e vendeu o direito. Assim percebe-se que uma família se apoia na outra, e quando há desistência afeta emocionalmente todo o grupo.

Segundo relatos, nos primeiros anos as famílias tentaram organizar a produção de forma coletiva e até tinham a proposta de criação de uma Cooperativa, mas o projeto não vingou. O motivo apontado foi a desunião. Optou-se então pela organização da produção de forma individualizada.

[...] o pessoal do INCRA e da EMPAER vinha direto aqui, logo no início, faziam muitas reuniões com a gente pra decidir como a gente ia fazer com os créditos que iam ser concedidos para a produção daqui do assentamento e oferecia os cursos de capacitação. Eles queriam que a gente se organizasse numa cooperativa para entrega do leite e fabricação de doces ou produção de mandioca, mas nem todo mundo queria. O pessoal do governo dizia que seria bom para todas as famílias, mas sabe como é...[...]essas coisas que envolve muita gente, sempre aparece conversa, exige união do povo, mas o pessoal tava muito desunido, aí nem adiantava começar nada né!” Entrevista realizada em 20/02/2018. Entrevistado G

Esse aspecto narrado na entrevista do camponês-assentado foi pontuado nos cadernos de registro do PDA do assentamento que enfatizava a necessidade de união dos assentados para discutir problemas e soluções da comunidade.

O desenvolvimento social e econômico, de uma comunidade, só tem êxito quando as pessoas percebem que todos têm os mesmos problemas e a solução é a união dessas pessoas para discutir os problemas e soluções da comunidade. Na intenção de resolver a falta d’água, a rede de energia elétrica, a escola, enfim infraestrutura necessárias para o Projeto Assentamento Amparo os parceleiros se reuniram e criaram a Associação - Juventude do Futuro do Assentamento Amparo, e com ajuda da EMPAER, que os parceleiros já -demonstraram interesses em criar novas organizações principalmente aquelas específicas das atividades de determinados grupos como exemplo (Associação dos Produtores de Mandioca e etc.), criação de cooperativas, clube de mães e grupo de Jovens (AGRAER-PDA, 1998, p. 12).

No entanto, de acordo com EMPAER/AGRAER ao que parece os fatores limitantes para o desenvolvimento da proposta serviram como obstáculo para adesão das famílias, quais sejam: pouco conhecimento por parte das famílias sobre associativismo, sindicalismo e cooperativismo.

A proposta de entrega da produção leiteira foi a que recebeu maior adesão por parte das famílias porque as condições para lavoura eram mais difíceis por conta da época da estiagem no inverno e do alto grau de precipitação de geadas no período, o que ocasionava grandes perdas e dificultava a quitação dos financiamentos.

Desse modo, com os créditos liberados pelo INCRA para o desenvolvimento da produção leiteira foram adquiridos dois resfriadores verticais com a capacidade de 2030 litros cada, e também liberados créditos às famílias interessadas para aquisição de gado leiteiro entre 5 a 7 cabeças. Mas como pontuamos, os gastos com o rebanho e o trabalho despendido pelas famílias em comparação ao preço pago por litro de leite fez com que muitos desistissem dessa atividade.

Apesar de terem uma Associação dos Assentados do Assentamento Amparo, conforme narrado pelo entrevistado S, assentado presidente em exercício, a pauta direciona-se a outras questões como segurança, saúde, transporte, políticas de apoio à agricultura familiar, mas não se discute organização da produção de forma coletiva, até porque como nos aponta Fabrini (2001, p.27) “Geralmente, estas diferentes propostas de produção no campo são gestadas antes da conquista da posse pela terra. Assim, é no decorrer da luta pela terra que se desenvolvem novas propostas de produção.”

Verificamos que houve uma nova expulsão da terra do trabalhador rural no assentamento. Os motivos são muitos e podem ser elencados de acordo com várias visões de mundo e concepções teóricas. É fato que houve alta rotatividade de famílias no assentamento, mas podemos constatar que muitas famílias que hoje residem neste local e que nunca tiveram envolvimento com movimento social de luta pela terra vieram em busca de um sonho da “liberdade” perdida, e fazem de tudo para manterem-se ali, na terra, que lhes garante essa liberdade e que na verdade ao mesmo tempo é a prisão do camponês conforme aponta Oliveira (1991).

Não são capitalistas, nem possuidores dos meios de produção, e muitas investiram todas as economias ou o único bem que dispunham para adquirirem o direito sobre a propriedade. Entrevistamos pessoas que residiram durante muito tempo na cidade, exercendo as mais diversas profissões, mecânico, pedreiro, vendedores, ambulantes, empregadas domésticas e donas de casa; pessoas que ao verem surgir à oportunidade de retorno, de

realizarem o sonho, voltaram para a terra. Para exemplificação contaremos um pouco da história de dois entrevistados que nomearemos por L que vive há cinco anos no assentamento e do entrevistado E, que está há dois anos no assentamento.

A entrevistada L narra que nasceu em uma fazenda na região de Rio Brillhante, sendo a quinta filha entre oito irmãos. Conta que seus pais trabalharam em diversas fazendas e por isso tiveram de se mudar várias vezes. Lamenta por estar com quarenta e cinco anos e ainda não saber ler. Disse que nunca conseguiu concluir o primário apesar de ter frequentado três vezes a primeira série, explica que devido à distância da escola, seis quilômetros, faltava bastante e isso prejudicou seu aprendizado. Além disso, todos tinham que ajudar nos trabalhos na fazenda onde os pais trabalhavam.

Aos treze anos foi morar com a irmã mais velha na periferia de Dourados no intuito de estudar e arrumar trabalho. Logo começou a trabalhar como doméstica e os estudos não deslancharam. Aos dezoito anos conheceu seu esposo, trinta anos mais velho, com quem teve três filhos.

Atualmente está viúva, o marido faleceu no início do ano corrente. Reside no lote com o filho de doze anos. Suas filhas mais velhas são casadas e moram em Dourados.

Conta que ela e o esposo sempre cultivaram o desejo de possuírem um sítio para viverem, porque assim como ela, seu esposo nasceu e cresceu em fazenda.

Adquiriram o sítio há cinco anos. Conheceram o antigo proprietário em um encontro regional da igreja que frequentavam. Esse senhor vivia no assentamento há oito anos e queria se mudar para a cidade, pois não tinha condições de manter o sítio. Seu esposo então conversou com ela e propôs trocarem sua casa no bairro Jardim Água Boa em Dourados pelo lote. Afirma que no início teve um pouco de medo, por ser lote de reforma agrária, mas por fim concordou.

Hoje sua renda provém da pensão do seu esposo, de artesanatos que confecciona e dos produtos que produz no sítio. Montou uma pequena mercearia em seu lote para atender os moradores do assentamento com produtos corriqueiros do dia-a-dia, o que evita deslocamentos até Ithaum. A entrevistada L concluiu sua narrativa com a afirmação de que ali é o melhor lugar do mundo e onde quer ficar até o fim de sua vida. Trazemos a figura 6 das estratégias desenvolvidas pela camponesa para permanência em seu lote.

Figura 6 - Assentamento Amparo: Mercadoria e artesanato como forma de resistência para permanência no lote



Fonte: Pesquisa de campo, 2018 Reprodução: Lourenção, MA.

O relato do entrevistado E têm em comum com o relato de L o fato de terem nascido em fazenda. Conta que não cresceu no meio rural. Tinha um ano, quando sua família foi para Campo Grande. Sempre morou no meio urbano desenvolvendo diversas atividades, mas sua profissão é de mecânico diesel. Montou uma oficina em Dourados há vinte anos e lá residia, e sua esposa trabalhava como ambulante e possuía um Box no camelódromo.

Contraíu matrimônio aos vinte e dois anos e têm três filhos, todos casados. Residem no lote ele e a esposa e um neto de oito anos. Sua esposa é quem cresceu no sítio, e os pais dela possuem uma propriedade no município de Nova Alvorada do Sul. Eles sempre iam e se sentiam muito bem, aí nasceu o desejo de comprarem um sítio para terem uma vida de melhor qualidade, mas pelo valor da terra no município de Dourados isso só foi possível há dois anos.

Ficou sabendo que o antigo dono do lote tinha adquirido há três anos e não residia ali e estava vendendo por um preço acessível. Reuniram as economias, trocaram pela casa e

pelo carro que possuíam e efetuaram a compra. Possuem o título da propriedade, conforme sua declaração.

Afirma que a renda do sítio é insuficiente e mantém as despesas com os trabalhos que desenvolve como mecânico. Seu filho mais velho toca sua oficina em Dourados e ele vai de segunda a quarta ajudar e de quinta a domingo trabalha no sítio. A família planta algumas culturas para consumo próprio como: feijão, abóbora, mandioca, milho entre outras e vende alguns produtos da produção como: linguiça, frango, ovos, leite, doces. A figura 6 traz o entrevistado na fabricação da linguiça destinada para venda e frangos embalados prontos para entrega, o entrevistado nos disse que sempre recebe encomendas e vende quando vai a Dourados.

Figura 7 – Assentamento Amparo: Fabricação de linguiça e frangos caipiras embalados para entrega



Fonte: Pesquisa de campo, 2018 Reprodução: Lourenção, MA.

O entrevistado nos disse que gostaria de ficar apenas no sítio, mas precisa continuar com a oficina até a aposentadoria. Argumenta ainda dizendo que não há dinheiro

que pague a paz e a felicidade que encontraram ali. Acrescentou que sua esposa sofria de pressão alta e síndrome do pânico e depois que se mudaram para o lote, ela não precisou tomar mais os remédios e está com a saúde ótima.

Em geral as famílias que residem nos lotes são de origem camponesa e pelo processo de expulsão não teve como manterem-se no campo, vivenciaram o processo de proletarização, e outras ainda, nunca tiveram acesso à propriedade familiar, mas trabalhavam em terra de “outros”. Como ressaltado, muitas dessas famílias não tinham e nem têm envolvimento com movimento de luta pela terra, mas, no entanto, não deixam de ser camponeses. Possuem uma raiz camponesa, ou seja, a campesinidade, inerente a diversos grupos sociais e presente em tempos e lugares distintos.

As famílias resistem como podem e as estratégias são muitas para manterem-se camponeses. Desenvolvem artesanato, trabalham como diaristas, vendem seus produtos in natura, processam compotas de doces e conservas; entregam frango e porco limpo por encomendas (grupos de whatsApp); vendem queijo, ovos etc., enfim uma série de atitudes de resistência ao cerceamento da terra trabalho. Cultivam roçado de feijão, milho, leguminosas como batata-doce, abóbora, quiabo, mandioca e pequenas hortas para o consumo familiar e vendem o excedente dentro do próprio assentamento ou quando se deslocam até Ithaum ou Dourados.

Há iniciativas fomentadas por órgãos de apoio como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados, como o projeto de extensão de apicultura coordenado pelo professor Dr. Euclides Reuter de Oliveira da Faculdade de Ciências Agrárias FCA-UFGD.

O projeto iniciou em 2011 e recebeu adesão de doze famílias e tinha por objetivo fornecer orientação e suporte aos assentados da comunidade do Assentamento na implantação de apiários para auxiliar na autossuficiência na produção de alimentos na geração de receita, renda e na preservação das espécies como fator ecológico na microrregião local. Os recursos obtidos por meio do projeto possibilitaram a obtenção de 50 caixas para colmeias modelo Langstroth, a construção da casa do mel, instalada no lote 67, e aquisição dos equipamentos de proteção para manejo, fumigador e máquina para separação do mel. A produção do mel é extraída duas vezes no ano e destinada para consumo familiar e também para venda. Cada colmeia produz semestralmente de 25 a 32 kg de mel. Abaixo trazemos a figura 7 com um quadro de fotos da atividade vinculada a produção de mel: a casa de processamento, caixa de abelhas, equipamento de separação do mel e manutenção dos caixilhos. No apêndice C deste

trabalho consta fotos do trabalho de campo de outras estratégias de resistência desenvolvidas pelas famílias para geração de renda.

Figura 8- Quadro de fotos da atividades vinculadas à produção de mel, no Assentamento Amparo



Casa do mel lote 65

caixa de abelha na mata



Equipamento para separação do mel

Caixilhos retirados para manutenção

Fonte: Pesquisa de Campo, 05/2018. Reprodução: Lourenção, MA.

Cabe um destaque vivenciado no trabalho de campo. Em cada visita para coleta e entrevista foram raras as vezes que não fomos presenteados com os produtos da produção camponesa. O interessante é que ao adquirir algum produto da produção ganhávamos mais dois diferentes. Woortmann (2018) aponta que na atitude de repartir o alimento de sua produção, o camponês procura estabelecer laços de reciprocidade.

Todavia nos foi por muitas vezes apontada a baixa renda auferida. Nesse sentido Marx em seus estudos afirmava que a condição de pobreza do camponês em face a sua subjugação ao capital faz que seu trabalho seja dado gratuitamente a sociedade.

Uma parte do trabalho dos camponeses que trabalham sob as piores condições é dada gratuitamente à sociedade e nem sequer entra na regulação dos preços de produção ou formação do valor em geral. Esse preço mais baixo é, portanto, um resultado da pobreza dos produtores e, de modo nenhum, da produtividade de seu trabalho (apud OLIVEIRA, 1991, p. 17).

Nesse sentido faz-se necessária a discussão lógica que preside o desenvolvimento do modo capitalista de produção e denunciarmos a cegueira a qual a sociedade está submetida impedindo de enxergar campo e cidade como unidades dialéticas.

A maior dificuldade, de acordo com as narrativas dos assentados é o escoamento e agregação de valor à produção.

O entrevistado M planta dois hectares de mandioca. Vende a caixa com 30 kg *in natura* à R\$ 20,00. O quilo da mandioca, que recebe a R\$ 0,67 por quilo, na cidade é revendido por um preço que pode variar de R\$ 4,00 a R\$ 6,00, ou seja, mais de 400% em relação ao preço que recebe. Analisando esses valores, entendemos como se dá a apropriação da renda da terra do entrevistado M no mercado capitalista. A caixa entregue por R\$ 20,00, pode ser revendida por um preço que pode variar entre R\$ 120,00 e R\$ 180,00. Mesmo assim, M considera a plantação da mandioca uma alternativa melhor que a produção leiteira.

Quando nós entregava o leite, a gente não parava [...] A senhora não deve sabê o trabalho que dá.. heim!,[...] tem que aparta dos bezerro pra ordenha[...] na primeira hora do dia, ah!...quatro horas.. nós tira manual [...] leva pro pasto, traz de volta [...] se anda o dia todo [...] tem que dá a cana [...] fora que não pode falta a ração, o sal [...] produz, mais é pouco né! Pra produzir bem tem que tá bem alimentada[...] aí não via o dinheiro [...] fora que as vezes dava problema e caminhão não passava pegá o leite [...] Eu plantava mandioca só para nós e pra alimenta os animais [...].Aí ficamos sabendo por um primo que tem sitio lá em Itaporã, desse pessoal, que compra a produção, aí interessei...[...] falei pro meu irmão aqui, ele mora também aqui, também interesse e começamos juntos planta em dois hectares [...] mais dois sobrinhos que ajudam né[...] A gente tira em torno de sete a oito

toneladas por hectare de seis em seis meses e divide né [...] Tem que deixar uma parte das plantas para fazer as ramas para o próximo plantio[...] olha não é muito não! mas dá pra viver e ir levando pra passa o ano [...] Quase igual à do leite , mas é melhor, a gente tem mais tempo livre! Entrevista realizada em: 20/02/2018 – Entrevistado M

Além disso, desenvolve outras alternativas como a produção de conservas e doces com esposa. Reclama que não pode vender para padarias e supermercado porque precisa de um selo da vigilância sanitária. Desse modo consegue renda por meio da venda direta. Mas não é sempre que pode sair do assentamento.

Nessa perspectiva faremos uma análise quanto às informações prestadas por nosso entrevistado, com o objetivo de discutirmos a sujeição da renda da terra e a autonomia relativa do camponês frente às imposições econômicas do modo de produção capitalista, opostas ao seu modo de vida.

Levando-se em consideração o apontamento anteriormente mencionado, entendemos que nossos entrevistados apresentam dificuldades em contabilização de custos de produção em relação à renda obtida, pois a lógica que preside a racionalidade camponesa é outra. Nosso entrevistado faz uso do plantio convencional da mandioca, ou seja, utiliza adubos químicos e agrotóxico (quando necessário) para controle de pragas. Ainda assim, utiliza algumas vezes, mas com menor frequência esterco curtido de aves e bovinos para adubação do solo.

Basicamente os custos que envolvem o cultivo da produção por ele apontados são, aquisição de óleo diesel para utilização do trator e dos implementos pertencentes à Associação dos Assentados, pagamento da taxa diária destinada à manutenção destes equipamentos, que segundo informado é (R\$ 70,00 setenta reais/ utilização-dia) pagamento de diarista para plantio e colheita, caso necessitem. O valor da diária paga é em torno de R\$ 30,00 (trinta reais) e geralmente outro assentado quem ajuda nessas atividades.

Eles plantam a qualidade de mandioca amarelinha, “manteiga”, afirma que com a venda da produção obtém quase os mesmos ganhos que obtinha com a atividade leiteira. Só que nessa atividade tem mais tempo “livre”. Porque o trabalho é desenvolvido em épocas certas do ano, e com o gado leiteiro não é assim, envolve a pessoa da madrugada até a noite, todos os dias da semana.

Assim como na atividade leiteira, o valor pago pela produção varia de acordo com a safra. Ele entrega a produção para um produtor de mandioca de Itaporã que comercializa a venda do produto na região.

O capitalismo em seu movimento contraditório para sua reprodução ampliada abre igualmente possibilidades para a criação e recriação do trabalho camponês e expande-se na agricultura não como na indústria. O próprio capital cria e recria possibilidades para que sua produção coexista com a exploração capitalista.

Nesse sentido, no caso descrito, podemos constatar duas variáveis que envolvem a recriação camponesa no seio da economia capitalista local.

Podemos perceber como se dá a sujeição da renda da terra nas duas atividades agrícolas desenvolvidas pelo camponês. No caso ilustrado atua por meio da monopolização do território. Os preços pagos nas duas atividades pela produção são determinados na circulação. Essa sujeição da renda da terra permite a apropriação da renda em trabalho e em produto do camponês, pois este não entra no cálculo do custo da produção.

A segunda variável refere-se à autonomia relativa que estes sujeitos exercem frente a essas relações. Destarte, percebemos que os ganhos advindos com o cultivo da mandioca não representam ser maiores do que na atividade leiteira, mas oferece de um certo modo, a liberdade, retratada como tempo “livre” para desenvolvimento de outras atividades.

Para esse camponês, o tempo livre pode ser utilizado no desenvolvimento de outras estratégias de resistência para permanência na terra de trabalho, como a produção de conservas, doces e queijos junto com a esposa.

As contradições e as desigualdades são ou podem ser distintas quer socialmente ou territorialmente conforme pontua Oliveira (1991, p. 22): “Ou seja, cada formação econômica-social concreta revela no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente.” Essa realidade concreta possui multidimensionalidades, e para compreendermos como os espaços são produzidos, devemos levar em consideração todas essas dimensões que são manipuladas por relações de poder. No contexto de nossa economia internacionalizada evidenciamos de que as relações produtivas estão articuladas e conectadas a uma estrutura hegemônica que subordina a produção regional e ao mesmo tempo que a integra, desintegra atividades produtivas tradicionais. A incorporação do município de Dourados ao cenário econômico nacional e mundial ocorreu sobre a égide da produção de grãos para exportação. Apoiada pelos incentivos estatais às culturas de soja e milho ocupam espaços em terras com maiores investimentos públicos e privados, concentrando capital e poder.

Outra dimensão a ser considerada são as mudanças sociais nos hábitos da população que ocorreram nas bases da generalização das relações de mercado e criaram uma sociedade de consumo que cada dia mais busca ganhar tempo. O consumo de produtos

alimentícios industrializados é uma das faces das mudanças das relações econômicas e de produção na agricultura.

Não faz muito tempo era impensável comer em pé, sozinho, rapidamente ou trocar o “arroz e feijão” por lanches e refrigerantes. O modo como uma sociedade se alimenta diz muito sobre sua cultura, pois alimentação é marcadora de identidade como aponta Woortmann (1997). A globalização econômica foi aos poucos impondo também um padrão alimentar caracterizado pelo consumo dos alimentos rápidos e pré-preparados.

Oliveira (1991) afirma que nossa agricultura expandiu-se nas décadas de 1970 e 1980, ou seja, a “modernização” ocorreu com a expansão de culturas voltadas para exportação e as alterações de hábitos alimentares foram introduzidas e aconteceram em decorrência desse processo mais geral em nível mundial, que visava atender principalmente a ânsia de empresas capitalistas transnacionais por novos mercados. Define ainda que não há mais, ou talvez nunca houvesse separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras. Aliás, frisa que a história dessas empresas na indústria são marcadas por alianças e fusões que quase sempre acontecem com beneplácito do Estado.

Nessa perspectiva podemos perceber que o acesso às tecnologias e disponibilidade de capital para investimento na produção agrícola são fatores preponderantes que atuam também no sentido de cercear o pequeno camponês. Vimos que as culturas de alimentos antes tradicionais em nossa região como feijão, amendoim, trigo entre outras; perderam espaço para agricultura de negócio.

No entanto, a dificuldade do camponês para auferir renda que garanta o sustento familiar e a manutenção da propriedade não pode ser tomada no capitalismo como produto de uma relação mecânica de causa e efeito que leva a expropriação da terra como nos adverte Oliveira (1991).

O capitalismo age no sentido de unir cada vez mais aquilo que historicamente separou, campo e cidade, entretanto essas formam uma unidade contraditória e dialética como aponta Martins (1983). Essa união dialética se expressa quer no processo produtivo e também no processo de luta, por isso afirma que a reforma agrária se faz no campo, mas se ganha na cidade.

Um dos camponeses-entrevistados nos disse: “reforma agrária não existe”. Questionei porque fazia essa afirmação. Ele respondeu que está ali há vinte anos. Antes ele e sua família trabalhavam em terra alheia no Paraná. Veio para o assentamento com esposa e três filhos. Seus pais também foram sorteados com lote no mesmo assentamento e ainda permanecem.

As dificuldades que passaram foram imensas. Contou que se sentiram abandonados. Passaram necessidades básicas e nunca receberam nada de graça como muitos pensam. Tudo teve que ser pago, mas jamais pensaram em desistir da terra.

Terra não se vende! É doido! A gente sabe o quanto lutou ! Aqui é nosso e dos nossos filhos...o trabalho é duro!. Tem que aguentá!..Foi muita gente simhora! Depois veio mais gente! Aqui nós somos tudo amigo, um ajuda o outro numa precisão! Tem gente graúda aí também! Fazê o quê? Terra devia de ser pra quem trabalha. Entrevista 20/02/2018 – Entrevistado M

Nessa afirmação podemos constatar a concepção camponesa quanto à posse da terra externada nos trabalhos de Woortmann (1997), é o trabalho que realmente garante o direito a posse da terra. Essa fala revela também a visão negativa do camponês em relação àquele que vem explorar a terra, diga-se que busca o lucro, o que vem para trabalhar na terra é “bem-vindo”. Outro aspecto percebido nesta concepção é que a terra pertence à família e que deve ser transmitida aos herdeiros.

Podemos observar no Quadro 2, a situação dos lotes quanto ao local de residência dos titulares e a produção desenvolvida na terra. Verificamos que nos lotes em que os titulares da família vivem no assentamento, ou seja na terra, a produção diversificada predomina. Já os lotes em que os proprietários não vivem no assentamento, a monocultura no cultivo da lavoura é praticada na maioria dos lotes, seja pelos próprios proprietários ou por arrendatários.

Mencionamos no início deste capítulo, que em 31 lotes não conseguimos contatar com os donos das propriedades, pois os mesmos residem fora do assentamento. Dentre os quais, três parceiros originais e os donos das vinte e nove propriedades restantes.

Algumas dessas propriedades estão arrendadas para lavoura, de modo que nem mesmo os assentados sabem a quem pertencem, como é o caso de cinco lotes, que estão arrendados para uma família de produtores.

Segundo relatos, os donos desses cinco lotes (25, 26, 54, 55 e 56) nunca apareceram no local.

Quadro 2 - Assentamento Amparo – Residência dos titulares e utilização da terra
“(continua)”

N^o LOTES	LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS	PRODUÇÃO
1	DOURADOS	Leiteira
2	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada
3	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/arrenda parte do lote
4	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada/leiteira
5	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
6	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
7	DOURADOS	Leiteira
8	ITHAUM	Lavoura soja/milho
9	DOURADOS	Lavoura soja/milho
10	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/arrenda parte do lote
11	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
12	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
13	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
14	DOURADOS	Leiteira
15	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada/leiteira
16	DOURADOS E ASSENTAMENTO	Leiteira
17	DOURADOS	Lavoura soja/milho
18	DOURADOS	Lavoura soja/milho
19	ITHAUM (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/ arrenda o lote
20	DOURADOS	Lavoura soja/milho
21	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura /arrenda parte do lote
22	DOURADOS	Lavoura soja/milho
23	DOURADOS	Lavoura soja/milho
24	DOURADOS (PARCELEIRO ORIGINAL falecido-filhos)	lavoura /arrendam o lote
25	DOURADOS	Lavoura soja/milho
26	ASSENTAMENTO	lavoura soja/milho
27	DOURADOS	Leiteira
28	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL falecido -filho)	Leiteira
29	DOURADOS	Lavoura soja/milho
30	ASSENTAMENTO	Diversificada
31	DOURADOS	Leiteira
32	ASSENTAMENTO	Diversificada
33	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	Diversificada
34	DOURADOS	Lavoura soja/milho
35	DOURADOS	Lavoura soja/milho
36	ASSENTAMENTO	Leiteira soja/milho
37	ASSENTAMENTO	Leiteira soja/milho
38	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada/leiteira

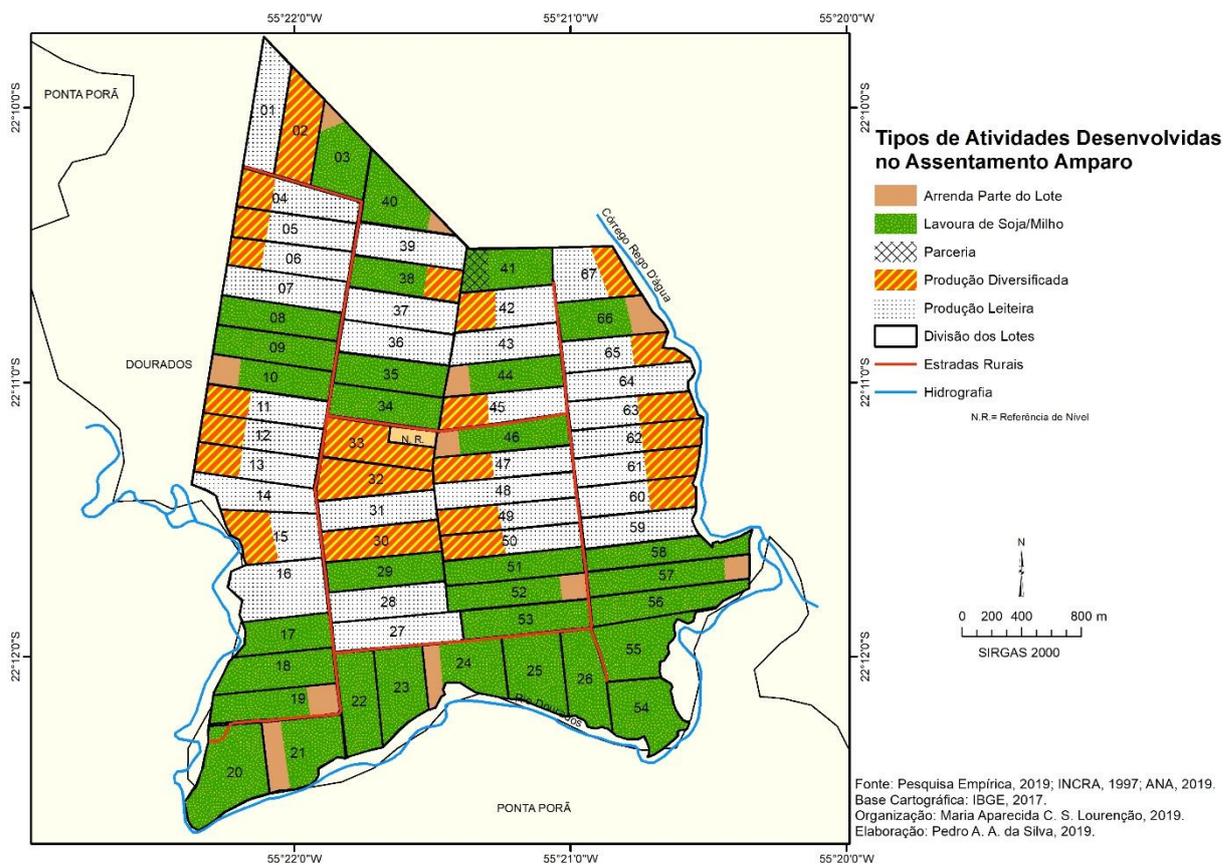
Quadro 2 - Assentamento Amparo – Residência dos titulares e utilização da terra
“(continuação)”

39	DOURADOS	Leiteira
40	ASSENTAMENTO	lavoura/arrenda parte do lote
41	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/ parceria
42	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
43	DOURADOS	Leiteira
44	ASSENTAMENTO	lavoura/arrenda parte do lote
45	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
46	DOURADOS (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/ arrenda o lote
47	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
48	DOURADOS	Leiteira
49	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada/leiteira
50	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	diversificada/leiteira
51	DOURADOS	Lavoura soja/milho
52	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/arrenda parte do lote
53	DOURADOS	Lavoura soja/milho
54	DOURADOS	Lavoura soja/milho
55	DOURADOS	Lavoura soja/milho
56	DOURADOS	Lavoura soja/milho
57	DOURADOS (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/arrenda o lote
58	DOURADOS	Lavoura soja/milho
59	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	Leiteira
60	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
61	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
62	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
63	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira
64	DOURADOS	Leiteira
65	ASSENTAMENTO	diversificada/ leiteira
66	ASSENTAMENTO (PARCELEIRO ORIGINAL)	lavoura/arrenda parte do lote
67	ASSENTAMENTO	diversificada/leiteira

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Desse modo podemos visualizar no mapa 2 a utilização da área dos lotes quanto a atividade produtiva e cultivo da terra no assentamento Amparo.

Mapa 2 - Assentamento Amparo: uso e cultivo do solo nos lotes



Fonte: INCRA, 1997. Org.: Lourenção, M.A. 2018

A aquisição de lotes por uma mesma família também foi apontada na pesquisa. Por isso no **quadro-3** apontamos os lotes que, de acordo com o informado pelos camponeses-entrevistados possuem a mesma titularidade.

Quadro 3 – Assentamento Amparo: Lotes adquiridos por famílias de mesma titularidade

LOTES	CONFORME MORADORES ENTREVISTADOS	QUANTIDADE
20/29/58	Pertence à mesma família	3
23/63/64	Pertence à mesma família	3
27/53	Pertence à mesma família	2
18/48	Pertence à mesma família	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ao visualizarmos as informações no Mapa 02, correlacionando com as informações contidas nos quadros 2 e 3, verificamos que os cinco lotes que estão em sistema de arrendamento (25, 26, 54, 55 e 56), os quais nossos informantes disseram não saber a quem pertencem, são limítrofes. E ainda, conforme Quadro 2 temos que, os lotes de números 24 e 57 apesar de pertencerem a parceiros originais, também estão arrendados para lavoura no

caso para a mesma família que arrendam os outros lotes para cultivo da lavoura de soja ou milho. Nesse sentido podemos perceber no mapa 2 o avanço da lógica capitalista de mercado sobre a terra homogeneizando a paisagem com o cultivo da soja e do milho dentro do assentamento. Enquanto nos lotes das famílias camponesas a lógica que preside a produção é outra.

Outro ponto observado é que os lotes arrendados fazem fundo com o Rio Dourados. A figura 8 demonstra que a lavoura do milho na área do lote nº 24 beira a pequena área de mata ciliar que protege o leito do rio. Esse lote pertence a parceleiros originais e conforme nos foi informado estão residindo fora do assentamento por motivos de saúde.

Figura 9 - Lote nº 24 arrendado para Lavoura de milho ao fundo Rio Dourados- Assentamento Amparo Itahum-Dourados (MS)



Fonte: Pesquisa de campo, 04/04/2018 Reprodução: Lourenção, M.A.

Desse modo podemos perceber que há uma pressão sobre a terra para que ela produza de acordo com a lógica capitalista. Essa pressão é externa e age internamente nas vidas das famílias. A necessidade de se conseguir o sustento acaba por forçar muitos camponeses a arrendarem parte de seu lote e em outras situações como dito anteriormente desenvolverem trabalhos acessórios, e em situações extremas, gera novas expulsões. O trabalho no campo não é fácil, é por muitas vezes extenuante e a dificuldade para auferir renda desanima a muitos. O camponês vive sitiado.

Pessoas interessadas em adquirir a produção camponesa têm de sobra, mas levar o que é produzido até essas pessoas é muito difícil. Neste ponto a política de apoio a essas famílias é essencial. A distância e a falta de manutenção das estradas do assentamento foram apontadas nas entrevistas como um dos fatores limitantes para obterem melhores ganhos com o que produzem nos lotes.

A Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD desenvolveu em 2011 o projeto “horta comunitária” no assentamento. Essa experiência foi implantada no lote de número quatro e envolveu principalmente mulheres. A produção alcançada foi muito boa, mas para venda a Universidade precisou disponibilizar um ônibus para transporte.

As mulheres vendiam a produção na feira agroecológica no Campus da Universidade e isso ocorria uma vez por semana. Esse projeto perdurou durante um ano e meio. Quando acabou o recurso para transporte, as mulheres acabaram por desistir do projeto. Também foi apontado que o uso de veneno na lavoura da fazenda ao lado acabou por prejudicar o desenvolvimento das hortaliças e leguminosas.

À mesma época, a Fazenda que faz divisa com o Assentamento foi vendida para um empresário paulista que substituiu a criação de gado leiteiro pela produção de soja e milho. Foi instalado nessa fazenda um complexo agrícola com maquinários, caminhões e armazém.

Os proprietários de alguns lotes disseram que quando é utilizado veneno nas plantações dessa fazenda perdem hortaliças, frutas dos pomares e até mesmo animais. Além de sentirem a saúde afetada. Outros de nossos entrevistados nos disseram que trabalham para o fazendeiro proprietário em certas épocas do ano.

[...] E agora esse fazendeiro comprou aqui, antigamente era pasto aqui né, era um vizinho que morava aí, era pasto né! era gado, não era veneno! [...] agora ele entrou é muito veneno. Então assim ó! a nossa produção caiu bastante! que nem ó! Ali nós tem pomar, mais lá pra baixo, mas não segura, por causa do veneno né! caiu tudo né! Então falei... agora piorou mais pra nós[...]. É proibido passar de avião, mas mesmo assim tem vez que ele passa de avião! Aí morre tudo as árvores! [...]Aqui a gente passa apurado! Aqui é tudo veneno, tem que cuidar direto a cerca né...pra não falta o choque! [...] [...] senão a gente perde mesmo[...] o animal vê a lavoura bonita[...] Se entra morre mesmo! porque aqui eles vivem no veneno direto[...] Já perdemos cinco cabeças! [...] pois é, pra você vê né, [...] a gente tava falando desse óleo de soja, eu acho que é por isso que a maioria do povo hoje em dia morre com câncer tudo né! [...] porque se precisa de vê como é secada a soja, é de repente! É tudo no veneno, no veneno!. Entrevista realizada em: 09/03/2018- Entrevistada N

[...] trabalho de vez em quando aí na fazenda paraíso [...] eles fazem plantio direto, contratam para abastecer as semeadoras, pra trabalhar nos silos,

sempre tem algo pra fazer nessas épocas [...] a gente conhece o dono, muita gente fina é “alemão” veio de São Paulo[...] O filhos aparecem às vezes aí.Tem empresa lá. Depois que compraram a fazenda sempre tem serviço
Entrevista realizada em 22/03/2018 – Entrevistado O

Percebe-se nas falas um contraste sobre as percepções da ação do grande capital no vivido territorial. Ao mesmo tempo em que uns percebem negativamente a mudança na forma de produção da referida fazenda, outros acreditam que melhorou, porque de algum modo conseguem desenvolver bicos que ajudam na manutenção da família e da propriedade.

Desse modo, para compreensão da forma como o capital apropria-se do território devemos ter claro que ele age de duas formas singulares e completivas simultaneamente. De um lado subjuga a renda da terra e de outro, em situações extremas o expulsa da terra.

Em relação ao Assentamento Amparo constatamos que a terra conquistada pelas famílias de sem-terra sofre a ação do capital sobre o território e impulsionou expulsões e continua pressionando as famílias camponesas que lá estão. Segundo entrevistas teve lotes que já passaram pelas mãos de várias famílias, quer dizer o direito de concessão e uso. Nesse movimento de construção e desconstrução, muitas famílias tentaram manter-se ali, mas as dificuldades, o abandono, a falta de políticas públicas de apoio fez com que novamente boa parcela dessa terra fosse para às mãos daqueles que possuem capital para investir no aumento da produção e na aquisição de terras.

O que podemos constatar em relação às trajetórias dessas famílias que vivem lá, na terra, ou seja, no Assentamento Amparo, é que lutam para estarem ali. Vieram por caminhos diferentes e configuram a classe camponesa. Alguns assentados não estão lá por motivos de saúde ou condições físicas e se viram forçados pelas circunstâncias a arrendar o lote como única saída para obtenção de renda e manutenção da propriedade. O arrendamento pode ser visto como uma estratégia de resistência. Não pensam em vender a terra, pois têm a concepção camponesa que a terra é um bem familiar e deve ser transmitida aos filhos como herança porque esse pedaço de chão é fruto de muita luta e sacrifícios, ou seja, fruto do trabalho.

A luta continua. É preciso que aconteça a revolução agrária que implica na estrutura fundiária e na transformação estrutural social existente como afirma Oliveira (2007), esse é o caminho para uma sociedade menos desigual e para que haja justiça no campo.

CAPÍTULO 3 - TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: NUANCES DA (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO AMPARO

3.1 O conceito de camponês e campesinato

Os conceitos são abstrações que nos ajudam a compreender a realidade. Em relação ao estudo da questão agrária brasileira, envolve correntes teóricas divergentes no que diz respeito à pertinência do conceito camponês na atualidade. (MARQUES, 2008).

Devemos considerar que apesar da heterogeneidade das famílias que vivem em assentamentos rurais no Brasil, as situações concretas de existência nesses espaços apontam uma unidade na condição desses sujeitos que nos permitem considera-los camponeses, para além da particularidades de cada um. São grupos sociais que se relacionam em função de valores centrais indissociáveis- terra, família e trabalho - cujos eixos constroem seu modo de vida alicerçado em laços familiares e nas relações de vizinhança, conforme Woortmann (1990), e também são constroem de uma identidade política de luta e resistência (MARTINS, 1983).

Portanto, a concepção camponesa da terra diverge da lógica capitalista. No entanto, seria ingenuidade afirmar que o mundo da mercadoria não está presente no mundo camponês, porque é hegemônico nas relações econômicas. Fatores correlacionados à organização do trabalho, à ação dos agentes externos, aspectos culturais influenciam na resistência e recriação da condição camponesa. O trabalho familiar combinado à outras formas de trabalho, como parceria, trabalho temporário, atividades concomitantes ao trabalho na terra, assim também as relações de vizinhanças, ações comunitárias, costumes e valores são elementos que dão sustentação à recriação camponesa dentro do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva podemos afirmar que encontramos os elementos destacados nas famílias do Assentamento Amparo que nos levam a compreendê-los como camponeses.

As interpretações marxistas clássicas de Lênin e Kautsky sobre o destino do campesinato em consequência da economia capitalista nascente na Europa, apontavam seu desaparecimento como inevitável e necessário. Somente com a evolução do camponês a proletário por meio da expansão das relações de mercado, divisão do trabalho e adensamento das forças produtivas é que se abririam possibilidades para a revolução socialista. Conforme estes autores, no capitalismo existiriam apenas duas classes distintas: burguesia e proletariado.

Entretanto, o contemporâneo russo Chayanov, também marxista, em sua obra procurou desvendar a racionalidade camponesa baseada no cálculo da produção entre o

balanço do trabalho e consumo, que têm como escopo o bem-estar da família, por isso diferenciou a racionalidade camponesa da capitalista. Desse modo propôs a permanência e convivência da figura social do camponês antagonicamente às relações de homogeneização presentes nas relações de mercado que despontava na Rússia.

As interpretações desses autores nos ajudam a refletir sobre a realidade agrária brasileira, mas nos faz pensar também, sobre a necessidade de contextualização histórica.

A utilização do conceito camponês para designarmos as famílias assentadas vem atrelada à história de formação do campesinato brasileiro e traz em seu interior a concepção de luta de classe.

O debate teórico em torno figura social do camponês percorreu inúmeras interpretações, desde considerá-lo um obstáculo ao desenvolvimento, incapaz de ações revolucionárias, um resquício do passado e até, mais recentemente, sua transformação em agricultor familiar, conforme indicamos no primeiro capítulo.

Almeida (2003) demonstra que há autores que negam ao camponês a consciência de classe. Contudo, aborda a ambiguidade como germe de superação e conscientização e afirma que o conservadorismo e a radicalidade estão presentes na identidade ambígua do camponês.

Por conseguinte, o assentado ao conquistar um pedaço de terra, que é ao mesmo tempo fração do território capitalista e fruto da luta pela terra e na terra, passa a viver uma situação contraditória. Torna-se proprietário e trabalhador. Nesse viés, a ambiguidade marca a existência camponesa e por essa razão, abre potencialidades para a compreensão e superação do capitalismo. No entanto, a autora entende que essa compreensão e superação não vêm de sua condição contraditória e sim de quando o capital invade seu mundo e quer transforma-lo em trabalhador para o capital, um expropriado, apenas vendedor de sua força de trabalho,

Por outro lado, isso não encerra as possibilidades de um sentido de classe, de um *habitus* de classe camponesa. Ao contrário, a construção de sua identidade de classe camponesa resulta da manifestação das contradições do capital que, ao invadir seu mundo, seja para expropriá-lo ou sujeitar a renda da terra, ilumina a ambiguidade camponesa, e ele, o camponês, pode se descobrir como parte de uma classe. Portanto, sua recusa em sair da terra, mesmo quando trabalha no prejuízo, contém um germe do anticapitalismo por ser a única classe que ainda pode visualizar e lutar contra a desumanização do capital em sua totalidade, e por isso superar suas contradições (ALMEIDA, 2003, p.353).

Concordamos com a autora no que se refere a tomada de consciência de classe, pois é adquirida no processo e no percurso da luta que marca a trajetória camponesa. O camponês luta numa ponta por um valor considerado até conservador, a condição de proprietário de terra, e numa outra ponta luta contra as diversas formas de apreensão e sujeição da renda fundiária. A luta que travam é que faz com que se constituam em classe social. A dualidade de sua condição ao mesmo tempo é limite e possibilidade, por isso sua luta é contra o próprio capital (MARTINS, 1983).

Nas narrativas dos camponeses assentados elencadas no capítulo dois, constatamos que a apropriação da fração do território é fruto da luta e sacrifícios das famílias. Logo é por meio da luta e resistência que constroem seu lugar social.

Nesse sentido, o nexo da compreensão da questão agrária e do campesinato reside na desigual correspondência entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias. O desenvolvimento desigual que se incorpora na distribuição do produto social (riqueza produzida) exige a presença da instância política (Estado, por exemplo) para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise. A complexa trama da questão e reprodução do campesinato como fração de classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete a necessidade de sua existência no contexto das lutas de resistência. (FABRINI, 2001, p. 33)

Precisamos entender a dinâmica das relações assentadas no território porque é por elas que se dão as formas de poder e dominação. A conflitividade por vezes é silenciada.

Ao se tornarem proprietários de terras, os assentados também se tornam consumidores em potencial. Assim, as despesas e as obrigações aumentam, como pagamento de energia elétrica, compra de insumos para produção e até mesmo a aquisição dos primeiros animais: vaca, boi, galinha, porco, cabra, além de aquisição de produtos para manutenção familiar.

A baixa renda auferida com o trabalho da terra e a falta de política de apoio foram apontadas por todos os camponeses entrevistados. O conflito entre os camponeses e capitalistas não aparece claro aos olhos da sociedade, mas seus efeitos são sentidos por todos.

O conflito de classes no campo, ou seja o conflito entre camponeses e capitalistas/proprietários de terra não está no princípio da mercadoria [...] o conflito está na transferência da renda ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes, e proprietários de terra através da circulação de mercadorias. (FABRINI, 2001. p. 34)

Desse modo podemos verificar em muitos trabalhos publicados sobre a questão agrária atual e a realidade dos assentamentos no Brasil, que as dificuldades apontadas são recorrentes à maioria dos assentamentos, demonstrando ser um problema estrutural.

Destarte, para compreensão do campesinato, a luta pela terra deve estar no centro da análise (MARTINS, 1983). Devemos ouvir os protagonistas dessa luta, pois a luta não possui apenas um formato. O camponês fala por meio dela e pela resistência e é nesse movimento dialético que persiste na história.

Nesse sentido, no assentamento, ao ser apropriado, as teias de relações vão sendo construídas e consolidadas. Assim, enquanto unidade territorial demarcada e apesar de ser uma realização do Estado, assume novos contornos delineados pela identidade de luta, sociabilidade e reciprocidade do camponês.

Nesses espaços todos se conhecem, são denominados por apelidos, sabem da história um do outro e das dificuldades que enfrentam diariamente. Compartilham alegrias, dores e lutas. Vivenciam encontros e desencontros.

No contexto das novas tecnologias e mídias sociais também presente no assentamento, são incorporadas ao cotidiano das famílias. No entanto, permanece o tempo pra se “gastar” com o “outro”, na roda de tereré debaixo de uma sombra frondosa ou no mate de fim de tarde, no café com bolo, na ajuda mútua para os consertos, da cerca, do galpão, no cultivo do roçado, na troca de alimentos, ou ainda quando se reúnem para festividades entre outras relações de vizinhança.

Não por acaso, em pelo menos oito visitas encontramos no lote da família que fomos entrevistar, um camponês que já havia sido entrevistado anteriormente.

Em um desses encontros, o proprietário realizava o reboque da moradia e o vizinho de sítio (2 km de distância) veio ajudar no trabalho. Contudo, a maioria dos reencontros ocorreu nas visitas da tarde, e foi com camponesas que estavam na casa da vizinha de sítio/lote pra tomarem um tereré, café, fazer queijo ou simplesmente por a conversa em dia.

De tal modo podemos perceber os elementos da subjetividade camponesa na população assentada. Não obstante a condição de trabalhador / proprietário, a relação com a terra é de trabalho, considerada bem sagrado, morada de vida e patrimônio familiar.

Consequentemente, a luta para permanecer na terra, não é apenas pela sobrevivência, implica na reprodução de seu modo de vida fora da relação de subordinação ao capital e garantia aos herdeiros o bem maior, que é a terra.

Por essa razão utilizamos o conceito de camponês, pois nos permite apreender o sujeito histórico que designa e está relacionado às disputas políticas e teóricas em torno de sua interpretação e da questão agrária brasileira, vinculada ao desenvolvimento capitalista no campo.

A figura social do camponês está presente em realidades e tempos históricos distintos. A formação do campesinato brasileiro difere totalmente do campesinato europeu e por isso para compreendermos o desenvolvimento capitalista na agricultura devemos considerar cada formação social concreta, e nessa perspectiva, destacamos o que expressa Marques (2008, p.4):

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social.

Em sua luta contínua de resistência, o camponês reafirma um conjunto de valores específicos. A campesinidade é recriada em novas condições nos assentamentos com base em experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade e no retorno à terra, como também na luta cotidiana para permanência. Essas realidades ratificam a atualidade do conceito para a compreensão a questão agrária brasileira; e no caso do assentamento em estudo, no município de Dourados.

3.2 As relações de parentesco, vizinhança e organização da produção no Assentamento

Constatamos nas falas da maioria dos camponeses entrevistados que a conquista do lote/sítio representa a realização de um grande sonho. De tal modo que nos relatos percebemos falas embargadas de emoção e até lágrimas de nossos interlocutores ao relembrares os momentos difíceis enfrentados na luta pela terra e na terra.

São famílias com histórias distintas, mas que ao passarem a compartilhar de um mesmo lugar de vida e esperança constroem juntas suas histórias.

Verificamos no assentamento várias famílias com relações de parentesco. Sejam aquelas que fizeram parte do processo da primeira divisão dos lotes ou aquelas advindas pós-criação.

Enumeramos alguns casos, como o da Entrevistada R tia do Entrevistado O. A nossa entrevistada R expôs que o tio fez parte dos parceiros originais assentados. Ela e o marido vieram depois e vivem há dezessete anos no assentamento. Adquiriram o direito de concessão dos antigos assentados por intermediação de seu sobrinho, e isso foi realizado por meio de compra.

Outro caso é do entrevistado P que também faz parte dos parceiros originais. Seus filhos, J e K, cresceram no assentamento, mas saíram para trabalhar e estudar fora. Posteriormente, retornaram e adquiriram dois lotes.

O filho J desenvolve concomitante a atividade de lavrador, a de motorista. Sua esposa que designaremos por W é professora na educação infantil em Itahum. Eles trabalham meio período fora da propriedade e os dois filhos do casal ajudam nas tarefas do sítio entre cultivo e cuidados com a criação. Sua esposa W é sobrinha do casal G e A, também assentados no Amparo.

O irmão de J, K, trabalha com a produção leiteira e sua esposa, que denominaremos por Y, ajuda e também trabalha revendendo produtos de beleza e acessórios dentro do próprio Assentamento, em Itahum e também nos Assentamentos circunvizinhos, Itamarati e Lagoa Grande. A família planta algumas culturas destinadas ao autoconsumo.

Com base no trabalho realizado por Woortmann (1990) entre sitiantes de Sergipe sobre migração, família e campesinato, um aspecto nos chamou a atenção, no caso dos filhos do senhor Pedro. O autor discorre sobre a migração temporária e definitiva como estratégias para reprodução social do camponês. Podemos constatar que para estes irmãos a migração temporária abriu possibilidades para conseguirem recursos e adquirirem a própria propriedade.

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser a condição para a permanência camponesa. (WOORTIMANN, 1990, p. 35)

Assim, averiguamos que os laços de parentesco influenciam na composição da população assentada. Os camponeses se articulam por esses laços para sua reprodução social. Outro ponto apontado nos relatos dos primeiros assentados reafirma essa tese. Muitos trocaram lotes entre os assentamentos onde possuíam parentes.

Retomemos o relato do entrevistado M, comentado no capítulo dois. O irmão e o pai foram sorteados no Assentamento Floresta Branca em Eldorado-MS, criado à mesma

época do Amparo, mas trocaram os lotes pelos do Amparo. A estratégia da troca possibilitou que a família ficasse próxima.

Neste caso emerge também a questão da família nuclear e família extensa (WOORTIMANN, 1990). Nesta concepção, o assentamento passa a ter um novo significado, como lugar onde se devem acomodar os outros membros da família para mantê-los próximos. Seu Lúcio e o irmão cada qual tinham a própria família nuclear, mas precisavam estar próximos da família articulada que agrega os membros por consanguinidade e laços de união afetiva, pai/mãe, tio/tia, nora/genro, netos, sobrinhos, cunhada, primos etc.

Nesse sentido percebemos que as relações de parentesco são muito fortes entre os camponeses assentados e base para as relações de vizinhança.

Embora o camponês como pai e chefe de família seja o responsável pela produção, ele não a organiza individualmente, mas como corpo familiar em que todos desenvolvem as atividades colaborativas, símbolo de pertencimento natural e afetivo ao grupo e por isso enxerga na vizinhança ou comunidade a complementariedade desse sentimento.

Por vezes, o individualismo do camponês é apontado por alguns autores como barreira à inserção do cooperativismo nos assentamentos e alegam a necessidade de avançarem para além das relações de vizinhança a uma consciência coletiva como adverte Fabrini (2002).

Geralmente, a produção nas roças comunitárias está assentada na unidade do grupo familiar, parentesco, vizinhança e compadrio. Embora a cooperação agrícola em forma de roça comunitária, seja uma prática política motivada por uma prática econômica, esta não é suficiente para compreender a dinâmica de produção comunitária (FABRINI, 2002, p. 78).

Porém as ações comunitárias podem ser potencializadas para a formação de uma consciência coletiva,

É importante frisar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da cidadania e da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. É preciso de revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento das ações coletivas (FABRINI, 2002, p. 80).

Em seu relato, o entrevistado M nos disse dispor da ajuda do irmão e dos sobrinhos, e esporadicamente, de outro assentado da comunidade para realizar o cultivo da

mandioca. Afirma ainda que a rentabilidade pode ser equiparada ao que retirava com a entrega do leite, mas com o cultivo da mandioca, sobra tempo livre para desenvolver alternativas de produção, por isso está mais satisfeito.

Como vimos a proposta inicial do INCRA e EMPAER para a produção dos assentados no Amparo era a criação de uma cooperativa para entrega do leite, fabricação de doces e cultivo da mandioca. Contudo, foi rejeitado pela maioria dos assentados. Os motivos podem ser múltiplos, no entanto, foi apontada a desunião por nosso entrevistado G, e em contrapartida, pelos técnicos da EMPAER no relatório do PDA foi apontado o desconhecimento sobre associativismo e cooperativismo.

Parece contraditório, se o camponês vê na vizinhança a extensão do sentimento de pertença ao grupo social, porque a proposta foi rejeitada? Devemos compreender que a racionalidade da cooperativa agrícola surge a partir de diferentes compreensões da organização social e da produção no campo.

Nesse sentido Fabrini (2002) afirma que a partir de atitudes políticas e ideológicas dos sujeitos envolvidos é que surgem às formas de cooperação distintas. Ora por uma cooperação mais de natureza econômica com fins produtivos e racionalidade de empresa capitalista; ora por uma cooperação mediada pelas relações de parentesco; e outras ainda, nascidas do processo de luta dos trabalhadores do campo e podem apresentar maior ou menor grau de coletivização dos meios de produção na sua prática.

Na composição da população das famílias assentadas originalmente no Amparo encontravam-se aquelas ligadas a movimentos, ou a sindicatos, acampadas ou não, e também àquelas não vinculadas a organização. Logo, a concepção e os instrumentos da luta pela terra entre esses sujeitos divergiam e também dificultava a adesão à produção coletiva, e pelo apontamento do entrevistado G a teia de relações comunitárias ainda precisava ser consolidada.

Entendemos que a proposta de cooperativa nos assentamentos deve estar no conjunto da luta em que os camponeses estão mergulhados como entende Fabrini (2002, p. 85), “é preciso valorizar na organização de cooperativas nos assentamentos rurais, como um método de ação sustentado teoricamente em paradigmas que valorize a organização familiar dos assentados a partir das relações sociais implícitas na produção camponesa”.

A relação de proximidade, os vínculos mediados pelo convívio comunitário vão incidir sobre os vários círculos de vida dos camponeses, trabalho, parentesco, religião, momentos festivos da comunidade etc. De tal modo, que as relações comunitárias

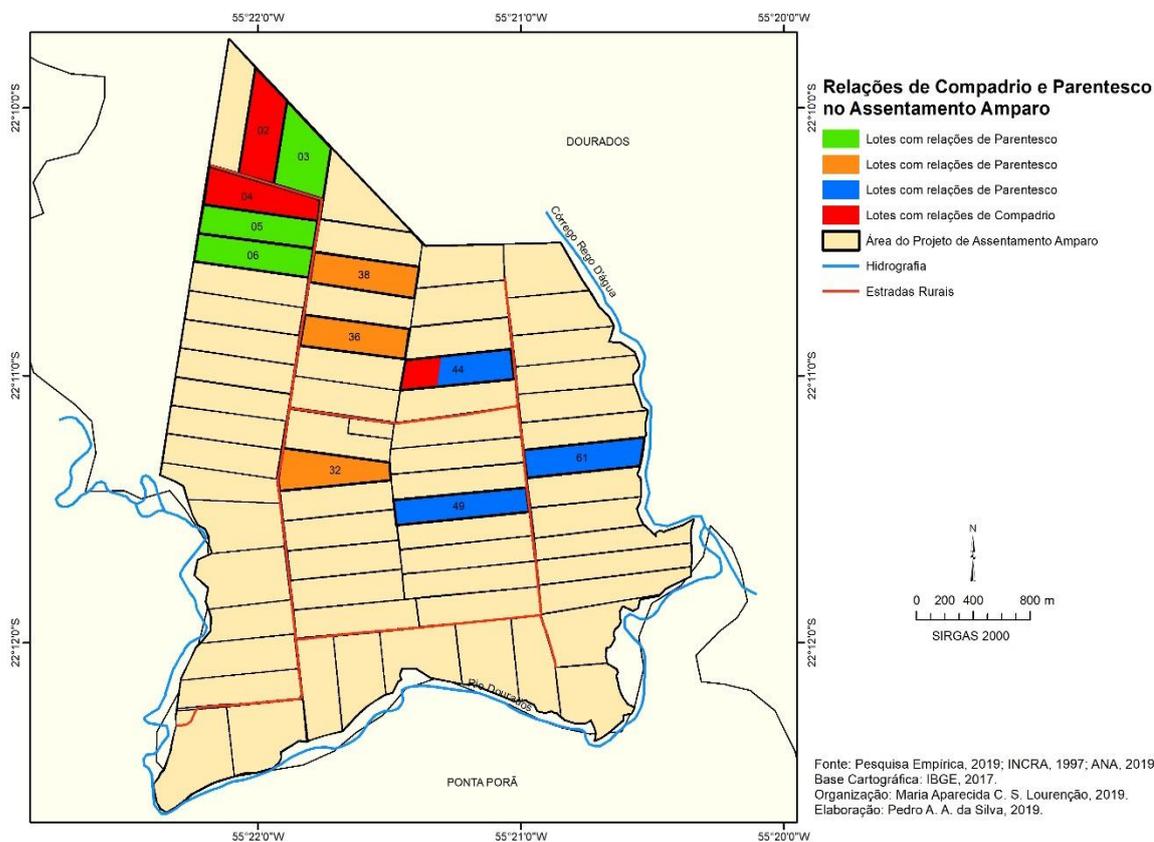
consolidadas e potencializadas podem permitir a construção da cidadania e consciência política.

No Amparo a produção se projeta sob o trabalho familiar. Os camponeses assentados optaram pela produção individualizada e se organizam por laços familiares e comunitários de vizinhança. O vizinho é quase um parente, às vezes compadre, quando não é irmão ou primo, um tio etc.

Esse aspecto é muito forte entre os camponeses assentados do Amparo, pois estão presentes relações de compadrio e articulação matrimoniais entre muitos dos nossos entrevistados. Como exemplos citaremos alguns, o casal G e A do compadres de L do e tios de W, casada com J que é filho do entrevistado P e irmão de K. Além da entrevistada H, sogra de V que é filho de a entrevistada T; e ainda M do filho de Q e irmão de I.

Desse modo, verificamos que no Assentamento Amparo o camponês também constrói as relações de vizinhança com base nas relações familiares. A seguir, destacamos o mapa 3 para melhor visualização do mover da territorialidade camponesa motivada por relações de parentesco e compadrio entre os assentados mencionados.

Mapa 3 - Assentamento Amparo: Relações de parentesco e compadrio



Fonte: Pesquisa Empírica, 2018, Incra, 1997

Outro aspecto, podemos verificar no relato do entrevistado, ele nos disse que a Associação está pleiteando junto ao INCRA a divisão em lotes da área comum destinada à construção da escola e posto de saúde, pois está inutilizada. Acreditam que após vinte anos, as obras nunca sairão do papel. A reivindicação caso a área venha a ser loteada é que seja feito sorteio entre os filhos dos assentados que vivem no assentamento,

[...] tem muita coisa que precisa aqui, nós todos sabemos que a escola e o posto nunca vão sair do papel, tem vinte anos já [...] A gente quer que o INCRA dívida a área e sorteie entre a gente, nossos filhos, nós que vivemos aqui. É justo, não pode vir gente de fora não [...] o Marcelo, o rapaz do INCRA, disse que não sabe se isso é possível. Entrevista: 11/04/2018 Entrevistado S

Para o camponês, a compreensão de uso individual da terra é alimentada pelo trabalho familiar. O chefe de família juntamente com os filhos aparece como a força de trabalho que mantém o sítio. O trabalho da mulher é concebido como tipologia de reserva de mão-de-obra. Assim, o uso individual da terra é assumido por toda a família, e por isso a produção individual camponesa é familiar.

A participação dos membros da família nas tarefas agrícolas é muito valorizada. Comumente, cabem aos homens e aos filhos jovens as tarefas mais pesadas realizadas no roçado. As mulheres e os filhos menores executam tarefas mais “leves”, como trabalhos domésticos, cuidar das crianças pequenas; limpar a casa, cuidar do quintal; lavar as roupas; preparar a alimentação da família, cuidar da horta e dos animais de pequeno porte, entre outras,

Aqui trabalho eu e mais os dois filhos, plantamos milho, feijão, mandioca, abóbora, cana [...] tem a horta, mas é mais a mulher que toma conta [...] A gente tem as vaquinhas aí, dá umas dezoito cabeças, mas o leite é só pra nós mesmo, pro queijo, pra manteiga, requeijão não tem precisão de vender se não puder [...] É isso! Aqui temos ovos, frango, fruta de graça no pé, uma maravilha, não falta nada [...] Antes nós vendia pra sobreviver, hoje não, é pra ter um ganho a mais. Eu e a mulher somos aposentamos graças a Deus, não precisa. Entrevista: 20/02/2018- Entrevistado U

Neste relato podemos contemplar a organização do trabalho familiar e a produção guiada pelo balanço entre as necessidades de seus membros. Outrora, senhor Israel vendia alimentos de sua produção por questão de sobrevivência, ficou subentendido em sua fala que vendiam até mesmo quando não podiam, ou seja, retiravam daquilo que poderia ser

consumido pela família. Em contrapartida, com a melhora da situação financeira a partir da aposentadoria vendem o que excede ao consumo familiar.

Considerando que a família camponesa se relaciona com o trabalho desde o núcleo familiar, e essa cooperação se estende a comunidade, todo esforço desses sujeitos remete-se à busca de sustentabilidade familiar e a produção de alimentos.

As estratégias para prover as necessidades básicas ou de consumo são variadas, vão desde empreitas ou empregos nas fazendas vizinhas, diárias entre vizinhos, parcerias, entre outras. Dessa forma o camponês não aceita ser trabalhador expropriado, mas admite o trabalho acessório, o que não implica na perda de sua condição camponesa.

Em uma entrevista, nossa interlocutora nos disse que vendeu o gado que possuíam para o vizinho de lote. Ela e o esposo cuidam da criação para ele e sua família, porque os vizinhos residem fora do assentamento e não tem caseiro. Em troca pelo serviço podem retirar o leite para consumo familiar e fazer os queijos e doce que vendem. Além disso, seu esposo recebe um valor mensal de quinhentos reais. O vizinho em questão é contador e vem aos finais de semana com a família, às vezes passa mais tempo sem vir. Nossa entrevistada considera a família parceira como pessoas muito boas e sua fala nos revela ainda a percepção de que são bem de vida e compraram o lote para investirem.

[...] Tem uns dois anos que compraram o lote aí da frente, são gente remediada [...] a gente cuida pra eles. Pra nós foi bom! A gente entregava leite, mas não dava muito [...] Ai eles compraram o lote e os gadinho do seu Luiz, tinha cinco cabeças só [...] e nós queria vender também nossas vaquinhas, aí deu certo [...] A gente trata dos bichos, de toda a criação, galinhas, pintinhos, dos porcos e das vacas né! [...] Podemos tirar o leite pra nós e também posso vende, fazer queijo, doce tem o ganho né [...] não gastamos pra manter os bichos [...] São gente muito boa [...] Não precisam disso aqui não, é só pra investi. Entrevista: 09/03/2018 – Entrevistada X.

O trabalho externo é utilizado como fonte de renda para a sobrevivência e permanência das famílias nos sítios. Esse rearranjo produtivo é um sinal de resistência para garantir a permanência e a abertura a uma “nova” realidade de uso da terra, pois o desenvolvimento do capitalismo no campo é o constituído de movimentos contraditórios permitindo, portanto, a lógica camponesa no seio da lógica capitalista.

Desse modo, o trabalho acessório é apreendido como complementariedade de renda que ocorre quando necessário, sem que o camponês perca sua condição camponesa.

Como vimos, no assentamento existem várias realidades das famílias que vivem ali e compõem a população atual do assentamento, às quais confirmam a estratégia do

camponês em desenvolver esporadicamente ou concomitante ao trabalho na terra, atividades acessórias como forma de resistência.

Com efeito, observamos no interior dessas unidades familiares de produção camponesas a multiplicidade e combinação de variadas formas de trabalho que vão desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, trabalho assalariado temporário, atividades não agrícolas concomitantes ao trabalho na terra, o pequeno comércio, venda direta dos alimentos in natura, ou com agregação de valor, o serviço público e a docência em escola pública. A estratégia de desenvolverem formas múltiplas de trabalho surge como alternativa a forma de trabalho assalariada e permite a permanência na terra de trabalho ao camponês.

A recusa à proletarização, que seria igual à “escravidão”, revela a luta consciente pelo trabalho livre como camponês. Assim, o camponês nos leva a perceber que a terra é tão essencial para continuidade da existência da vida, “da liberdade” e a necessidade de pensarmos como sociedade uma nova relação com a terra e a produção de alimentos.

3.2 O significado da comida para o camponês

A produção de alimentos para consumo interno no Brasil sempre esteve subordinada ao cultivo dos chamados “produtos nobres” ocupando espaços marginais, condicionados por produtos hegemônicos (WOORTMANN, 1997). Desse modo, o cultivo dos alimentos essenciais à vida humana está subordinado à lógica do lucro. Conseqüentemente, as terras mais férteis e produtivas são destinadas à monocultura e produção em larga escala, mas é na roça camponesa, que se planta o que se constitui em comida, alimento humano.

No plano da alimentação, as transformações econômicas decorrentes da industrialização da agricultura a nível global enfraqueceram a produção local de alimentos tradicionais cultivados em regiões de fronteira agrícola e entre outros fatores, atingiram diretamente o consumo de alimentos, um deles foi a paulatina mudança dos hábitos alimentares impulsionados por essas transformações. Aspectos ligados à urbanização e a velocidade desse processo propiciaram mudanças profundas nos hábitos alimentares de grande parte da população e na relação que mantemos com os alimentos.

Nesse sentido Almeida (2003) alerta para a importância da produção de autoconsumo, bem como as trocas e doações como inseparáveis da sociabilidade camponesa, em que a comida é o elemento central na produção e fonte de vida.

Assim, a comida para o camponês cumpre mais que uma finalidade alimentícia como afirma Woortmann (1990). Faz parte da sociabilidade camponesa e oferece uma

linguagem simbólica, os produtos de sua roça são sua riqueza e uma forma de estabelecer vínculos.

Ao realizar as entrevistas de campo como mencionamos anteriormente raras foram as visitas que não ganhamos algo da produção camponesa de nossos entrevistados. Nessa perspectiva ao adentrarmos em suas histórias e suas trajetórias de luta e resistência, evidencia-se que ao nos presentear com alimentos, fruto de seu trabalho que será transformado em comida, está implícito ao camponês uma forma de estabelecerem vínculos conosco.

Olha eu vou pegar dois frangos e por na bolsa para a senhora pegar quando voltar do lote de dona Luzia. Passa aqui, não vai esquecer, mas eles vão vivo tá, não dá tempo de matar e limpar. [...] Vou colocar também duas abóboras, dá pra fazer doce ou refogá, do jeito que quiser comer [...] Não vão recusar né, a gente tem muito! Graças a Deus! É uma alegria repartir. Entrevista realizada: 09/03/2018- Entrevistada X

Dessa maneira, a terra como fonte de comida, enquanto produção e consumo, marca a separação entre camponeses e capitalistas, pois estes precisam dela para sua para exploração do trabalho alheio, especulação e acumulação e aqueles, para sua reprodução social. Nesse sentido “comida, trabalho e terra são categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p. 37). Produzir alimentos é produzir esperança e solidariedade.

Nas áreas individuais, podemos perceber o cultivo, desde pomares, com variados tipos de frutas, hortaliças, legumes, tubérculos, como a mandioca, batata-doce e grãos, como milho, feijão, arroz entre outros tipos de alimentos relatados pelos assentados/as, bem como a criação de pequenos animais: galinha caipira, patos, gansos, porcos, cabritos, além do gado leiteiro presente na maioria das propriedades visitadas. A produção diversificada serve como estratégia alimentar no intuito de ter sempre algo para suprir a necessidade nutricional da família sem ter que recorrer à moeda para compra dos alimentos necessários.

Muitos camponeses enfrentam nos acampamentos às margens das rodovias adversidades naturais, sociais e políticas, quais sejam, chuva, frio, vento, calor, despejos policiais, falta de alimentação, além de muitas vezes serem taxados de “vagabundos e preguiçosos”. Entretanto, definem suas ações confirmando características de classe e reafirmam seu modo de vida, ao terem esperança em um dia poderem cultivar os alimentos necessários para o sustento da família e terem sua autonomia de volta.

Oliveira (2007) expressa que na produção capitalista temos o movimento de circulação do capital nas seguintes fórmulas (D- dinheiro, M- mercadoria): D-M-D em sua versão simples e D-M-D em sua versão ampliada. No entanto, na produção camponesa está presente a fórmula M-D-M, ou seja, vender para comprar, a simples circulação de mercadorias, pois o dinheiro conseguido com a venda da mercadoria tem a finalidade de se obter os meios para adquirir outras mercadorias, igualmente necessárias à satisfação de necessidades.

Nesse movimento está centrada a produção de alimentos e os esforços são para manterem a viabilidade do modo de vida camponês. Não por acaso, nos relatos dos parceiros originais observamos como causa de endividamento das famílias assentadas decorrerem de financiamentos, obtidos inicialmente para plantio de lavouras e após, com aquisição de gado leiteiro.

Nosso entrevistado B relata que perdeu toda a lavoura por duas vezes seguidas. A lavoura de trigo por conta de uma geada muito forte no inverno e lavoura de milho por falta de chuva no verão.

Nós plantamos soja e milho financiados, mais tivemos dois prejuízos seguidos [...] sempre plantamos feijão, arroz, mandioca, batata-doce, abóbora pra nosso consumo [...] também a cana para os animais [...] 1999 aquele ano foi difícil [...] geada, seca, perdemos toda a plantação Entrevista: 20/02/2018 – Entrevistado B

A presença da produção de alimentos é uma prática tão comum na unidade camponesa que foge à perspectiva econômica atribuir valor monetário aos produtos que compõem a mesa. Desse modo, os produtos cultivados e criados na terra, como legumes, hortaliças, frutas, aves e porcos, nem sempre são contabilizados como renda, já que são produzidos para o autoconsumo da família. Somente o excedente é transformado em mercadoria (vendido), o que nem sempre acontece, por inúmeros motivos, mas geralmente, são produtos considerados de baixo valor pelo mercado.

Quando inseridos na lógica de produção capitalista, em que, primeiramente precisam tomar dinheiro emprestado, ainda que com recursos subsidiados para financiarem as atividades produtivas, os camponeses assentados engendram no universo ditado pela fórmula do capital D-M-D e muitas vezes são pressionados pelo endividamento.

Notadamente, os camponeses necessitam de recursos para desenvolverem a produção e tornar viáveis seus lotes, mas a questão que queremos destacar é, ainda que resistam são constrangidos a produzirem dentro a lógica capitalista. Vejamos o apontamento

entrevistado B. Concomitante à lavoura financiada, mantinha o cultivo de alimentos tradicionais e a criação de pequenos animais destinados à manutenção e alimentação da família.

Desse modo, percebemos que o camponês organiza a produção ditada por uma autonomia interna, ou seja, relativa, frente às exigências do mercado. E como expôs o entrevistado, a lavoura foi financiada, no caso a lavoura de soja e milho, que tem venda garantida da produção aos armazéns revendedores dos grãos ao mercado internacional ou para as indústrias processadoras como a Bunge S/A presente no município. No entanto, o participante B e a família não abandonaram a produção interna para consumo da família no cultivo do roçado.

O que queremos ressaltar aqui é que, ao contrário da agricultura moderna “racional”, capitalizada e voltada exclusivamente para o mercado, os sítios adequam as plantas (vale dizer, aquilo que irão depois comer) ao solo, e não, como na agricultura “moderna”, o solo às plantas, isto é, ao mercado. (WOORTMANN, 1997, p. 65)

O alimento cultivado que se torna comida é sagrado e não pode ser desperdiçado. Na concepção camponesa, a comida se não for totalmente consumida pela família, será pelos animais. A comida que produz força e energia faz parte do ciclo vital da vida e que deve repor a força para o homem seguir trabalhando.

Nesse sentido Woortmann (2018) entende o sítio camponês como categoria analítica, espaço diversificado e articulado que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico e em oposição à lógica capitalista.

A produção é levada da roça para a casa e será transformada em comida. Quando não é totalmente consumida, na casa, enquanto domínio do consumo camponês, partirá os “restos” para a criação, principalmente como lavagem dos porcos. Ainda, os restos não consumidos pela criação, depois de fermentados também podem ser transformados em adubos. E assim, toda comida é aproveitada.

Essa organização e essa resposta são informadas por uma lógica, uma estratégia e um saber que possibilitam a reprodução da produção camponesa, divergente da lógica capitalista. Contudo, destaca Woortmann (2018, p.34): “O sítio atual, então, não tem mais condições de se reproduzir segundo o conhecimento e a prática tradicional.”

As transformações que incidiram no campo também modificaram o espaço social do camponês, o sítio enquanto categoria analítica. O camponês busca reorganiza-lo para permanência de seu modo de vida e de sua produção. Em outras palavras, a lógica do sítio

consiste em minimizar os gastos monetários com a produção, mantendo internos ao mesmo o maior número possível dos supostos dessa produção.

Assim, o trabalho da terra camponês produz uma cultura de resistência e como aponta Woortmann (1997) contém uma simbologia que fundamenta a prática da lavoura. É um saber-fazer que envolve valores, em que a produção de alimentos é central para sua reprodução. A roça é o espaço de aprendizado e é pelo trabalho que se constrói a família, logo terra, família e trabalho são categorias indissociáveis.

Destarte, para o camponês a comida é fruto de seu trabalho na terra para sustento da vida, então a terra só encontra sentido se for para produzir comida.

Nesse sentido são essenciais políticas públicas que valorizem e incentivem a produção camponesa.

3.3 Políticas públicas no Assentamento Amparo

Verificamos por meio dos relatos dos parceleiros originalmente assentados, que os recursos oriundos do poder público na fase de implantação do assentamento Amparo para viabilização da produção de alimentos e fixação das famílias em seus lotes/sítios foram insuficientes, esparsos e liberados de forma morosa, tanto para estruturação do assentamento (energia, água, transporte, saúde, educação construção das moradias) como para financiamento da produção. Atualmente percebemos que os problemas persistem, seja pela dificuldade de obtenção de crédito, pelo endividamento, pelo desconhecimento, pela burocracia, falta de assistência técnica; entre outros fatores que possibilitem a emancipação dessa população.

O estado de Mato Grosso do Sul, segundo dados do INCRA disponíveis na página oficial do órgão pela internet, até 2018, foram criados no estado 204 assentamentos rurais, abrangendo 27.764 famílias assentadas.

Segundo Camacho (2018), as políticas públicas para a agricultura são construídas a partir de uma disputa material e imaterial na construção do conhecimento para a interpretação da realidade. Dessa disputa de interpretações e interesses, e a partir da pluralidade de concepções que se opõem e dialogam entre si resultam dois diferentes paradigmas. O paradigma do capitalismo agrário- PCA que defende a integração e subordinação do camponês às relações de mercado e sua conseqüente metamorfose em agricultor familiar sustentado pelo conceito de pluriatividade, e em contraposição, o Paradigma da Questão Agrária- PQA que defende a recriação camponesa como síntese contraditória do desenvolvimento desigual do capitalismo.

De acordo com o autor, as políticas públicas para o campo são pensadas a partir da influência desses dois paradigmas. A política pública sobre influência do PCA está associada à dependência dos sujeitos ao Estado e a do PQA associada à autonomia e protagonismo dos camponeses. Assim, cita algumas políticas influenciadas pelo PCA como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF³¹, Programa Novo Mundo Rural³² e Banco da Terra³³. Em contrapartida cita também algumas influenciadas pelo PQA, quais sejam, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA³⁴ e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA³⁵ articulado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE³⁶. Desse modo verificamos no âmbito da política pública federal iniciativas para viabilidade da agricultura familiar camponesa que sofrem influência direta de interpretações distintas da realidade agrária brasileira. No entanto, o camponês

³¹ Foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, "destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família". Financia projetos que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, pode ser utilizado para custeio da sagra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

³²Cf. FERREIRA,2009, p.37 - No fim de março de 1999, já em seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso - FHC anunciou a chamada Nova Reforma Agrária com base em um suposto Novo Mundo Rural. O documento governamental que apresentava à nova política agrária As premissas dessa proposição eram as seguintes: i) crise – ou esgotamento como colocada na primeira versão – do modelo de desenvolvimento focado na industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal; ii) baixo crescimento econômico e agravamento da exclusão social advinda da concentração de riqueza e de renda; iii)os trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária, depois de receberem os investimentos básicos, passam a ser considerados agricultores familiares; iv)necessidade de integração entre as políticas de apoio creditício e de assistência técnica, para maior eficácia de alocação de recursos públicos escassos; v) ênfase no desenvolvimento local regional dependente da efetiva descentralização das ações e democratização das decisões; e vi)necessidade de um novo desenho institucional para a reforma agrária e para a agricultura familiar que articule poder público e sociedade civil para a promoção do novo mundo rural.

³³. Foi instituído pela Lei Complementar nº 93 de 04 de fevereiro de 1998 que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Para implantar esse modelo de desenvolvimento rural, o governo, entre outras medidas, anunciou a mudança no sistema de obtenção de terras para fins de reforma agrária cujo instrumento principal passava a ser o Banco da Terra e leilões de terras, em detrimento das desapropriações, ou seja, para o governo a reforma agrária passa a ser feita, prioritariamente, via mercado.

³⁴ DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

³⁵ Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. Regulamenta o artigo 19 da Lei nº10.696 de 02 de julho de 2003, que Instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (**PAA**), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socio assistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

³⁶ Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**) para compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Lei nº 11.947/2009).

precisa fazer uso das políticas disponíveis ao seu alcance para permanência em seus lotes e geração de renda para sustento de suas famílias.

Como vimos, o assentamento Amparo foi criado em 1997, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso- FHC e as políticas implementadas para reforma agrária tinham por escopo o mercado e integralização desses camponeses a economia produtiva de forma subordinada.

Nessa perspectiva, o relatório do PDA elaborado pelos técnicos responsáveis da EMPAER detalhava a situação do solo, do clima, relevo e recursos hídricos disponíveis, bem como as limitações técnicas e sociais do grupo das famílias assentadas.

No período de instalação, o assentamento tinha como base econômica a produção de algodão, de feijão, de milho no sistema de trocas de sementes entre os assentados. Conforme análise dos técnicos, as terras do Amparo foram consideradas boas para o cultivo de lavouras, de todos os pontos de vista, com poucas limitações que restringiam seu uso à dupla margem de culturas anuais, pastagens e florestas. O solo profundo e fácil de trabalhar conserva bem a água e é de boa fertilidade requerendo apenas algumas práticas simples de conservação, para que fossem cultivadas segura e permanentemente culturas anuais o que proporcionaria médias e altas produtividades.

Quanto ao clima foi destacado que nos meses de janeiro/fevereiro poderia acontecer interrupção das chuvas e aumento de temperatura, ocasionando veranicos e nos meses de junho/julho com a queda da temperatura, a região estava sujeita a geadas.

Do ponto de vista hídrico o Assentamento foi considerado bem servido, banhado pelo Rio Dourados e Córrego Rego D'água divisas naturais da área do Assentamento, pertencentes à bacia do Rio Paraná e sub-bacia do Rio Ivinhema. No entanto, destacaram que apesar da existência do Rio e do Córrego havia necessidade da construção de poços artesianos para abastecimento das famílias, animais, para aplicação de defensivos agrícolas e irrigação de pequenas culturas.

Como fatores limitantes, destacaram a descapitalização das famílias que não dispunham de recursos e estavam na dependência do INCRA:

Em relação à infraestrutura individual atual e prematura tecemos comentários, pois os parceleiros estão na dependência de liberação de recursos de habilitação para construir suas moradias. Nós da Empresa e Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul-EMPAER estaremos atentos e seremos atuantes na orientação e acompanhamento de cada família para que elas possam morar, estruturar e viver dignamente. Com a finalidade de organizar os sistemas, sociais e

produtivos os parceiros necessitarão de apoio de todas as entidades governamentais e não governamentais parceiras do Projeto Lumiar para que num futuro bem próximo tenham condições de vida digna de produtores rurais bem sucedidos deste estado (AGRAER-PDA, 1998, p.6)

Observamos o direcionamento das políticas públicas para integração produtiva dos camponeses assentados e por isso, o projeto Lumiar³⁷ visava implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária.

Porém, percebemos por meio dos relatos que devido às condições de financiamento, falta de equipamentos necessários e condições relacionadas ao clima, a produção das culturas anuais tornou-se inviável para o grupo. E a opção pela criação de bovinocultura leiteira foi a alternativa entre os assentados, mas como relatado também, não tem sido suficiente para a sustentabilidade das famílias.

Ao ponderarem sobre as políticas públicas no assentamento, denunciam o abandono por parte do governo em todas as esferas. As queixas são muitas, dentre elas, a impossibilidade de acessar novos financiamentos, falta de assistência técnica, segurança, transporte, condição da estrada, escoamento da produção e saúde figuram nas mais relatadas.

Os assuntos mais discutidos nas reuniões da Associação dos Assentados segundo o entrevistado S demonstram essas “demandas”. Dizem respeito à condição da estrada, que há quatro anos está sem manutenção; à saúde, porque nem sequer agente de saúde dispõe o assentamento, e os camponeses –assentados reclamam que para agendarem uma simples consulta ou exame precisam se deslocar até o posto de saúde no distrito de Itahum. Outro item sempre em pauta diz respeito à falta de segurança, que em consequência tem ocorrido vários furtos nas propriedades. Enfim, temas ligados diretamente ao cotidiano das famílias e que geram insatisfações porque não são correspondidos enquanto direitos sociais.

Em contraste aos problemas elencados, S ressaltou que com a nova administração do município de Dourados, eleita em 2016, algumas benfeitorias estão sendo conquistadas no assentamento. Destacou o início do cascalhamento no assentamento, o recebimento de uma patrulha mecanizada no final de 2017 e de 150 lâmpadas para iluminação pública do assentamento que seriam instaladas duas na entrada de cada lote. Em seu entendimento, os ganhos foram advindos com a eleição para vereador de um morador de Itahum que também possui um lote no assentamento e faz parte da associação dos assentados.

³⁷ Projeto Lumiar É um Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Disponível em: http://www.cespro.com.br/7350/1997_L0408.pdf acesso: 26/01/2019

Apesar do descontentamento relatado com as políticas públicas, as famílias contatadas na pesquisa consideram que são felizes por viverem no assentamento e acreditam que poderiam ser melhoradas questões pontuais. Nesse sentido, solicitamos que fizessem uma avaliação das políticas públicas em todos os níveis da gestão governamental para agricultura camponesa que trouxeram benefícios concretos e efetivos para a comunidade assentada até o momento atual e o que poderia ser feito para solucionar as demandas existentes.

Entre os assentados que estão desde a criação foram destacados nos questionários aplicados (Apêndices A e B) como políticas públicas positivas e efetivas: a amortização da dívida para agricultura familiar³⁸ e liberação de novos créditos para reforma e ampliação da moradia e produção. Ambas do ano de 2013. De acordo com as informações colhidas a amortização concedida pelo governo federal a agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária deu desconto de até 80% nas dívidas adquiridas entre 1999 a 2010 e oportunidade de refinanciamento. Alguns dos entrevistados conseguiram quitar seus débitos por conta dessa política. Outra política avaliada como positiva foi da administração municipal do prefeito José Laerte Cecílio Tetila, entre 2001 a 2008, que encarregou a empresa de transporte público municipal a manter uma linha ativa no assentamento ao menos duas vezes na semana o que possibilitava aos camponeses o deslocamento até Ithaum e Dourados. As administrações posteriores desativaram linha.

³⁸ Decreto nº 8177 de 27 de dezembro de 2013 – Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos “A” e A/C do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –Pronaf [...]

Art. 1º Art. 1º Fica autorizada a concessão de rebate de até 80% (oitenta por cento) do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, cujo risco seja do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, ou da União, que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Fica o Conselho Monetário Nacional - CMN autorizado a definir o percentual de rebate, a metodologia para atualização do saldo devedor, os prazos para liquidação e as demais condições para aplicação do disposto no **caput**.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de bônus de adimplência, em substituição ao bônus de adimplência contratual, para renegociação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação deste Decreto, observadas as seguintes condições:

I - bônus de até 50% (cinquenta por cento), sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, para as operações contratadas na região Norte e na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e

II - bônus de até 45% (quarenta e cinco por cento), sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, para as operações contratadas nas demais regiões. § 1º Os bônus de que trata este artigo podem ser concedidos para as parcelas vincendas de operações adimplentes que se enquadrem nas condições dispostas no **caput**.

§ 2º Fica o Conselho Monetário Nacional autorizado a definir o percentual de bônus, a metodologia para atualização do saldo devedor das operações a serem renegociadas, os prazos para liquidação e as demais condições para aplicação do disposto neste artigo.

Quanto ao que pode ser feito para solução os problemas pontuais foi sugerido que a prefeitura contrate uma agente de saúde do próprio assentamento para evitar deslocamentos a Ithaum para simples agendamentos de consultas e exames e ainda, a visita da equipe multiprofissional de saúde ao menos uma vez por mês no assentamento, principalmente nos lotes onde vivem pessoas idosas. Querem a reativação da linha da circular no assentamento e liberação de créditos e assistência técnica, reajuste do preço do litro de leite, afirmaram de que pelo menos há dois anos, nenhum técnico da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul- AGRAER vem ao assentamento.

No âmbito municipal a Prefeitura de Dourados mantém a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar com competência para formular, elaborar e implementar projetos estratégicos para desenvolvimento local, bem como, a coordenação e apoio ao desenvolvimento dos setores produtivos nas áreas da indústria, do comércio, do agronegócio, dos serviços e do turismo. A secretaria tem também como atribuição a promoção de estudos e pesquisas sociais, econômicas e institucionais, a transformação das potencialidades do município em oportunidades para a instalação de empreendimentos voltados para os desenvolvimentos econômico, social e sustentável de Dourados. Compete ainda à secretaria, o incentivo e a orientação ao associativismo e ao cooperativismo, mediante apoio à criação de organismos e a promoção de cursos, palestras e outros eventos, além de proporcionar orientação ao pequeno agricultor no desenvolvimento da sua produção, a assistência técnica rural e sanitária para o desenvolvimento da agricultura familiar, entre dezenas de outras atribuições.

Na fala da entrevistada L, ao comparar o período que chegou ao assentamento ao atual, há cinco anos, considera que piorou no aspecto de oferecimento de cursos: “Quando nós chegamos era muito bom, sempre tinha curso aqui. Eu mesma fiz muitos, de pães, bolos, de doces e conservas, de plantas medicinais [...] Era muito bom! Agora tem uns dois anos que ninguém aparece aqui”. Entrevista concedida em 04/04/2018 – Entrevistada L

Vimos que a venda de doces e conservas é recorrente no assentamento e utilizada como forma de obtenção de renda por quase todos os assentados. Nesse sentido a disponibilidade de cursos para as famílias potencializam a utilização de matéria-prima proveniente do próprio sítio, que além de agregarem valor aos produtos podem também incentivar o cuidado com o meio ambiente e serem caminhos para promoverem ações coletivas. Vários assentados que participaram dos cursos anteriormente oferecidos, e utilizam o conhecimento adquirido como alternativa de complementação de renda.

Atualmente as famílias conciliam como meio de sobrevivência e base econômica, aposentadoria, pensão, benefícios sociais como bolsa família e vale renda, artesanato, diárias, serviço público, trabalhos esporádicos, venda direta e produção leiteira.

As catorze famílias camponesas de parceiros originais entrevistados nos disseram que obtiveram acesso às linhas de créditos do PRONAF e apenas cinco famílias das que vieram pós-criação utilizaram créditos subsidiados por meio do programa. Porém, os resultados com a aplicação dos recursos para produção não foram considerados satisfatórios. O programa supõe a produção agrícola a partir da vinculação a novas tecnologias, mas é fato que está atrelado ao processo de subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro. A produção camponesa fica na dependência financeira e técnica e perdas advindas fazem aumentar o endividamento, caso não consigam saudar os débitos.

Algumas famílias, como a do entrevistado B tentaram o plantio de lavoura de soja e milho, mas as perdas entre uma safra e outra, por conta das condições climáticas fizeram com que desistissem e ingressassem na bovinocultura leiteira. Mesmo com dificuldades, a atividade possibilitou os pagamentos dos créditos subsidiados, mas no atual momento, devido à desvalorização do valor pago pelo litro de leite e também por despender muito trabalho não compensa. E, além disso, devido à condição de saúde acabou vendendo seu gado e arrendando parte do lote.

Quando questionados sobre o conhecimento dos programas PAA e PNAE, os camponeses disseram que “ouviram falar” sobre os programas, mas nenhum dos entrevistados participa da venda direta de alimentos para as escolas municipais e estaduais por meio do programa. Alegam desconhecerem as etapas do processo, ou por ser burocrático, ou porque isso deveria ser papel da Associação. Todavia o presidente da Associação em exercício tem outra visão sobre o assunto:

Na verdade se todos, ou pelo menos uns oito ou dez dos assentados quisessem tentar, a gente mexia com a papelada, mas tem que ter a produção certa pra venda né? Exige comprometimento, não dá pra fazer compromisso no coletivo e a senhora já deve ter percebido o pessoal aqui gosta de trabalhar próprio ou com os mais chegados. Pra ser sincero nunca tentamos porque ninguém pediu pra gente ver isso. Entrevista realizada em: 11/04/2018 – Entrevistado S

Verificamos que existe desconhecimento e até certo desinteresse pelo aspecto burocrático do processo, que em se busca ser o mais simplificado possível, mas como envolve recurso público os requisitos precisam ser comprovados pelos proponentes a venda, como a

apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além disso, o agricultor familiar camponês tem que dispor em sua produção quantidade suficiente para fornecimento dos gêneros alimentícios especificados no cardápio da merenda escolar e se responsabilizar pela entrega dos produtos no referido estabelecimento, isso dificulta muito a participação dos que não dispõem de meios para efetuar a entrega.

No município de Dourados a compra pelas escolas municipais de ensino fundamental é realizada de forma descentralizada, por meio de chamada pública e cada estabelecimento de ensino elabora seu próprio edital.

Entretanto, o edital para aquisição dos alimentos para os Centros de Educação Infantil Municipal-CEIMs e as escolas indígenas do município devido a suas especificidades, são elaborados pela própria Secretaria de Educação Municipal.

A divulgação desses processos de compra geralmente é realizada por meio do diário oficial do município e por meio de notas em jornais eletrônicos. De modo semelhante é realizado na esfera estadual. Com a diferença que na rede estadual as escolas devem cadastrar os alimentos em lista prévia. A nosso ver, dificilmente o camponês que produz individualmente (com a família) toma conhecimento desses processos. A possibilidade de obterem melhor êxito na venda é bem maior entre aqueles engajados em cooperativas ou associações de produtores

Para ilustrarmos os meios utilizados para divulgação do processo trazemos a figura 9, diário oficial do município com a chamada pública de um estabelecimento de ensino para aquisição desses gêneros da agricultura familiar camponesa e a figura 10, com notícia em jornal eletrônico de abertura de processo licitação para aquisição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados aos CEIMs e escolas indígenas no município de Dourados.

Figura 10- Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para merenda escolar - Escola Evanilde Costa da Silva do Jardim – bairro – Dourados- MS

DIÁRIO OFICIAL - ANO XXI - Nº 4.848		05	DOURADOS, MS / QUINTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2019
DEMAIS ATOS / NOTIFICAÇÃO - SEMFAZ			
<p>Salientamos que, em atendimento à Lei Complementar Municipal nº 331/2017, exceção feita a empresa: MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, todas as demais promitentes fornecedoras deverão comprovar sua Regularidade Fiscal e Trabalhista, através de certidões e/ou documentos comprobatórios, conforme o Item 9.4. do Edital, atentando, também, ao item 6.4.1. sobre as autenticações, devendo comparecer neste Setor de Licitações das</p>	<p>07h30min às 13h30min, no dia 23/01/2019, conforme item 15.3. do Edital. Dourados/MS, 15 de Janeiro de 2019.</p> <p>Duhan Tramarin Sgaravatti Departamento de Licitação Secretaria Municipal de Fazenda</p>		
DEMAIS ATOS / EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA - SEMAFES			
<p>EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA (PARA DIVULGAÇÃO) SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</p> <p>Chamada Pública nº 01/2019 para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com dispensa de licitação, conforme § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947, de 16/07/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013.</p> <p>A Associação de Pais e Mestres (APM) da CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFª EVANILDE COSTA DA SILVA, Unidade Executora representativa da comunidade escolar, localizada à RUA FRANCISCO FEITOSA SOBRERA nº 1465, Bairro JARDIM AGUA BOA, CEP 79.813-040, município de DOURADOS/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 31.067.724/0001-86, representada, neste ato, pelo seu Presidente Sr.(a) SANDRA SOUZA DA SILVA, no uso de suas</p>	<p>prerrogativas legais a, considerando o disposto no art. 14 da Lei 11.947/2009 e no art. 24 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 realiza CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o 1º semestre de 2019. Os Fornecedores Individuais, Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e o Projeto de Venda até às 09:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2019, na Escola Estadual CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFª EVANILDE COSTA DA SILVA, localizada à RUA FRANCISCO FEITOSA SOBRERA nº 1465, Bairro JARDIM AGUA BOA, CEP 79.813-040, município de DOURADOS/MS, data, horário e local que será realizada a sessão pública de abertura e julgamento das propostas.</p> <p>LINK: http://chaffescolar.sed.ms.gov.br/chaffescolar/chamada-publica (copiar e colar)</p>		

Fonte:- Diário Oficial do Município de Dourados – 17/01/2019.

Figura 11 – Notícia jornal eletrônico Dourados Agora: abertura de edital para compra de hortifrutigranjeiros para merenda escolar



Fonte: Jornal Eletrônico: Dourados Agora UR:< <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/aberta-licitacao-para-compra-de-merenda-escolar>> Acesso em: 28/01/2019

Assim, notamos um enorme distanciamento das políticas públicas aplicadas e a população camponesa do Amparo. Acreditamos que a Associação dos Assentados enquanto órgão representativo e meio de reivindicarem pautas coletivas está aquém das expectativas para desempenho efetivo de seu papel, como também o órgão do poder público estadual, AGRAER, incumbido de oferecer assistência técnica rural aos agricultores familiares camponeses, ao menos é a situação no assentamento Amparo. A fala do entrevistado Z expressa o que pensa ser o motivo dos técnicos não irem ao assentamento há tanto tempo: “Eu acho que eles não vêm mais aqui, porque ninguém tem como conseguir crédito, ou tá endividado ou tem dívida em cima do lote, então não tem como oferecer assistência”.

Dos parceiros originais entrevistados, seis afirmaram possuírem dívidas ulteriores advindas de subsídios do Pronaf, sendo que três informam ser devido a condição de avalista e oito famílias informaram que quitaram os financiamentos e não querem contrair novas dívidas.

Das vinte e duas famílias de parceiros pós-criação, oito informaram possuírem financiamento em aberto, sete disseram não conseguirem acesso a crédito por não terem regularizada a situação do lote e sete famílias que nunca procuraram e nem querem porque tem medo de endividamento.

Logo, das trinta e seis famílias pesquisadas temos que, onze delas estão sem condições de acesso a crédito ou pela inadimplência de financiamentos anteriores, ou ainda não terem regularizado a situação do lote. Além de oito famílias que possuem parte da renda comprometida com financiamentos abertos. Mas o que chama atenção é o fato de dezesseis famílias embora tenham condições de acesso ao crédito não procuraram pelo medo de endividamento.

As políticas públicas disponíveis para incentivo à venda e comercialização da produção familiar não são usufruídas pelos camponeses assentados do Amparo e demonstra a fragilidade e a carência de ações proativas e articulação entre os próprios camponeses para lutarem por seus interesses.

Os programas PAA e PNAE podem trazer melhoria da renda das famílias e incentivarem a produção, mas a falta de conhecimento desses programas é uma barreira entre os camponeses do Amparo.

A produção para autoconsumo e o fato dos camponeses entrevistados também obterem renda provenientes de outras fontes, como pensão, aposentadoria, benefícios social, trabalho acessório faz com que iniciativas pensadas a partir de organização com objetivos produtivos não vinguem: “Nós podíamos criar uma cooperativa para entrega de ovos caipiras ou frango, mas aqui ninguém interessa” (Entrevista em 23/03/2018 Entrevistado E). Embora alternativas para geração de renda entre as famílias assentadas sejam necessárias encontram resistência por se contraporem ao cálculo camponês entre o balanço trabalho e consumo.

Nesse sentido são necessárias políticas públicas que fortaleçam o acompanhamento efetivo das famílias camponesas assentadas tanto por parte do poder público, e com a participação dos movimentos sociais, dos órgãos e entidades de representação dos camponeses, pois exige esforço conjunto e articulado na fiscalização do uso da terra e também de criar condições de sustentabilidade para que as famílias permaneçam na terra. Ainda que, a reforma agrária no Brasil seja realizada via mercado, a terra é conquistada

por meio da luta camponesa, não é dada e por isso abre possibilidades para a revolução agrária.

Nessa perspectiva as políticas públicas para agricultura familiar camponesa devem ser pensadas a partir dos sujeitos do processo e contribuir efetivamente na emancipação social, política e econômica do camponês.

Quanto à produção agroecológica é comum o cultivo de hortaliças dentro do assentamento, mas o que é produzido é destinado totalmente para autoconsumo e não há participação das famílias pesquisadas nas feiras agroecológicas e também não identificamos nenhum assentado que tenha participado do PRONERA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados empíricos da pesquisa realizada entre as famílias camponesas do Assentamento Amparo chegamos a uma conjugação de fatores que constata a luta e resistência camponesa no município de Dourados.

O processo histórico de ocupação da região marcou a transição do latifúndio para a pequena propriedade alavancado por forte intervenção estatal transformando uma terra antes sem investimentos em próspera para o “progresso” e desenvolvimento capitalista nos campos douradenses. Vieram milhares de famílias de todos os cantos do país atraídas pelo baixo valor das terras negociadas através de empresas paulistas colonizadoras que atuavam no sul do estado do antigo Mato Grosso. Em pouco tempo, a mata nativa foi dando lugar aos campos limpos e em nome do “progresso” os povos indígenas que aqui habitavam verdadeiros donos da terra foram enclausurados e desterritorializados. Além da população de sem posse, ou sem-terra que ficaram e ficam à margem do “progresso”.

Na dialética das contradições que marcam o desenvolvimento do capitalismo no campo os conflitos são mantidos. A luta pela terra e na terra envolve diversos protagonistas, os camponeses assentados são uma parcela dos sujeitos sociais que lutam pela “terra livre”.

Os assentamentos enquanto frações do território hegemônico capitalista é o lugar onde o camponês assentado reproduz seu modo de vida. A luta pelo o retorno à terra e nela permanecer está alicerçada na contradição, pois incorporam experiências e resistências de inúmeras famílias frente às dificuldades para criarem as condições mínimas para a permanência e reprodução do seu modo de vida em oposição a lógica capitalista.

Essa contradição segundo Almeida (2003) está fundada na ambiguidade, são ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores; porém, trabalhadores diferentes do proletário porque não se confrontam diariamente com a exploração de seu trabalho e com os mecanismos de ocultamento/alienação próprios desta condição. O camponês sabe que o trabalho pertence ao trabalhador, e é nesse saber que se funda sua autonomia e os levam a lutar contra a sujeição da renda da terra por meio de estratégias de resistência para continuarem camponeses e não serem proletarizados. Assim, o anticapitalismo do camponês nasce contraditoriamente da sua própria dubiedade como classe; portanto, se a ambiguidade tem sido o limite da consciência de classe, ela também é gestante de potencialidades. Nessa perspectiva Martins (1983) afirma que a luta do camponês é uma luta contra o capital.

Em Dourados esses trabalhadores estão inseridos no contexto de produção de “*commodities*” dos grãos da soja e do milho, e a produção diversificada é praticada em

estabelecimentos familiares camponeses. Apesar do número de estabelecimentos rurais com até 50 hectares predominarem no município em relação aos estabelecimentos de grande porte, estes ocupam área agricultável bem menos expressiva. Esse fato indica que há muita terra nas mãos dos capitalistas da agricultura e pouca terra nas mãos dos camponeses. Nessa perspectiva Oliveira (2007) assinala que é preciso compreender os processos de expropriação e subordinação das populações camponesas que ocorrem via territorialização ou monopolização do território pelo capital.

Assim, entendemos que a terra sofre pressão para que produza segundo a lógica capitalista cerceando o camponês no município de Dourados pela monopolização do território, ao mesmo tempo permitindo que se reproduza de forma subordinada pelo mecanismo da sujeição da renda terra.

As trajetórias de luta e resistência das famílias camponesas assentadas demonstram diversas estratégias encontradas pelas famílias no sentido de permanecerem em sua terra que lhes garantem a “liberdade”, situações que, a princípio, seriam indícios de proletarização, mas que, na prática, são estratégias de resistência para permanência.

Infelizmente no processo de constituição do assentamento constatamos nova expulsão da terra de famílias anteriormente assentadas. Inúmeros fatores podem ser considerados nesse processo como propulsores dessas expulsões, mas não respondem a todos os questionamentos.

As condições de exclusão do processo produtivo a reduzida capacidade de inserção econômica relatada nas entrevistas dos parceiros originais não devem ser consideradas como únicas condicionantes. O movimento de construção e desconstrução da luta pela terra, outras famílias de trabalhadores vieram para o assentamento e também fazem parte da luta pela “terra livre”, pois a luta não se restringe apenas aos movimentos sociais. A desistência desses trabalhadores posteriores não deslegitima a luta pela terra e na terra, como instrumento de democratização do acesso a ela.

Faz-se necessária articulação da sociedade dos diversos segmentos: poder público, entidades de classe, movimentos sociais e dos próprios camponeses assentados entre outros, no sentido de cobrar políticas públicas efetivas para permanência das famílias e fiscalização do uso da terra nas áreas destinadas a reforma agrária.

O assentamento significa para essas famílias lugar de produção alimentos e de cooperação, é o lugar da morada da vida. Muitas são as estratégias de resistência adotadas pelos camponeses do Amparo para viverem dignamente e se manterem na terra, desde parceria, trabalho acessório, venda direta da produção, artesanato, venda de produtos com

agregação de valor, queijo, doces, conservas entre outras. Apesar das especificidades percebe-se que as dificuldades são inerentes a todo e qualquer projeto de assentamento e a luta para permanência na terra é perene.

Verificamos que entre os camponeses entrevistados há uma maior representatividade da população adulta e presença de idosos. Das trinta e seis propriedades visitadas das famílias que responderam o questionário eletrônico, quinze delas, possuem na composição familiar pessoas com idade igual ou maior de sessenta anos. Isso demonstra que o envelhecimento da população também está ocorrendo no meio rural e se faz necessário pensar políticas que atendam esses indivíduos nos assentamentos rurais. Quanto à escolaridade a maioria os camponeses entrevistados frequentou apenas as séries iniciais e apontam como principais motivos para os jovens deixarem o assentamento conseguir trabalho no meio urbano.

Desse modo, concluímos que no universo das políticas públicas há muito que ser feito. Também a necessidade da presença do poder público por meio dos órgãos encarregados de acompanharem essas famílias e da organização entre os próprios camponeses assentados para cobrarem suas pautas coletivas.

Oliveira (2007) afirma que a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista atual é fundamental. Devemos entender que o camponês é uma figura de dentro do capitalismo que está no interior do processo de seu desenvolvimento no campo. E nesse sentido a conquista da fração de território, o assentamento, representa a possibilidade de organização e inserção política para estas famílias. A luta para permanecerem na terra abre possibilidades de participação política e a partir daí se desdobraram em novas formas de participação, por isso há necessidade que as ações comunitárias de vizinhanças entre os camponeses serem potencializadas em ações coletivas, porque só por meio delas poderão ser alcançadas transformações sociais efetivas para estas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense, contexto, propósitos e contradições**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2014. 384p.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**- 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação Camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese doutorado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, 2003.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI, 2016. Relatório da violência contra a população indígena. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/observatorio-da-violencia/relatorio-2016/>) Acesso em 04/04/2018.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad economic campesina**. Trad. R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva vision SAIC, 1974.

CORRÊA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

CRESPE, Aline C. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá: Do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha**. Tese (Doutorado em História- Faculdade de Ciências Humanas) – Dourados: UFGD, 2015.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul o caso Itaquiraí**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Faculdade de Ciência e Tecnologia) -Presidente Prudente: UNESP, 1995.

_____. **Os assentamentos de trabalhadores sem terra: experiências e Lutas no Paraná**. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001, 140 p.

_____. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente: UNESP, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima L. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 10, nº 11, p.8-32, julho-dez.2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1407>> Acesso em: 14/10/2016

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época: v.92)

_____. **Luta pela Reforma Agrária nos governos neoliberais e pós-neoliberais: a reforma agrária nos governos FHC. Lula e Dilma**. In: COELHO, F. e CAMACHO, R. S. (Org.) **O campo no Brasil contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2018.

FERREIRA, Patrícia S. **Dinâmicas territoriais: uso e ocupação das terras da bacia hidrográfica do Rio Brilhante – MS, a expansão da cana-de-açúcar.** Dissertação (Mestrado em Geografia – Faculdade de Ciências Humanas) Dourados: UFGD, 2016

HAESBAERT, Rogerio, MACHADO, L. et al. **O desenvolvimento da faixa de Fronteira – uma proposta conceitual-metodológica.** In: OLIVEIRA, Tito C. de. (Org.) **Território sem limites-estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: Editora UFMS, 2005, p.87-112.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo,** 2ª edição- São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoiq. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Heládio José de C. **Centro-Oeste: Dilemas do desenvolvimento.** Anápolis: Editora da UFG, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Poder do Atraso** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano** São Paulo: Contexto, 2009.

MARQUES, Marta Inez M. **Agricultura e Campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio a reflexão teórica.** In: OLIVEIRA, Tito C. de. (Org.) **Território sem limites-estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: Editora UFMS, 2005, p.49-78.

MELO, Danilo S. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Revista Nera. Presidente Prudente, Ano 20, nº 39, p.133-160, 2017. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4204> > Acesso em 08/02/2018.

MIZUSAKI, Márcia Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 356p.

MOTTA, Márcia. 2013. “Morgadio”, in J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: [10.15847/cehc.edittip.2013v027].

NARDOQUE, Sedeval. **Expansão Geográfica do Capital e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul nos Governos FHC e Lula.** In: COELHO, F. e CAMACHO, R. S. (Org.) **O campo no Brasil contemporâneo.** Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil,** São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da Geografia)

_____. **A Geografia das Lutas do Campo,** São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. O nó da questão agrária em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande (MS): EDUFMS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST.** Revista Geografias. Belo Horizonte. Vol. 1 nº 01, p. 7-25, 2005. Disponível em: <<http://igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/329/267>> Acesso em 08/02/2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, José G. **O novo rural brasileiro.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia. Ano 7, nº 01, p.43-81, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

QUEIROZ, P. R. C. **A companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015. p.210.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** Tese (Doutorado em Antropologia Social- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), São Paulo: USP, 2007.

WOORTMANN, Ellen. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral.** In: Anuário Antropológico/87, p. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **O sítio camponês.** Anuário Antropológico, 2018, 6(1), p. 164-203. Recuperado de <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6194>>

WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa** / Ellen Woortmann e Klass Woortmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p

_____. **Migração, família e campesinato.** Revista Brasileira de Estudos da População Jan-Jun, 1990, p. 35-53, ISSN1980-5519. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546/pdf_520 > Acesso em: 16/02/2019

APÊNDICE A – Entrevista Semiestruturada para relatos gravados

1. Conte-nos um pouco da sua trajetória e de sua família até conquistarem um lote neste assentamento. Estiveram acampados? Em caso afirmativo, quanto tempo? Quais os motivos que o/a levaram a tomar a decisão de ir para o acampamento?
2. Antes de conseguir o lote já era agricultor/a? que atividade profissional desenvolvia? Onde moravam? Vocês foram os primeiros moradores do lote? Tem envolvimento ou já teve com movimento social de luta pela terra?
3. Quais as atividades que desenvolve em seu lote e os alimentos produzidos para venda ou consumo?

4. Quais as principais dificuldades enfrentadas hoje pelas famílias no Assentamento de Amparo que o/a senhor/a destacaria?

5. As famílias do assentamento Amparo possuem Associação ou outra forma organizativa para reivindicarem e proporem ações de melhoria na infraestrutura no Assentamento e também políticas de apoio às famílias assentadas (crédito, comercialização, educação, saúde etc.)? O/A senhor/a participa?

APÊNDICE B – Perguntas questionário eletrônico plataforma DataScope
QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO PARA CAMPONESES ASSENTADOS

Pesquisa: Estratégias de resistência das famílias do Assentamento Amparo do município de Dourados –MS .

Mestranda: Maria Aparecida Cristaldo Sarate Lourenção; Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

1. Lote nº _____

2. Nome do responsável pelo domicílio:

_____ Sexo: () M () F Idade: _____

3. Estado civil: () casado(a) () divorciado(a) () Solteiro(a) () viúvo(a) () outro

4. Escolaridade:

() Analfabeto () Alfabetizado () Ensino fundamental incompleto 1º ao 4º ano

() Ens.fundamental completo 5º ao 9º ano () Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo () Ensino superior

5. Há quanto tempo adquiriu a propriedade? _____

6. Reside no assentamento? () Sim () Não

7. Mora na cidade? () Sim () Não

Em caso afirmativo. Onde?

a) Itahum b) Itaporã c) Dourados d) Vila São Pedro e) Outra

8. Possui parente que também moram no Assentamento em outro lote? () Sim () Não Em qual lote: _____

9. Quais parentes?

a) pais b) irmão c) tio d) primo e) outro

10. Quantas pessoas moram sem seu lote/propriedade? _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () Idade: _____

Parentesco: _____ Sexo: () M () F Idade: _____

3. Tem envolvimento ou já teve com movimento social de luta pela terra?

() Sim () Não

4. Em caso afirmativo. Qual?

() MST () FETAGRI () Outro

4. Antes de adquirir/conseguir o lote já era agricultor?

() Sim () Não

5. Quais os produtos/Alimentos/Artes anato produzidos para comercialização, renda anual obtida e forma de comercialização: Produtos produzidos para comercialização

Forma de comercialização: feira/

empresa/ entrega etc.

renda especificar:

anual obtida e forma de

comercialização: Produtos

produzidos para

comercialização

Em caso afirmativo, enfrentou/enfrenta dificuldades para o pagamento? () Sim () Não

14. Recebe algum tipo de incentivo do Estado em crédito, infraestrutura, ajuda para comercialização do que é produzido entre outras políticas que auxilie no desenvolvimento das atividades econômicas do seu lote? () Sim () Não

Em caso afirmativo destaque:

16. Como considera a qualidade de vida aqui no assentamento. Você está?

a) insatisfeito/a

c) satisfeito

b) pouco satisfeito/a

d) muito satisfeito

APÊNDICE C – Fotos da produção e algumas atividades desenvolvidas pelos camponeses do assentamento Amparo como estratégia de luta e resistência para permanência na terra.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018



Fonte: Pesquisa de campo,2018,



Fonte: Pesquisa de campo, 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2018